



Revista

DESPIERTA

Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina

Ano 4 - número 04 | 2017

Nº 04

ISSN 2359 -5868



SUMÁRIO

ARTIGOS

Hegemonias em Disputa na Nicarágua: da revolução sandinista 03

à implantação do neoliberalismo

Nicolle Montalvão Pereira

Meire Mathias

Para uma Análise Marxista dos Movimentos Sociais: contribuições 21

de Karl Jensen e Nildo Viana

Gabriel Teles Viana

Apontamentos Sobre a Crise do Sistema Capitalista em Marx 39

e na Teoria Marxista

Rebecca de Oliveira Freitas

Expansión Agroexportadora y Economía Campesina. Tome Alto, 55

región de Coquimbo, Chile

Matías Calderón Seguel

Algunas Hipótesis sobre la Relación entre Acumulación de Capital 73

y Hegemonía en Argentina, 1955 – 1975 y 1989 – 2015

Adrián Piva

RESENHA

A Respeito da Teoria das Classes Sociais em Karl Marx 103

Edmilson Marques

HEGEMONIAS EM DISPUTA NA NICARÁGUA: DA REVOLUÇÃO SANDINISTA À IMPLANTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Nicolle Montalvão Pereira*

Meire Mathias**

Introdução

Situada na América Central, entre Honduras e Costa Rica e banhada por ambos os oceanos Atlântico e Pacífico (Mapa 1), a Nicarágua¹ foi cenário de inúmeras disputas territoriais devido sua posição estratégica e seus recursos naturais. Em meados do século XVI, os índios *nicaraos* se renderam aos conquistadores e assim iniciaram-se longos anos de disputa do controle do país, passando pelos governos do Panamá, Honduras, Guatemala e até do México no começo do século XIX, proclamando sua independência somente em 1826, integrando às Províncias Unidas da América Central. Contudo, assim que a Nicarágua se organiza enquanto país, os Estados Unidos da América, principal interessado em manter seu “quintal” sob controle, passa a promover grandes intervenções no território nicaraguense e tem-se uma série de governos alinhados diretamente aos EUA até que, com o estabelecimento da Guarda Nacional² e com os Somoza³ no poder, o país norte-americano estabeleceu sua preponderância na relação entre tais nações, que perdurou quase quatro décadas e meia de ditadura.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC/UEM); Professora QPM de Sociologia da rede pública de ensino PR; Integrante do Grupo de Pesquisa “Política, Estado e América Latina” (GPPEAL); Email: nicolle.mp@gmail.com.

** Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Política, Estado e América Latina” (GPPEAL); Email: meire_mathias@uol.com.br

¹ Este artigo decorre de Trabalho apresentado no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, julho de 2017.

² Sobre a Guarda Nacional, “criada em 1925, a Guarda tem como objetivo 'manter a ordem no País'. Treinada e comandada por norte-americanos, a Guarda Nacional é um 'exército profissional e apolítico'. Corporações iguais já existiam no Haiti, Filipinas e Panamá. Washington quer 'ordem' nesses países” (MAREGA, 1981, p. 27-28).

³ Anastasio Somoza (1896 – 1956), o “Tacho”, foi chefe da Guarda Nacional durante o governo de Juan Sacasa. Responsável pela morte do líder guerrilheiro Augusto César Sandino, Tacho Somoza toma o poder por vias de um golpe em 1936, dando início a um severo governo ditatorial que teve continuidade através de seu neto, Anastasio Somoza Debayle, o “Tachito”, totalizando 43 anos da família Somoza no governo da Nicarágua.

Mapa 1. Nicarágua.

Fonte CIA. World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/graphics/maps/nu-map.gif>. Acesso em 09/06/2017.

Não obstante, toda a violência exercida neste período não impediu que a população nicaraguense se organizasse em uma frente de caráter popular capaz de promover um grande processo de transformação social, político e cultural, que foi a “Frente Sandinista de Libertação Nacional” - FSLN⁴. Com a inspiração da Revolução Cubana de 1959, os anos de 1960 foram fundamentais para a reorganização e surgimento de grupos militantes e a década de 1970 para a ofensiva revolucionária, que culminou com a derrubada da ditadura dos Somoza e deu início à Revolução Sandinista – ou Nicaraguense –, um peculiar processo de insurreição popular que, através da luta armada, derrubou a ditadura da família Somoza e reconstruiu um país em ruínas, configurando a tentativa de consolidação de uma hegemonia alternativa, portanto, um processo que visou produzir para além de transformações de ordem política, uma nova concepção de mundo.

Contudo, sabe-se que a construção de uma nova Nicarágua não se consolidou e o

⁴ Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), movimento fundado em 1962 com inspiração nos ideais do comandante guerrilheiro Augusto César Sandino (1895 – 1934), líder da resistência nacionalista entre as décadas de 1920 e 1930. Entre os principais objetivos da FSLN, estava a derrubada da ditadura somozista.

projeto revolucionário sandinista acabou por sucumbir. Com a vitória da liberal Violeta Chamorro nas eleições à presidência de 1990, com a crescente perda de apoio da população e com a pressão da contrarrevolução financiada diretamente pelos EUA, a Revolução Sandinista termina, deixando um legado apreciável e inspirador de processos de resistência latino-americanos.

Deste modo, considerando o contexto político da Guerra fria, destaca-se no âmbito da política internacional a disputa entre blocos hegemônicos e seus desdobramentos na América Latina, em especial na Nicarágua. Durante o processo da Revolução Sandinista, na face externa do Estado nicaraguense temos, de um lado, o alcance da força contrarrevolucionária dos EUA e, de outro, a ajuda militar e econômica de Cuba e da União das Repúblicas Socialistas (URSS). Na face interna do Estado, à luta para consolidação da hegemonia sandinista abarbou contradições, dividiu forças políticas e, a nosso ver, requer uma análise que ressalte o caráter transformista adquirido pela FSLN, que propiciou a decadência do processo revolucionário e as condições necessárias para o reestabelecimento da hegemonia burguesa na Nicarágua, mas sob uma nova ordem econômica, política e ideológica: a neoliberal.

A Revolução Sandinista enquanto experiência de construção de uma *nova* sociedade: hegemonia e crise

O processo revolucionário sandinista foi, portanto, a construção de uma nova sociedade. Sob essa perspectiva, considerando o conceito gramsciano de *hegemonia*, pode-se afirmar que a revolução nicaraguense configurou a construção de uma *nova* hegemonia. O processo de derrubada do regime ditatorial dos Somoza se dá como disputa hegemônica, e a revolução tinha como dever consolidar o projeto de uma nova Nicarágua.

Depois de quarenta anos sob uma ditadura, a Nicarágua passa por uma transformação que contempla a insurreição popular de forma excepcional. A Área de Propriedade do Povo (APP), a Campanha de Alfabetização Nacional, os ateliês de poesia, a Associação de Mulheres (AMNLAE), entre outros, contribuíram para a construção desta nova hegemonia: uma elevação da consciência das massas que motivou e propiciou a reconstrução de um país em ruínas, sob os ideais da Frente Sandinista. Para Mathias (2015, p. 72-73),

além da ação política, a hegemonia pressupõe a constituição de uma determinada moral; de uma concepção de mundo; numa ação que envolve questões de ordem

cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo” através da introjeção da mensagem simbólica, produzindo consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade [...]. A hegemonia é algo que se conquista através da direção política e do consenso, e não exclusivamente pela coerção.

Assim, é importante frisar que a tentativa de consolidação da hegemonia na Nicarágua possui um caráter popular, onde a população em geral apoiou a revolução, um fator dos mais importantes – se não o principal – para o êxito do processo.

Para além do apoio popular, verifica-se ainda que alguns setores da burguesia se colocaram favoráveis à revolução sandinista, mas não de forma incondicional. Sobre o capitalismo e a constituição de uma burguesia na Nicarágua, afirma-se que:

A personalização do Estado e a política e o caráter evidentemente dinásticos da ditadura não devem encobrir o seu conteúdo de classe. Esses aspectos foram em definitivo produto e expressão do tipo de capitalismo meio burguês e meio oligárquico desenvolvido na Nicarágua através da sua insubordinação à dominação imperialista; um capitalismo no qual as linhagens familiares, as relações pessoais e o caudilhismo ainda eram a forma pela qual se manifestava o movimento de constituição de uma burguesia a partir do seio de uma sociedade oligárquica. (VILAS, 1986, p.38).

O apoio da burguesia⁵ à Revolução Sandinista partiu de setores que se colocaram contrários ao regime de Somoza, isto é, “frações opositoras e democráticas da burguesia” (VILAS, 1986, p.56), uma burguesia “progressista” que apoia os sandinistas e compõe inclusive a Junta de Governo. São burgueses que perderam seu poder político, mas mantiveram-se proprietários. Latifundiários, industriais e empresários como Violeta Chamorro, líder liberal, e Alfonso Robelo, líder do partido dos industriais, e demais burgueses tiveram suas propriedades (terras e indústrias) mantidas. As terras inicialmente distribuídas pela Reforma Agrária foram expropriadas dos Somoza e da *burguesia somozista* que fugiu do país.

Desta maneira, a coalizão entre FSLN e tais setores da burguesia não se limitou ao momento de derrubada do antigo regime, mas manteve-se mesmo após a queda de Somoza, com o intuito de seguir com o projeto de reconstrução da nova Nicarágua.

Vale ressaltar que estava posto anteriormente à revolução na Nicarágua uma ditadura. Desde o primeiro Somoza, havia no país um governo de domínio e coerção, não direção, uma “ditadura sem hegemonia”. No pensamento gramsciano, “hegemonia seria a de uma parte do grupo social sobre a totalidade do grupo, não a desse grupo sobre outras

⁵Logo, pode-se falar de uma burguesia de caráter progressista que apoiou o processo revolucionário e, ainda, uma *burguesia somozista* na Nicarágua, “um conjunto de famílias e altos oficiais da Guarda Nacional que gozaram dos benefícios em troca da sua lealdade ao regime” (VILAS, 1986, p.44).

forças com objetivo de fortalecer o movimento”, isto é, “a distinção entre hegemonia e ditadura; e hegemonia significa essencialmente capacidade de direção” (GRUPPI, 1978, p. 85). Desta forma, para além do processo revolucionário que se deu entre 1979 e 1990, a hegemonia na Nicarágua já estava em disputa (pois, desde Sandino até a FSLN ocorreram vários movimentos de oposição), que tem seu ápice na insurreição popular.

No que tange a Revolução Sandinista, sustentamos que foi a tentativa de consolidação de uma *nova* hegemonia, com disputas hegemônicas tanto internas como no contexto internacional, onde a FSLN situou-se enquanto dirigente do processo, não somente através da coerção – em relação aos somozistas – mas com consensos – em relação à burguesia “progressista”. Conforme destaca Luciano Gruppi (1978, p. 91),

É assim que avança uma nova hegemonia, antes mesmo que a classe que a expressa se torne dominante, quando ela ainda está na oposição e na luta pela conquista do poder. Mas, já antes da conquista do poder, a classe que está na oposição difunde suas próprias concepções e põe em crise a ideologia hegemônica. Na realidade, as revoluções se efetivam quando a classe dirigente deixa de ser tal, quando a sua hegemonia entra em crise.

Sobre a coalizão entre os sandinistas e setores da burguesia, entende-se que:

a hegemonia é algo que se conquista através da direção política e do consenso, e não exclusivamente pela coerção. O processo de construção da hegemonia dominante, além de agregar instituições, organismos internacionais, burocracias nacionais, relações sociais e ideias, implica em elaborar e difundir uma determinada visão de mundo com características universalizantes. Bem por isso, em Gramsci, a hegemonia se realiza quando encontra o caminho das mediações, que possibilitará ligações (e acordos) com outras forças políticas e sociais. (MATHIAS, 2016, p. 108-9).

E ainda, de acordo com Passos, tem-se “hegemonia como uma concepção de mundo, uma perspectiva multidimensional (moral, ético-política, econômica, social, cultural, ideológica, militar) nos mais diversos âmbitos (local, municipal, estadual, nacional, continental, internacional etc.)”. A rigor, numa forma plena da hegemonia, “há o componente de força e consenso com o predomínio deste último, isto é, trata-se de dominação mais direção, coerção mais o papel dirigente de um grupo, fração de classe social ou elite. Toda manifestação da hegemonia não pode prescindir de ambos” (PASSOS, 2014, p.96).

Desta forma, a configuração das forças políticas na Nicarágua garantiu a abertura necessária para a continuidade do projeto sandinista de construção de uma nova hegemonia. Todavia, a abertura à burguesia não demora em tornar-se uma inflexão na Junta de Governo, o que levou a um rompimento. A saída de Violeta Chamorro e Alfonso Robelo teve consequências preocupantes já que os dissidentes aderem a Contrarrevolução. Aquela

burguesia que então apoiara a FSLN, muda de objetivo e passa a impedir a continuidade do processo revolucionário.

Logo, o contexto dos últimos anos do processo revolucionário sandinista era de crise: o avanço da contrarrevolução bancada pelos EUA, a recessão econômica se alastra, a FSLN vai perdendo apoio da população. O rompimento entre a burguesia e a FSLN fez com que surgisse a União Nacional Opositora – a UNO, que adota uma estratégia eleitoral certamente financiada pelos EUA. Segundo Sá (2014, p.232-3),

O processo de asfixia econômica imposta principalmente pela guerra contrarrevolucionária, pelo embargo econômico e pela sabotagem da burguesia conduziu o Governo Sandinista a uma situação de penúria econômica. Do ponto de vista da disputa ideológica, a FSLN havia perdido credibilidade perante a população. Em outras palavras, a crise econômica e também política à qual estava submetido o governo revolucionário era politicamente cada vez mais desfavorável à FSLN e favorável às forças de oposição, especialmente à Contrarrevolução, que durante a campanha eleitoral trabalhou exaustivamente a perspectiva da disputa ideológica, buscando demonstrar que a guerra e a crise econômica eram resultado da política sandinista. Evidentemente, isso não foi coincidência, tendo sido resultado dos embates da correlação de forças entre as duas instâncias políticas mais importantes – a própria FSLN e a principal coligação contrarrevolucionária, a UNO (União Nacional Opositora), financiada pelo governo norte-americano.

Por fim, a FSLN entra em colapso sofrendo várias divisões e rupturas e acaba por também adotar a estratégia eleitoral, com uma exaltação personalista a Daniel Ortega que perdeu o processo eleitoral de 1990 para a liberal Violeta Chamorro, fato que marca o fim da revolução.

A Nicarágua no contexto internacional: o nexo entre a dimensões interna e externa

Ao analisar fenômenos políticos como processos revolucionários de âmbito nacional, parte-se muitas vezes da premissa de que é necessário voltar os olhos às questões internas do país. Porém, partir de uma perspectiva mais ampla de análise que leve em consideração não só questões internas, mas articulando-as com as questões de âmbito internacional, por consequência, os resultados serão certamente esclarecedores e munidos de pleno sentido. De acordo com Mathias (2016, p.98),

Em termos de política internacional, a tendência por explicar fenômenos aparentemente dissociados, contraditórios, distancia-se de abordagens que separam as questões nacionais dos temas da Agenda internacional, por entender que a unidade da sociedade nacional não é rompida por sua dimensão interna ou externa. Assim sendo, a compreensão do Estado em sua totalidade implica a consideração dos pontos de articulação entre as dimensões interna e externa.

Pensar, portanto, a Revolução Sandinista da Nicarágua, nos remete ao contexto político e social do período histórico em voga e a relação entre as unidades políticas que

compunham o sistema internacional. Por mais que a luta sandinista tivesse como principal objetivo a libertação nacional, o que pode ser confundido como uma questão “interna” do país, a pergunta que deve ser feita é: libertar a nação de quem? Do quê? Logo, para refletirmos sobre um processo de revolucionário que levou à libertação nacional, se faz necessário compreender a correlação de forças não só internas, mas externas à Nicarágua; onde tal nação se localiza no tabuleiro do grande jogo internacional; e entender como as relações interestatais influenciam e são influenciadas pelas disputas de poder, pelas disputas hegemônicas no interior das nações e entre elas.

A conjuntura política internacional, na qual ocorreu toda a movimentação que culminou no processo revolucionário sandinista, foi o da Guerra Fria (1945 – 1991). Assim, o Sistema Internacional⁶ apresentava características específicas do período, com uma configuração da relação de forças de tipo bipolar. Conforme Aron (2002, p.157) descreve, no caso de uma configuração bipolar, “duas unidades políticas principais ultrapassam todas as outras em importância, de tal forma que o equilíbrio geral do sistema só é possível com duas coalizões: todos os demais Estados, pequenos ou grandes, ficam obrigados a aderir a um dos dois campos”, e, durante a Guerra Fria, o mundo estava dividido em dois grandes blocos políticos e econômicos, tendo de um lado os EUA como principal ator do bloco capitalista, e a URSS no bloco socialista.

Diante de tal conjuntura, o Estado nicaraguense, sob o comando de Tachito Somoza, era fielmente alinhado aos EUA, compondo o bloco capitalista. Há relatos de que Somoza era “o mimado dos Estados Unidos” e que o militar “tinha carta branca do imperialismo e procedia sem problemas”⁷, assim, sua influência na região centro-americana enquanto um agente do imperialismo estadunidense era extrema. Com a queda do regime somozista e a ascensão do governo revolucionário sandinista, a conjuntura se modifica e a Nicarágua, antes tutelada pelos EUA, passa a estabelecer relações políticas, econômicas e militares com Cuba e URSS.

A alteração no cenário político pós-1979 não pressupõe que os EUA abrissem mão do país centro-americano. Pelo contrário, por mais que não houvesse intervenção militar direta durante o processo revolucionário sandinista, o governo estadunidense, sobretudo o

⁶ Entende-se por Sistema Internacional “o conjunto de unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”. (ARON, 2002, p.153).

⁷ Entrevista concedida pelo sociólogo e historiador guatemalteco Edelberto Torres Rivas à Raimundo C. Caruso, compiladas no livro “Libre Nicaragua Livre” (entrevistas, reportagens), Edição do autor, 1980, SC, p. 19-35.

de Ronald Regan (1981 – 1989), financiou os *contras*, mercenários contratados para barrar a revolução. Isso ocorreu devido os interesses estadunidenses de longa data. Desde sua independência, os EUA brigavam por hegemonia na região latino-americana, em especial na Central, considerada seu “quintal”. De acordo com Palicer (2017, p. 10),

Logo seriam eles [EUA] a dirigir e dominar os demais Estados da região. Em 1776 os Estados Unidos conquistam sua independência, vinte anos depois duplicaram seu território com a compra da Louisiana dos franceses. Em 1819 conquistaram a Flórida e em 1846 Oregon e Texas deixavam de ser territórios mexicanos para serem anexados aos Estados Unidos, claro sinais desde sua gênese, do vigor expansionista do novo Estado (BANDEIRA, 2009). Todavia, o maior sinal ainda estava por vir. Em 1898 a recente e pujante república dos Estados Unidos enfrenta o decrépito império espanhol na Guerra Hispano-Americana, que modificará drasticamente a geopolítica do continente e das ilhas. A velocidade com que os EUA vencem e a voracidade com que se lançam aos espólios da guerra (as colônias espanholas) é digna de espanto por todo o continente.

Após a Guerra Hispano-Americana, a hegemonia estadunidense se consolida na região, e se manteve por anos, mesmo durante as duas grandes guerras mundiais. O que não significa uma ausência de movimentos e processos de resistências, pois o que se viu foi uma hegemonia que se deu pela coerção em cima das classes subalternas, através de uso dos *mariners* e o financiamento de mercenários de um lado, e por outro lado, o aspecto da direção se dava nos grandes ajustes e acordos entre elites (burguesas e militares, como é o caso da relação da família Somoza com o governo estadunidense). A importância do istmo para os interesses dos EUA se dá principalmente pela posição geográfica privilegiada – não atoa a expressão “quintal” é utilizada – onde a potência norte-americana queria garantir seu posto hegemônico, inclusive perante às outras potências que por ali disputavam hegemonia (britânicos e franceses), e, vital para o planejamento geopolítico e geoestratégico dos Estados Unidos, era a construção do canal que ligasse os oceanos Pacífico e Atlântico, que acaba sendo concretizado no Panamá (PALICER; MATHIAS, 2016, p. 7-8), mas a Nicarágua também foi almejada para a realização do canal.

Assim, em termos de disputa de poder, considerando que os fatores mais estáveis de que depende o poder de uma nação são a geografia e os recursos naturais (MORGENTHAU, 2003, p. 216 e 220), e tendo ciência dos interesses estadunidenses em manter a sua já abalada hegemonia, em especial na região central do continente americano⁸, a Nicarágua representava muito mais que uma nação subordinada, mas um nexos de dominação, controle e poder dos EUA na América Central. Ademais,

O mundo sendo como é, cada unidade política procura influenciar a política da aliança no sentido dos seus interesses próprios, reservando suas forças, o mais

⁸ Referência à Revolução Cubana de 1959 e outros processos de resistência como na Guatemala e El Salvador.

possível, para os empreendimentos que lhe dizem respeito diretamente. [...]. As dificuldades de uma diplomacia ou estratégia de coalizão, embora atenuadas dentro dos blocos permanentes, cimentados por uma ideologia comum ou uma ameaça externa, são, no fundo, as mesmas: as diversas maneiras de manobrar, de combater e de vencer não trazem iguais vantagens a todos os aliados. Mesmo que estes estivessem de acordo sobre a estimativa dos riscos e das oportunidades - o que nunca acontece, dada a incerteza das estimativas -, teriam motivos racionais para controvérsia, uma vez que os métodos possíveis, diplomáticos ou estratégicos, trazem para os aliados, mesmo sinceros, uma repartição desigual dos sacrifícios imediatos e das vantagens eventuais. (ARON, 2002, p. 204-205).

Desta forma, na trama da configuração de relações de forças em um sistema internacional, as alianças estão a serviço das grandes potências ou principais atores das coalizões firmadas, deixando evidente o caráter da relação que os EUA pretendiam com a Nicarágua. E no caso do referido contexto internacional, Aron (2002, p.235) acrescenta que,

Em qualquer sistema bipolar, os atores principais, incapazes de dominar conjuntamente, inclinam-se à competição; o progresso de um deles é um perigo, aos olhos do outro. Hoje, os “grandes” não podem dominar em conjunto devido à incompatibilidade das suas instituições e do princípio de legitimidade que cada um respeita. O mundo inteiro serve de palco para a sua disputa, e todas as fronteiras e países contestados como motivo para uma confrontação que eles não podem resolver com a espada nem com negociação.

Partindo dessas referências, fica perceptível a dinâmica interno – externo em relação ao processo da Revolução Nicaraguense. O período entre os anos 1960-70 foi de extrema repressão, por um lado, e de subversão de outro. Se externamente os EUA, por meio do Somoza e da Guarda Nacional, reprimia a população organizada, internamente os guerrilheiros e guerrilheiras sandinistas subvertiam a ordem das coisas, resistindo e avançando a ponto de eclodir uma guerra que resulta na vitória da FSLN. Nas palavras de Aron (2002, p.245),

Tanto a subversão como a repressão levam à técnica da “reeducação” porque ambas pretendem dissolver uma comunidade, forjando uma outra para ocupar seu lugar. No caso da guerra civil, as comunidades a destruir e a construir são ideológicas; no caso de uma guerra de libertação, são nacionais. As possibilidades de uma e de outra são determinadas previamente não pela qualidade dos meios, mas pela natureza dos homens.

Ademais, reafirma-se a compreensão da Revolução Sandinista como um processo triunfador que colocou em xeque a hegemonia estadunidense e iniciou o processo de construção de uma hegemonia alternativa, uma *nova* Nicarágua.

Porém, o contexto dos últimos anos do processo revolucionário sandinista era de acirramento da crise: a contrarrevolução bancada pelos EUA avança, a recessão econômica se alastra, e a FSLN vai perdendo apoio das massas. Além do mais, a saída de Violeta Chamorro e Alfonso Robelo da Junta de Governo gerou consequências pela adesão à contrarrevolução. O rompimento entre a burguesia e a FSLN fez com que surgisse a União

Nacional Opositora – a UNO, que adota uma estratégia eleitoral financiada pelos EUA. Segundo Sá (2014, p.232-3),

O processo de asfixia econômica imposta principalmente pela guerra contrarrevolucionária, pelo embargo econômico e pela sabotagem da burguesia conduziu o Governo Sandinista a uma situação de penúria econômica. Do ponto de vista da disputa ideológica, a FSLN havia perdido credibilidade perante a população. Em outras palavras, a crise econômica e também política à qual estava submetido o governo revolucionário era politicamente cada vez mais desfavorável à FSLN e favorável às forças de oposição, especialmente à Contrarrevolução, que durante a campanha eleitoral trabalhou exaustivamente a perspectiva da disputa ideológica, buscando demonstrar que a guerra e a crise econômica eram resultados da política sandinista. Evidentemente, isso não foi coincidência, tendo sido resultado dos embates da correlação de forças entre as duas instâncias políticas mais importantes – a própria FSLN e a principal coligação contrarrevolucionária, a UNO (União Nacional Opositora), financiada pelo governo norte-americano.

Aqui ressalta-se a dinâmica entre as dimensões interna e externa da conjuntura referida. Com a decadência gradual do bloco socialista, o apoio econômico e militar da URSS passa a ser cada vez menor e, em especial depois da queda do Muro de Berlim (1989), a Nicarágua Sandinista fica isolada e encurralada pela contrarrevolução. Nas palavras de Sá,

Seria reducionismo atribuir a derrota da Revolução Sandinista aos equívocos da FSLN e não considerar fatores exógenos. A Revolução triunfou em um momento em que o contexto internacional estava adverso às revoluções típicas do ‘Terceiro Mundo’, primeiro porque a crise e o desmoronamento da URSS, que era o principal aporte dessas revoluções, estavam em curso. Segundo, as ações do imperialismo norte-americano travaram qualquer possibilidade de avanço social no projeto revolucionário e em certa medida condicionaram até mesmo o seu triunfo. A aliança com a burguesia desde a insurreição revolucionária efetiva, sobretudo a partir 1977, que formatou o processo e a consignação de um governo pós-Somoza, foi uma condição norte-americana para uma não eventual intervenção direta. (2014, p.245).

A FSLN entra em colapso sofrendo várias divisões, rupturas, e acaba por adotar a estratégia eleitoral com uma exaltação personalista a Daniel Ortega. Reitera-se que o ex-guerrilheiro perdeu as eleições de 1989, passando para a liberal Violeta Chamorro o cargo de presidente no ano de 1990, o que marcou o fim da revolução.

Transformismo e a saída neoliberal

É certo que se trata de reducionismo afirmar que a derrota do processo revolucionário sandinista se deve somente aos erros cometidos pela FSLN. Contudo, pontua-se que tais equívocos são resultado de uma mudança essencial na própria Frente Sandinista, que contribuiu para a derrota. Desta forma, o conceito gramsciano de *transformismo* e suas variantes torna possível a análise dessas alterações na essência da FSLN, que decerto confluíram com o fim da revolução.

Ao longo de sua obra, Antonio Gramsci aferiu o *Risorgimento* na Itália, isto é, o movimento de unificação dos Estados que viriam a formar o país italiano. Em sua análise, o pensador sardo se atenta à dinâmica das disputas entre os principais partidos e forças envolvidas no movimento, e como se deu a revolução que consolida a hegemonia burguesa. Nesse processo, Gramsci afirma que, o que se passou na Itália tratava-se de uma *revolução passiva*⁹, que é o conteúdo do *transformismo*. Toda revolução passiva é fruto da prática do transformismo. Entretanto, ressalta-se que nem toda mudança história transformista resulta nela, pois, de acordo com Sanches (2016, p. 68), “o conceito de *transformismo* é entendido, no interior do debate da corrente gramsciana, como algo possível de se averiguar desconexo de um movimento maior e mais abrangente: a revolução passiva”. Enfim, o transformismo serve como um conceito chave para interpretar as nuances aparentemente incompreensíveis que ocorrem em ideias e práticas políticas de líderes e/ou organizações inteiras.

O processo de transformismo ocorrido na Itália, portanto, acabou por produzir uma classe dirigente ampla, capaz de ceifar, através da cooptação, forças opositoras, construindo assim uma hegemonia na qual a própria direção política torna-se um elemento de domínio. Nas palavras de Gramsci,

pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”. (2002, p. 63, Q 19, § 24).

Destarte, por transformismo entende-se que “é a forma de um processo de mudança histórica cujo conteúdo é a revolução passiva, ou o método das ‘modificações moleculares’” (MACIEL, 2006, p.288). Quanto as variantes moleculares (ou restrita) e ampliada de transformismo, Gramsci aponta, no processo do *Risorgimento* italiano,

Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio”

⁹ Consultar Carlos Nelson Coutinho (2012, p. 118).

ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado. (2002, p. 286, Q 8, §36).

Sistematizado por Maciel, o processo de transformismo em sua variante “molecular”,

se manifesta quando as forças dominantes operam um movimento de cooptação sobre os líderes (intelectuais orgânicos) das forças oponentes, decapitando-as “sob formas e com meios que se podem chamar de ‘liberais’, isto é, através da iniciativa individual, ‘molecular’, ‘privada’ (ou seja, não por um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa)” (GRAMSCI, 2002, p.63). (2006, p.289).

E o outro formato de transformismo, o “ampliado”, é aquele que

se configura como um método muito mais duradouro e eficaz, pois permite a preservação das forças na arena da disputa política, anulando, porém, progressivamente seu caráter contra-hegemônico¹⁰, sem, necessariamente, “decapitá-las”. Nesse caso, as operações de ordem econômico-social, ideológica e política podem ser desenvolvidas para viabilizar a revolução passiva, ligadas, fundamentalmente, a um processo de redefinição do “modo de ser e agir” das forças oponentes, diretamente relacionado à alteração de sua práxis social e, conseqüentemente, de sua práxis política. (MACIEL, 2006, p.289).

Compreendendo o fim da Revolução Sandinista como um processo de mudança histórica, é possível identificar os traços do transformismo no caráter adquirido pela FSLN, tanto no sentido molecular, como no sentido amplo da prática transformista, em especial no fim dos anos 1980. A começar pela cooptação dos líderes revolucionários, onde a heterogeneidade da Junta de Governo representava um perigo para o programa original da Frente Sandinista, e pelo próprio presidente Daniel Saavedra Ortega, principal representante revolucionário por ter sido comandante guerrilheiro, na qual seus discursos demonstravam a mudança de rumos, além de tentativas de manipulação da base, como descreve Sá (2014, p.224):

A segurança do apoio popular [...] levou o presidente Daniel Ortega a dizer, logo após as primeiras medidas de austeridade que somente na Nicarágua se poderia implementar tais medidas econômicas sem uma rebelião popular, pois o povo compreendia a política governamental. Ele estava equivocado, pois a partir das medidas de 1988 a base social que constituía a força política da Frente Sandinista foi definitivamente perdida.

¹⁰ Reforçamos, em nosso entendimento, que o termo “contra-hegemônico” não corresponde aos processos de transformações sociais como a Revolução Sandinista, por se tratarem de movimentos que objetivam a construção de uma nova hegemonia, isto é, uma nova sociabilidade, uma outra concepção de mundo; e não somente representam um movimento de oposição à hegemonia dominante, por isso não se trata de “contra-hegemonia” mas de desenvolvimento de uma alternativa hegemônica. De acordo com Passos, “Não há o conceito de ‘contra-hegemonia’ na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia. Este é o sentido de não aparecer a noção de ‘contra-hegemonia’ em momento algum na totalidade da obra gramsciana”. (2015, p. 41).

Em confluência com o transformismo de tipo molecular, há aquilo que, de acordo com Zimmermann, alguns nicaraguenses e pensadores chamaram de corrupção pessoal, visto “que o padrão de vida de muitos líderes da FSLN era muito mais alto, no final dos anos 1980, do que havia sido possível no início da década” (2006, p.148).

No que se trata das características do transformismo em sua variante ampliada na derrocada da revolução, as evidências são ainda maiores. Nesta perspectiva, cabe destaque à dinâmica entre as dimensões interna e externa, podendo afirmar que o transformismo ampliado presente na Frente Sandinista se efetuou em dois sentidos. Um primeiro foi a relação da FSLN para com as massas subalternas. Enquanto governo, o trato com a população nicaraguense estava cada vez mais distante e funcionando de cima para baixo, promovendo alterações de ordem econômico-social, política e ideológica, que se reafirmam quando a Frente Sandinista adere a estratégia eleitoral. Para Sá (2014, p.251),

Do ponto de vista da relação do partido com as massas populares, a FSLN optou pelo dirigismo partidário vanguardista e procurou cooptar os movimentos sociais e as organizações populares, exercendo sobre elas um **processo de transformismo**¹¹. Daquele momento em diante, a FSLN se consolidou mediante uma crescente burocratização e não como um partido de expressão das massas populares. Em outras palavras, ocorreu cada vez mais uma identificação entre o Partido e o Estado, em que o primeiro tinha a função de legitimar as ações do último. Neste sentido, a verticalização partidária visava modelar as massas populares e doutriná-las, fazendo com que o partido não funcionasse como um espaço de expressão do anseio popular, mas como um aparato de construção ideológica subsumida às ações do governo.

Se a FSLN exerceu o transformismo sobre as massas populares nicaraguenses, o outro sentido da mudança histórica que levou à derrocada da revolução, se deu a partir da cooptação exercida desde os EUA, isto é, pelo imperialismo. Ainda de acordo com Sá,

O que o governo norte-americano e a Contrarrevolução conseguiram foi impor à Frente Sandinista um processo de cooptação efetuando um pleito de transformação na líder da revolução nicaraguense. A FSLN é submetida a um processo de transformismo. Não apenas no sentido molecular, mas num sentido mais amplo. Neste caso o oponente não é retirado do jogo político, mas é submetido aos ditames do grupo dominante. (2014, p.186).

Isto mostra que a intenção dos EUA não era destruir a FSLN e seguir com um processo de dominação com base na repressão contrarrevolucionária, mas objetivava a cooptação da luta sandinista, isto é, a anulação da radicalidade das forças oponentes (MACIEL, p.293), utilizando de estratégias como o embargo econômico, os forçados acordos de paz e o financiamento dos *contras*, além da já referida decomposição do bloco socialista que afastou ainda mais a possibilidade de resistência. Sá (2014, p.186) conclui que,

¹¹ Grifo nosso.

Desta forma, o imperialismo norte-americano e a burguesia nicaraguense ligada à Contrarrevolução passaram a anular o caráter contra-hegemônico que representava a revolução liderada pela FSLN. As ações de ordem social, econômica, política e ideológica foram desenvolvidas para modificar ou redefinir o modo de ser e agir da Frente Sandinista, alterando assim sua práxis social e por conseguinte sua práxis política.

Uma questão determinante no processo transformista sofrido pela FSNL, foi a resposta à crise econômica que assolou a Nicarágua em toda a década de 1980. A década de 1980 é considerada a “década perdida” para as nações latino-americanas, devido principalmente às crises da dívida externa. Ao fim dos anos 1980 e início da década de 1990, ocorre o *Consenso de Washington*¹², uma resposta dos EUA, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) para a América Latina, visto que é atribuída uma outra importância geopolítica para a região a partir do fim da Guerra Fria. Para o caminho de saída da dívida externa, ou de capitalização – que é o caso da Nicarágua –, o FMI acabou por estabelecer condicionalidades de acordo com o Consenso de Washington. É desta maneira, para a liberação de crédito, que se condiciona a implementação de reformas voltadas para o mercado nos países latino-americanos, o que acaba configurando a consolidação de um modelo de desenvolvimento liberalizante periférico.

O resultado, de acordo com Zimmermann:

A FSLN respondeu à crise econômica do período pós-guerra com uma série de medidas de austeridade similares às implementadas pelos regimes neoliberais de toda a América Latina. Nos primeiros seis meses de 1988, o governo cortou todos os subsídios às necessidades básicas, deixou de remunerar os lavradores pelos gêneros alimentícios básicos que produziam, desvalorizou drasticamente o córdoba, aboliu o salário mínimo nacional, suspendeu controle de preços, reduziu o controle monetário, extinguiu as restrições à importação de artigos de luxo e praticamente abriu mão de seu controle sobre importações e exportações. Os preços dos alimentos e do transporte público foram às alturas e a desnutrição, que fora largamente eliminada, começou a reaparecer. O sistema de saúde foi parcialmente reprivatizado, levando ao aumento nos índices de mortalidade infantil e materna. A hiperinflação, que chegou a 33.000% em 1988, teve um impacto devastador sobre o bem-estar e o moral dos trabalhadores. [...]. O desemprego subiu para 33%, e o salário médio do trabalhador (dos que tinham arranjado um emprego) comprava 7% das necessidades mínimas de uma família (2006, p. 144).

São estes, portanto, os elementos que concretizaram a derrota da Revolução Nicaraguense, onde a FSLN tanto sofreu quanto exerceu uma função transformista ao longo

¹² Sobre o Consenso de Washington: “conhecido resultado do encontro onde foi produzido o documento que reúne o conjunto de reformas tidas como necessárias para a continuidade das relações entre os Estados Unidos e Instituições Financeiras presentes no Encontro, com os países da América Latina. À época, o documento causou impacto na região porque significou não só adesão à doutrina neoliberal, como também pragmatismo, na medida em que recomendava a implementação imediata de reformas voltadas para e pelo mercado”. (MATHIAS, 2012, p. 125).

do processo e, conforme a tendência imposta pelo imperialismo estadunidense não só na região centro-americana, mas em toda a América Latina, ocorreu por consequência a preparação do terreno para a implementação das políticas neoliberais. Sobre esse assunto, Maciel (2006, p.294) atenta para

a importância da modelagem da arena da disputa política como procedimento decisivo em determinadas experiências de transformismo e revolução passiva. Isto se deve ao fato de as maiores debilidades das frações burguesas, na implantação da sua hegemonia ou dominação, exigirem uma intervenção mais acentuada do Estado sobre a sociedade civil e sobre a própria arena da disputa política. [...], a hegemonia não “nasce na fábrica”, na sociedade civil, mas na sociedade política, por isto depende fortemente da intervenção do Estado como aparelho de hegemonia e instrumento coercitivo.

Assim, fica notório o interesse dos EUA em não só cooptar e ceifar a radicalidade da luta sandinista, mas também financiar as forças de oposição à direita mantendo, de um jeito ou de outro, o Estado a serviço dos interesses imperialistas, isto é, um governo que abdicasse da continuidade do processo revolucionário e que se comprometesse em seguir a tendenciosa implementação de uma democracia neoliberal no país, o que pressupõe para além das alterações de ordem econômica, uma mudança política e ideológica, constituindo o reestabelecimento da hegemonia burguesa sob o formato do neoliberalismo.

Considerações finais

O presente trabalho integra uma pesquisa que se propõe analisar as minúcias do processo de Revolução Sandinista enquanto um processo revolucionário popular que objetivava a formação de uma nova sociedade – construindo assim uma hegemonia alternativa –, com ênfase na organização das mulheres, uma fração de grupo subalterno dentro da FSLN, essencial às primeiras conquistas sandinistas. Todavia, está colocado o desafio em compreender os nexos causais dentro de uma perspectiva que articule política internacional e nacional, questões internas e externas às unidades políticas em questão, ou seja, uma análise dialética da realidade, que só tende a enriquecer os estudos. Sendo o marco teórico desta pesquisa o pensamento de Antonio Gramsci, sob tal perspectiva, verifica-se que ao invés da cisão entre as forças externas e internas, se torna nítido um conjunto de combinações de forças políticas que se definem em ‘hegemonias em disputa’ tanto no interior do Estado, quanto entre esses.

Em síntese, a análise dos fatores internos e externos em relação ao processo revolucionário nicaraguense proporciona o entendimento da função transformista exercida pela FSLN e suas implicações, visto que, encadeados, tais fatores fizeram com que os

objetivos imperialistas fossem cumpridos, levando à derrocada da Revolução Sandinista e a reconstituição de uma burguesia munida de poder econômico e político, hegemônica e característica do Neoliberalismo latino-americano na Nicarágua.

REFERÊNCIAS

ARON, R. *Paz e Guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, vol. 5*. Edição e Tradução, Luiz Sergio Henriques; coedição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACIEL, David. Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci. In. *História Revista*, v. 11, n. 02, pp. 273-299, jul./dez. 2006.

MAREGA, Marisa. *A Nicarágua Sandinista*. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.

MATHIAS, Meire. *O Desenvolvimento sob impacto das Reformas na América Latina: o legado dos anos 1990*. In. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul.-Dez., 2012.

_____. *Para pensar a América Latina: poder e hegemonia nas relações internacionais*. In. *Revista Espaço Acadêmico* – Nº 175 – Dezembro/2015, p 69 – 75. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/30023>. Acesso em 29/06/2017.

_____. Teoria de Relações Internacionais e a Concepção de Política Exterior: uma reflexão em Gramsci. In. *Visões do Sul: Crise e Transformações do Sistema Internacional*. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Alexandre Fuccille (organizadores). – Marília : Oficina Universitária; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016. p. 97 – 114.

MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: A luta pelo poder e pela paz*. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília, DF: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ipri, 2003.

PALICER, Raony. *O Centro Periférico: a América Central e a Política Internacional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, 2017.

_____; MATHIAS, Meire. *Hegemonia e Política Internacional na América Central*. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, PROLAM-USP, 2016.

PASSOS, Rodrigo Duarte F. Dos. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: Um esboço sobre o papel dirigente das Classes e Grupos Sociais. In. *Relações Internacionais Contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas*. Rodrigo Duarte

Fernandes dos Passos; Noemia Ramos Vieira; Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (organizadores). – Marília: Oficina Universitária ; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 93 – 112.

SÁ, Roger dos Anjos de. *A Revolução Sandinista: do triunfo à derrota (1979-1990)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2014.

SANCHES, Rodolfo. “*Projeto Chile*”: *um elo ativo na revolução passiva*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

VILAS, Carlos M. *Nicarágua, Hoje: Análise da Revolução Sandinista*. 1. ed. Tradução de Cláudia Schilling. – São Paulo : Vértice, 1986.

ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaragüense*. 1. ed. Tradução de Maria Sílvia.

Resumo: Situada na América Central, a Nicarágua foi objeto de disputas devido sua localização estratégica e recursos naturais. Os Estados Unidos da América, principal interessado em manter seu "quintal" sob controle, foi autor de inúmeras invasões até que, com o estabelecimento da Guarda Nacional e com os Somoza no poder, o país norte-americano estabeleceu sua preponderância na relação entre tais nações. Não obstante, toda a violência dos anos de 1940 não impediu que classes subalternas se organizassem numa frente de caráter popular capaz de promover um grande processo de transformação social, político e cultural: a Revolução Sandinista de 1979. Porém, a construção de uma nova Nicarágua não se consolidou, sucumbindo em 1990 com a vitória da liberal Violeta Chamorro nas eleições à presidência. Assim, há de se considerar todo o contexto político externo da Guerra fria, da influência contrarrevolucionária dos EUA e da relação militar e econômica com Cuba e URSS, portanto, se trata de reducionismo afirmar que a derrota do processo revolucionário se deve somente aos erros cometidos pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Todavia, tais equívocos são também resultado de uma mudança na essência da própria Frente Sandinista. Neste sentido, o conceito gramsciano de transformismo e suas variantes torna possível a análise dessa mudança essencial, isto é, do caráter transformista adquirido pela FSLN, que propiciou a decadência do processo revolucionário e as condições necessárias para o reestabelecimento da hegemonia burguesa na Nicarágua.

Palavras-chave: Política Internacional, Transformismo, Nicarágua.

Resumen:

Situada en América Central, Nicaragua ha sido objeto de controversias debido a su ubicación estratégica y los recursos naturales. Los Estados Unidos, el principal interesado en mantener su "patio trasero" bajo control, fue el autor de numerosas invasiones hasta que, con el establecimiento de la Guardia Nacional y de la Somoza en el poder, el país norteamericano estableció su dominio en la relación entre tales naciones. Sin embargo, toda la violencia de la década de 1940 no impidió que las clases más bajas se organizaron en frente del popular personaje capaz de promover un importante proceso de transformación social, política y cultural: la revolución sandinista de 1979. Porém, a construção de uma nova Nicarágua não se consolidou, sucumbindo em 1990 com a vitória da liberal Violeta Chamorro nas eleições à presidência. Por lo tanto, debemos tener en cuenta todo el contexto político externo de la Guerra Fría, la influencia de Estados Unidos y contrarrevolucionaria relación militar y económica con Cuba y la URSS, por lo que es reduccionismo afirmar que la derrota del proceso revolucionario se debe sólo a errores el frente sandinista de Liberación Nacional (FSLN). Sin embargo, este tipo de errores son también el resultado de un cambio en la esencia de la propia Frente Sandinista. En este sentido, el concepto gramsciano de transformismo y sus variantes hace posible el análisis de este cambio esencial, es decir, el personaje travesti adquirida por el FSLN, lo que llevó a la caída del proceso revolucionario y las condiciones para el restablecimiento de la hegemonía burguesa en Nicaragua.

Palabras clave: Nicaragua, Transformismo, Política Internacional.

PARA UMA ANÁLISE MARXISTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DE KARL JENSEN E NILDO VIANA

Gabriel Teles Viana*

Introdução

Embora ainda timidamente (em comparação aos estudos que partem de outras perspectivas), existem poucos estudos e pesquisas que compreendem os movimentos sociais a partir de sua base social específica, analisando-a a partir do conjunto da sociedade, ou seja, utilizando as categorias da totalidade e especificidade, um dos recursos e categorias do método dialético formulado por Karl Marx na segunda metade do século XIX (MARX, 1983) e desenvolvido e aprofundado por outros teóricos (LUKÁCS 1989; KORSCH 1977; VIANA 2007).

Marx, ao longo de sua vida, teorizou a luta política e desenvolvimento histórico do movimento operário de sua época, bem como a análise do modo de produção capitalista, deixando um legado tanto teórico quanto metodológico que extrapola a análise e compreensão apenas do movimento operário, possibilitando a investigação de muitos outros fenômenos sociais concretos da sociedade capitalista. Portanto, grande parte da bibliografia marxista é direcionada para a reflexão do movimento operário (que tem como base as classes sociais) e não de movimentos sociais (que tem como base grupos sociais, apesar de estarem inseridos numa sociedade classista) (JENSEN, 1996).

Nesse sentido, a primeira questão que devemos pontuar é: Marx não escreveu e teorizou sobre os movimentos sociais. Durante sua vida e em seu desenvolvimento intelectual, os movimentos sociais ainda não existiam de forma efetiva (ou existiam, mas de forma muito embrionária e incipiente). Poucos foram os autores que avançaram, de forma coerente, na discussão em torno dos movimentos sociais na perspectiva marxista; e muitos, deformando ou retirando o seu caráter político, caíram em análises insuficientes ou ecléticas que não conseguiam explicar o fenômeno (LOJKINE 2007; BORJA 1975; CASTELLS, 1991).

Em nossa perspectiva, dois autores são fundamentais para a compreensão dos

* Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

movimentos sociais numa perspectiva dialética, ou seja, marxista. Estes são Karl Jensen (1996) e Nildo Viana (2016). O primeiro, no texto “Teses Para Os Movimentos Sociais” (1996), tem o mérito de colocar em discussão o ponto fundamental de qualquer movimento social: os grupos sociais. Este aspecto é o ponto de partida que irá guiar o autor na confecção das dez teses. Apesar disso, em Jensen, ainda não há um desenvolvimento de um conceito e concepção de movimentos sociais, mas tão-somente uma definição e a análise de alguns de seus aspectos que, inclusive, contribui para o avanço que há no livro “Os Movimentos Sociais” de Nildo Viana (2016). Neste último, há um aprofundamento e desenvolvimento de uma teoria dos movimentos sociais, buscando desenvolver um universo conceitual que dê conta de explicar o fenômeno social. Nesse sentido, no presente texto, buscamos reconstituir a concepção de movimentos sociais nesses autores.

O conceito de movimentos sociais na concepção marxista

Nildo Viana define movimentos sociais como *“mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos”* (VIANA, 2016: p. 43). A mera apresentação do conceito não é suficiente para efetivar o processo analítico dos movimentos sociais, é por isso que iremos explicitar cada elemento que constitui o todo, ou seja, para compreendermos o conceito e o próprio fenômeno concreto dos movimentos sociais, é necessário explicitarmos e explicarmos o significado de “grupos sociais”, “situação social”, “insatisfação social”, “senso de pertencimento” e “objetivo”.

Antes de analisarmos os elementos que constituem os movimentos sociais, é necessário explicitar, também, o significado e definição de “movimento” e “social” do conceito de movimento social.

Um movimento é uma palavra polissêmica. Podemos falar em movimento com diversos sentidos diferentes: na astronomia, o movimento é caracterizado como o deslocamento dos corpos celestes; na música, pode ser definido como uma das partes de uma composição musical; nas artes plásticas é visto como um recurso utilizado para dar animação a uma obra de arte, etc. No entanto, o seu sentido mais conhecido é o físico: inconstância na posição espacial de um objeto no decorrer do tempo. Em verbete sobre essa discussão, Lobkowics traz a seguinte reflexão:

Habitualmente, na linguagem vulgar se denomina movimento somente as mudanças de lugar e situação. Pelo contrário, antes de se impor a opinião de que

as mudanças de lugar e situação diferem fundamentalmente das demais mudanças (Galileu, Descartes, Newton), os filósofos utilizavam a expressão ‘movimento’ como sinônimo de ‘mudança’ (Aristóteles, escolástica) (LOBKOWICZ, *apud* VIANA, 2016, p. 21).

Karl Jensen, por sua vez, traz uma abordagem mais refinada, colocando novos elementos para se pensar a palavra/categoria “movimento”:

Movimento, num sentido físico, significa um deslocamento de um corpo de um lugar para outro. Neste sentido, a ideia de movimento teria uma conotação meramente espacial. Entretanto, tiramos duas lições desta noção de movimento: em primeiro lugar, só se pode falar de movimento falando daquilo que se movimenta (no caso, o corpo); em segundo lugar, um movimento sempre provoca uma alteração naquilo que se movimenta (a posição espacial). Portanto, notamos que todo movimento possui os agentes que lhe dá vida e que se alteram graças a ele (JENSEN, 2014, p. 129).

Porém, estas definições ainda não conseguem captar a especificidade do “movimento” dentro do conceito de movimentos sociais. Em todas elas há o reconhecimento da palavra enquanto uma categoria do pensamento humano (como espaço, tempo, direita, esquerda etc.). É necessário, mais do que isso, pensar movimento enquanto conceito¹ e não como categoria (entendida aqui como uma ferramenta intelectual):

A transformação de uma categoria em conceito exige sua união com algo real, concreto. Por isso acrescentamos um outro termo complementar, que é o termo “social”, pois assim passamos a nos referir a algo existente realmente e não apenas uma ferramenta intelectual. Em outras palavras, a categoria movimento acompanhada do conceito “social”, o transforma, também, em um conceito” (VIANA, 2016: p. 24).

Nesta perspectiva, portanto, podemos perceber que o movimento significa um determinado deslocamento social. O que se desloca nos movimentos sociais são os *grupos sociais*.

O grupo social é o elemento fundamental dos movimentos sociais. Um movimento só é social se este possuir seres humanos, reais e concretos, que efetivam o deslocamento (social). A importância do grupo social se dá justamente por evidenciar o tipo específico de agrupamento humano que realiza este deslocamento. Não se trata de pensar o grupo social de forma abstrata, como um imenso grupo² (LAPASSADE, 1989) ou coletivo organizado, mas sim de um conjunto de pessoas que possuem algo em comum. Jensen nos fornece um

¹ Compreendemos conceito enquanto expressão da realidade (VIANA, 2007).

² “Um grupo é constituído por um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião... Ora, todos estes grupos – equipes, oficinas, clubes, células – parecem funcionar segundo os processos que lhes são comuns, mas não se tem costume de observar espontaneamente” (LAPASSADE, 1989, p. 65).

exemplo do movimento das mulheres:

Tomemos um exemplo: o movimento das mulheres. Este é o grupo social que lhe movimenta. Este conjunto de pessoas, este grupo social, possui em comum o fato de todos os seus membros pertencerem ao sexo feminino. Esta é a motivação interna do movimento. Entretanto, o simples fato de pertencer ao sexo feminino não cria nenhum movimento social, pois somente no interior de determinadas relações sociais é que pertencer ao sexo feminino cria a necessidade de ação coletiva. Essas relações sociais certamente se baseiam na opressão do sexo feminino e é esta a motivação externa deste movimento social. O mesmo ocorre com o movimento negro: o simples fato de pertencer à raça negra não é motivo suficiente para surgir um movimento social, mas, quando a raça negra se vê oprimida, então surge a sua necessidade. Um movimento social só existe quando o conjunto de pessoas que o compõe possuem aspectos comuns, que podem ser tanto biológicos (raça, sexo) quanto culturais e ideológicos (projeto político) (JENSEN, 2014, p. 48).

Partindo deste pressuposto, podemos ter diversos grupos sociais, derivados de sua condição corpórea, de sua situação social e das relações culturais. É nesse sentido que Viana (2016) distingue os grupos sociais em orgânicos, situacionais e culturais.

Os grupos orgânicos, onde sua característica fundamental se baseia em sua corporeidade, é um grupo social em que os indivíduos constituintes deste, independentemente de suas escolhas individuais, se baseiam em seus aspectos biológicos ou de sua condição física. Este é o caso da questão do sexo (masculino e feminino), das raças (branca, negra, amarela, etc.), deficiência física e etc. Os grupos situacionais baseiam-se na sua própria situação social, onde esta última que gera o grupo social; este é o caso, por exemplo, dos estudantes. O movimento estudantil só existe porque existe a situação e condição estudantil. Em grande parte, os grupos situacionais têm uma especificidade que é a sua situação social que cria e desenvolve o grupo social (o mesmo ocorre também em grupos sociais culturais), não o contrário, como no caso dos grupos orgânicos. Por fim, os grupos sociais culturais compõem sua unidade grupal em torno de suas crenças, doutrinas e demais expressões culturais. Podemos colocar os pacifistas e ecologistas como exemplos deste grupo.

Apesar da importância dos grupos sociais, apenas sua mera existência não automaticamente gera movimentos sociais:

Um grupo social só existe, aliás, quando existe este algo comum a todos os seus membros. Portanto, a base de um movimento social é o grupo social que lhe movimenta. Mas é possível haver um grupo social e este não produzir nenhum movimento? Isto pode ocorrer em determinadas condições históricas como, por exemplo, os membros do grupo social estão isolados uns dos outros ou então a necessidade (motivação interna e/ou externa) não é muito forte ou consciente ou, ainda, quando a repressão é muito forte (JENSEN, 2014: p 131).

Jensen coloca três elementos importantes para se pensar como um grupo social não

gera automaticamente um movimento social. O primeiro deles, que é o isolamento social, trata-se de quando vários indivíduos de um mesmo grupo social (seja ele orgânico, situacional ou cultural) estão isolados (podendo ser tanto espacial quanto socialmente), o que impossibilita a própria comunicação entre os indivíduos e suas respectivas mobilizações coletivas. O segundo elemento é a necessidade de a mobilização não ser muito forte ou **consciente**. Este é o elemento fundamental, sobretudo o aspecto da consciência. Um grupo social pode existir, mas se este não percebe uma determinada situação social que gere uma determinada insatisfação social (geralmente de opressão, sofrimento, etc.), não se criará um movimento social. Se um grupo de negros, em uma grande metrópole mundial, que sofre preconceito e racismo cotidianamente não tiver consciência dessa situação social, então não provocará a criação de um movimento social. E isto vale para qualquer tipo de grupo social. O terceiro e último elemento é a repressão. Em determinados contextos históricos (o fascismo na Europa na primeira metade do século XX, as ditaduras militares latino-americanas a partir da década de 60, etc.) a repressão é tão intensa e totalizante que a mobilização dos grupos sociais é obliterada ou minada, sendo proibida a sua mobilização; os que ainda resistem são jogados na ilegalidade e/ou perseguidos.

Se apenas a condição de existência dos grupos sociais não engendra um movimento social, então como este é desenvolvido? O conceito complementar que nos auxilia a pensar a possibilidade da criação de um movimento social é o de *situação social*:

A existência de um grupo social e o pertencimento dos indivíduos a ele geram uma condição de possibilidade, ou uma precondição, mas é necessário algo externo que faz com que tal grupo tenha alguma necessidade de gerar um movimento³. Essa “motivação externa” é a situação social, ou seja, ainda no exemplo do movimento negro, o fato de indivíduos possuírem as mesmas características fenotípicas e, por conseguinte, pertencerem ao mesmo grupo social, não gera um movimento social. Se as relações entre as raças fossem igualitárias, então não haveria motivo para mobilização. No entanto, se as relações raciais são marcadas pela opressão, discriminação, segregação, então temos uma situação social que tende a gerar um movimento social deste grupo. [...] A situação social é fundamental para explicar os movimentos sociais, pois é ela que faz surgir determinado grupo social ou então que ele tenha necessidade de agir e lutar. Claro que a criação de um grupo social não é suficiente para ele gerar um movimento social, pois dependendo das relações sociais concretas e do grau de conformismo, isso pode não ocorrer. Além da existência do grupo social, é necessário que a existência de uma situação social *específica*, que é marcada por opressão, necessidades não atendidas, descontentamento com a sociedade ou aspectos dela, difusão de ideologias ou doutrinas que geram inimigos imaginários ou alvos de ódio ou ressentimento, etc. (VIANA, 2016: p. 31-33).

³ “Os grupos sociais se movimentam por motivos internos e, ao mesmo tempo, externos. Isto ocorre porque um grupo social só existe no interior de uma relação social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade” (JENSEN, 2014, p.130).

Nesse sentido, a situação social é também uma determinação dentro da análise dos movimentos sociais, sendo também (assim como os grupos sociais) uma pré-condição para a sua existência. No entanto, ainda são necessárias outras determinações que nos auxiliem a pensar o surgimento de um movimento social, quais sejam: a insatisfação social, o senso de pertencimento, mobilização e objetivo.

A insatisfação social é derivada de uma situação social específica. A insatisfação pode aparecer a partir da má estrutura das escolas, falta de estrutura sanitária, existência de miséria, destruição ambiental, maltrato com os animais, racismo, opressão sexual, etc. Estes são os exemplos que mais apareceram nos estudos dos movimentos sociais e suas insatisfações; no entanto, é necessário abandonar a ideia idílica dos movimentos sociais, pois nem todos estão relacionados à justiça, bem-estar dos grupos sociais, humanistas e etc. A ramificação do movimento racista KKK (Ku Klux Klan), originado nos Estados Unidos, é um exemplo de um movimento social conservador cuja insatisfação social foi forjada pela abolição da escravatura e da inserção do negro na sociedade civil norte-americana. Como bem disse Viana:

[...] a insatisfação social é derivada não só da situação, mas da percepção dela e essa última pode ser adequada e justa ou não. Em alguns casos, a situação, tal como o racismo ou destruição ambiental, gera uma insatisfação social legítima, mas muitas vezes também pode ser ilegítima, tal como a dos racistas com a ascensão social dos negros ou daqueles que se preocupam com a imagem social dos alienígenas, seres cuja existência ou contato nem sequer é algo concreto. Num caso, temos determinados interesses e valores condenáveis, e, noutro, criações imaginárias sem sentido. A insatisfação é algo que pode se manifestar diante de injustiça, opressão, destruição, ou apenas uma moeda de troca, busca de vantagens e privilégios, ou manutenção dos mesmos, ou, ainda delírios e desequilíbrios psíquicos (VIANA, 2016; p. 34).

Não perceber que a insatisfação social pode ser fabricada ou incentivada por ideologias ou representações cotidianas ilusórias, é não compreender os movimentos sociais em sua complexa dinâmica. Grande parte da literatura dos movimentos sociais analisa tão-somente os movimentos sociais que se estruturam em situações justas de mobilização, o que acaba criando uma falsa sensação que todos os movimentos sociais têm, como princípio, a melhora da situação do grupo social que se mobiliza. É necessário, nesta perspectiva, novos estudos que reflitam e analisem os movimentos sociais conservadores, tais como os racistas, xenófobos, etc.

A mera insatisfação social também não produz o movimento social, é necessário também a *consciência* coletiva da insatisfação e do próprio grupo social. É por isso que outra determinação para se analisar um movimento social é o *senso de pertencimento*. Um

indivíduo de um determinado grupo social, estando isolado e sem a consciência e se organizando com outros indivíduos do mesmo grupo social, não se mobilizando a partir de sua situação/insatisfação social de forma coletiva ou compartilhada, não engendra um movimento social. Nesse sentido, o senso de pertencimento significa o reconhecimento de que a insatisfação social não é um problema do indivíduo ou resolvida individualmente, mas sim coletivamente, do conjunto dos indivíduos que compõem um grupo social (e também pelos apoiadores alóctones⁴ se for o caso). É derivado desse senso de pertencimento que um determinado grupo social, a partir de sua situação e insatisfação social, compõe seus objetivos e busca se mobilizar.

Por fim, o último elemento definidor e constituinte de um movimento social é o *objetivo*. O objetivo, como o próprio nome expressa, significa a finalidade de um determinado movimento social, aquilo que ele quer que seja solucionado. Cada movimento social elenca objetivos específicos que façam sua situação ou insatisfação serem solucionadas. Devemos, no entanto, perceber que um movimento social não é homogêneo. Quando se fala em movimento negro, não podemos achar que todos que fazem parte dele pensam, mobilizam-se e têm objetivos similares. Uma determinada parte do movimento negro pode reivindicar igualdade entre as raças, outras a supremacia do negro diante das outras raças, ou, especificamente, microrreformas e vantagens da sociedade capitalista. Apesar de todas essas reivindicações serem de um mesmo grupo social, elas se destoam do ponto de vista de consciência e organização de como superar (ou dissimular) uma determinada situação social. É nessa perspectiva que podemos falar em ramificações nos movimentos sociais:

Uma adequada compreensão dos movimentos sociais torna necessária a percepção de que eles produzem diversas ramificações. Um movimento social pode ser considerado um caule do qual brotam diversos ramos. Essa metáfora ajuda a entender o conceito de ramificação no sentido que aqui o utilizamos, significando derivações dos movimentos sociais, sendo partes deles sem ser sua totalidade ou ele mesmo. Um movimento social pode gerar manifestações, organizações, subgrupos, representações, ideologias, etc. [...] Uma vez consolidado um movimento social, então ele tende a gerar ramificações, muitas vezes contraditórias e isso se deve à divisão das sociedades em classes antagônicas e diversas outras divisões e subdivisões sociais, diversidade de interesses, além das lutas culturais e outras determinações. Da mesma forma é possível que uma ramificação de um movimento social acabe se autonomizando e se distinguindo dele. Isso ocorre quando tal ramificação se autonomiza ao ponto de criar interesses próprios que já não são os mesmos do movimento social que lhe deu origem, embora possa manter isso no discurso e manter algumas reivindicações, mas sobrepostas a outras que são mais importantes, tal como os partidos Verdes,

⁴ “Os alóctones são indivíduos fora do grupo social, podem ser adultos apoiando o movimento juvenil ou intelectuais apoiando sem teto” (VIANA, 2016, p. 56).

derivados do movimento ecologista (VIANA, 2016, p. 40-42).

Estes são os elementos fundamentais da conceituação de movimentos sociais feita por Karl Jensen e Nildo Viana. É necessário, também, aprofundar a discussão sobre movimentos sociais e inseri-la na dinâmica da luta de classe na sociedade capitalista, bem como sua relação com o Estado, cultura, etc., também efetivada pelos autores.

Movimentos sociais, lutas de classe e regimes de acumulação

No tópico anterior apresentamos o conceito de movimento social que irá guiar a nossa reflexão, trazendo seus principais elementos e explicando cada um deles. No entanto, a discussão sobre os movimentos sociais se manteve abstrata, sem inseri-la (tirando os exemplos) na realidade concreta. No presente tópico buscamos articular a discussão dos movimentos sociais com as lutas de classes e o seu desenvolvimento histórico, ou seja, a partir dos regimes acumulação.

A dinâmica da sociedade capitalista é regida pela dinâmica das lutas de classes. Nesse sentido, os movimentos sociais, sendo seu arranjo social baseada em grupos sociais, têm um vínculo substancial com a questão das classes sociais na sociedade capitalista. Isto significa dizer que a composição social dos movimentos sociais é, fundamentalmente, uma composição de classes. Os grupos sociais não são homogêneos; dentro de um mesmo grupo social, como as mulheres, por exemplo, podemos ter diversas manifestações de classes ou subdivisões destas: mulheres burguesas, mulheres operárias, mulheres intelectuais, mulheres camponesas e etc.

Deriva disso que os movimentos sociais estão imersos e são uma determinada resposta da luta de classes na sociedade capitalista. Por fim, qual a diferença então entre movimentos sociais (tendo como base social os grupos sociais) e o movimento de classe (tendo como base as classes sociais)? Viana nos dá alguns elementos importantes:

[...] As classes sociais diferem dos grupos sociais que estão na base dos movimentos sociais porque são geradas social e historicamente (ao contrário dos grupos orgânicos) e possuem interesses comuns (o que nem sempre ocorre nos grupos sociais), além de que nem sempre tais grupos também efetivam lutas em comum contra outras classes (ou grupos). Contudo, o elemento fundamental é que a sua delimitação ocorre via divisão social do trabalho no sentido mais geral do termo. [...] As classes sociais são conjuntos de indivíduos submetidos à divisão social do trabalho na sociedade e é isso que gera um modo de vida comum, interesses comuns e luta comum contra outras classes sociais. Os grupos situacionais, que são os grupos sociais citados que mais podem ser confundidos com as classes sociais, são ou subdivisões destas ou produtos transitórios ou determinados por local de moradia, demandas sociais, situação social, etc. (VIANA, 2016: p. 52-53).

Nesse sentido, podemos dizer que os movimentos sociais podem ser monoclássistas (constituídos tão-somente por uma classe social) ou policlássistas (constituídos por duas ou

mais classes sociais). O exemplo do movimento das mulheres expressa o segundo caso e o movimento dos sem-teto como expressão do primeiro (neste caso a classe social seria o lumpemproletariado).

Essa discussão nos remete a analisar e compreender a composição de classe dos movimentos sociais (e suas ramificações) bem como a sua hegemonia interna. Novamente, retomemos o exemplo do movimento das mulheres: a composição de classe de determinada ramificação do movimento das mulheres estabelece e determina seus objetivos, formas de mobilização, tipo de insatisfação, etc. Uma determinada ramificação do movimento de mulheres que tenha em sua composição de classe mulheres burguesas será radicalmente distinta de um movimento de mulheres que tenha como composição mulheres proletárias, subalternas, lupemproletárias, etc. É por este motivo que o pertencimento de classe é o elemento fundamental da composição social de um movimento social. É a partir disso que Viana (2016) irá colocar a existência de três variedades de movimentos sociais a partir de suas composições sociais: os movimentos sociais conservadores, reformistas e revolucionários. De forma sintética, analisaremos cada um deles apresentando seus elementos fundamentais.

Os movimentos sociais conservadores são predominantemente monoclassistas e manifestam a hegemonia burguesa no seu interior. Suas mobilizações apontam para a reprodução da sociedade capitalista, reforçando e conservando seus elementos constituintes fundamentais em articulação com as demandas específicas dos grupos sociais que os mobilizam. Os dois conceitos que buscam explicar este movimento é o de aloctonia e intolerância. O primeiro significa uma aversão ao alóctone, visto como inferior, perigoso, ameaçador, etc. O segundo conceito, derivado do primeiro, significa o sentimento e a predisposição mental que este tem com o autóctone. Um exemplo de movimento social conservador é o movimento racista.

Os movimentos sociais reformistas são predominantemente policlassistas, sendo a variedade de movimento social com o maior número de indivíduos mobilizados. Sua hegemonia interna também é burguesa, mas em determinados contextos históricos também pode possuir uma hegemonia burocrática. A determinação fundamental que fazem as mobilizações dos movimentos reformistas é a sua ação destinada ao Estado (podendo ser de colaboração ou de oposição). Nesse sentido, os dois conceitos fundamentais que nos auxilia a pensar essa variedade de movimento social são os de reivindicação e Estado. A questão da reivindicação se dá na insatisfação específica de cada movimento social (como por exemplo

a opressão das mulheres, racismo, falta de moradia, etc.). Esta reivindicação é feita e endereçada, como já dissemos, ao Estado. Sendo a variedade de movimento social com maior número e alcance de mobilizações derivado ao seu caráter essencialmente policlassista, podemos também elencar três tendências dentro dos movimentos sociais reformistas; quais sejam: conservadores, reformistas e revolucionárias. A tendência conservadora expressa a hegemonia burguesa dentro dessa variedade a partir, sobretudo, de grupos orgânicos que expressam um aloctonismo e autoctonismo exacerbado devido ao ressentimento provocado por determinados tipos de opressão, criando um maniqueísmo.

Determinadas ramificações do movimento negro podem exemplificar esta questão. Entre elas, fala-se em uma suposta “dominação branca” sobre tudo e todos, abstraindo se o indivíduo branco é racista ou antirracista, burguês ou proletário e etc. Nestas ramificações, em suas versões mais radicais, as pessoas de cor branca são colocadas como essencialmente racistas e que devem ser combatidas devido a isso. A tendência reformista abraça os elementos definidores dessa variedade específica de movimento social, constituindo a reivindicação endereçada ao Estado como seu objetivo maior. Por fim, a tendência revolucionária é, quase sempre, dissidente e minoritária nos movimentos sociais reformistas. A vigência cultural (hegemonia) predominante é a proletária. Devido ao seu posicionamento, essa tendência possui uma maior volatilidade e muitas vezes abandona sua posição revolucionária. Suas ações não são endereçadas ao Estado e nem para grupos alóctones, mas sim ao proletariado (como classe) e para a hegemonia proletária (contribuindo para a luta cultural desta classe).

Por fim, os movimentos sociais revolucionários são raros devido suas próprias posições em sua manutenção na sociedade capitalista, sobretudo em tempos de hegemonia burguesa. Suas características são as mesmas que a tendência revolucionária nos movimentos sociais reformistas, mas sem as ambiguidades das mesmas.

Em síntese,

A dinâmica da luta de classes atinge, desta forma, todos os movimentos sociais e tendência no seu interior. Os movimentos sociais reformistas tendem a ser a maioria e predominante em épocas de estabilidade e perdem espaço com a radicalização da luta e perda de estabilidade, sendo que em épocas de crise há um processo de fortalecimento progressivo dos movimentos sociais conservadores e revolucionários. Evidentemente, isso ocorre mais a nível geral. Em ramificações, produções intelectuais, tendência, etc. esse processo também atua, mas possui especificidades e processos particulares (VIANA, 2016: p 80).

Os movimentos sociais, envolvidos na luta de classes, são influenciados e influenciam a dinâmica dos conflitos sociais da sociedade capitalista. Nesse sentido, o

processo de produção e valorização do capital, bem como a associação reguladora desse processo, o Estado, possuem diretamente influência sobre os rumos que tomam a variedade dos movimentos sociais.

Sendo assim, torna-se necessário uma discussão acerca da relação dos movimentos sociais com os regimes de acumulação, bem como um dos seus elementos definidores, o Estado. As determinações fundamentais desses dois fenômenos que incidem diretamente sobre os movimentos sociais são: a crescente mercantilização, ocasionada pelo desenvolvimento da acumulação de capital, e a crescente burocratização gerada pela configuração estatal durante o próprio desenvolvimento dos regimes de acumulação.

Os regimes de acumulação buscam a sobrevivência e a reprodução do capitalismo, sendo também uma determinada configuração das lutas de classe no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, as formas sociais (o que Marx, alegoricamente, chamou de "superestrutura") são irradiadas por essa dinâmica e sofrem implicações diretas desse processo; por consequência, os movimentos sociais também são atingidos:

[...] É necessário destacar que esses regimes de acumulação atuam diretamente sobre os movimentos sociais, através da mutação do processo de valorização e suas consequências sociais, da nova forma estatal, que tem impacto direto sob a maioria dos movimentos sociais, bem como nas relações internacionais, que geram processos de influências e mutações locais. Um regime de acumulação significa um rearranjo geral na sociedade capitalista e, por conseguinte, também gera diversos efeitos indiretos (mutação cultural e ideológica, nas lutas de classe na sociedade civil, nos grupos sociais, na vida cotidiana, etc.) (VIANA, 2016: p. 87).

Uma das consequências diretas do modo de produção capitalista que incidem sobre os movimentos sociais é a crescente mercantilização. Com a tendência de reprodução ampliada do capital, as relações mercantis vão desaguando para além das relações de produção capitalista, invadindo as relações sociais. É o movimento expansivo do capital: tudo começa a tornar-se mercadoria. Logo, a necessidade financeira é vista como uma necessidade da própria existência dos indivíduos, onde tudo deve ser comprado ou trocado por dinheiro. Os movimentos sociais são atingidos por esse processo, já que suas mobilizações envolvem recursos financeiros. Viana (2016) nos apresenta dois conceitos fundamentais para analisar como a mercantilização traz consequências para os movimentos sociais: as ondas e escalas de mercantilização.

O conceito de ondas de mercantilização⁵ está ligado, fundamentalmente, aos

⁵ "A mercantilização é o processo pelo qual a produção capitalista de mercadorias vai se expandindo e subsumindo as formas de produção não-capitalistas e as formas sociais, incluindo o Estado⁶. A história do capitalismo é marcada pelo crescente e intensivo processo de mercantilização e esse processo avança de forma extraordinária após a Revolução Industrial, sendo que com a passagem para o regime de acumulação

regimes de acumulação: a cada novo desenvolvimento da acumulação de capital, uma determinada configuração do caráter mercantil da sociedade é mudada. Os movimentos sociais surgem na terceira onda de mercantilização, que corresponde ao regime de acumulação intensivo⁶, em que as organizações operárias surgem de forma mais cristalizada (partidos, sindicatos) e a mercantilização começa a tomar corpo em diversos espaços na sociedade onde ainda não tinha conseguido chegar (como às universidades, por exemplo). No entanto, os movimentos sociais neste momento ainda são muito incipientes do ponto de vista de força política e mobilização; na era da acumulação conjugada, com o que ficou conhecido como “sociedade do consumo” (LEFEBVRE, 1991), onde ocorre a falsa suposição da integração da classe operária na sociedade capitalista, que os movimentos sociais tomam vitalidade e força. É nesse regime de acumulação que a mercantilização invade a cultura, o lazer e também as mobilizações políticas diversas. A questão da escala mercantil é consequência desse processo e infere diretamente sobre os movimentos sociais.

Todo movimento social, no capitalismo, precisa, obviamente, de recursos financeiros. Mesmo um grupo informal, que é uma ramificação de um movimento social (estudantil, juvenil, feminino, etc.), precisa de algum recurso para realizar suas atividades e promover alguma mobilização: produzir panfletos, revistas, realizar manifestações, protestos, abaixo-assinados. Esses recursos financeiros podem ser mínimos ou até um pouco mais extenso, dependendo das atividades e gastos envolvidos. Assim, o cálculo mercantil aparece, mas sob forma muito limitada e sem criar impacto no movimento ou em suas ações. As fontes de recursos podem ser contribuição dos integrantes, realização de atividades que promovem arrecadação de dinheiro (Festas com vendas de ingressos, por exemplo) ou doação externa (VIANA, 2016: p. 93).

Neste trecho, Viana nos apresenta os aspectos da questão da escala mercantil e dá exemplo de movimentos sociais com uma escala mínima mercantil. Neste nível, o processo de cooptação é raro, já que os recursos financeiros necessários são mínimos e podem ser viabilizados pelo próprio grupo social. Nessa escala, os recursos financeiros não são uma necessidade imperativa que constrange os movimentos sociais a torná-lo como uma de suas necessidades.

Já a escala mercantil média, em que a necessidade financeira torna-se uma obrigação para a efetivação de seus objetivos, atingindo, sobretudo, as organizações mobilizadoras dos movimentos sociais. As organizações mobilizadoras são determinadas ramificações dos movimentos sociais, que pressupõem uma maior complexidade

intensivo esse processo se amplifica, tornando-se ainda mais agudo nos dois regimes de acumulação posteriores” (VIANA, 2016, p. 87-88).

⁶ À guisa de situar o leitor referente a sucessão de regimes de acumulação, colocamos brevemente o seu desenvolvimento nos países de capitalismo avançado: acumulação primitiva de capital, regime de acumulação extensivo; intensivo; conjugado; integral. Para mais detalhes cf. VIANA, 2009.

organizacional em sua composição, um conjunto de ações, etc. Aqui já surge o cálculo mercantil, cujo intuito é buscar estratégias para aquisição de recursos, tanto para a manutenção da própria organização quanto para os gastos em mobilizações (de acordo com o objetivo de cada movimento social). A escala média também pode atingir indivíduos ou tendências dos movimentos sociais, o que pode surgir o processo de cooptação e mudança nos próprios objetivos dos movimentos sociais ou nos indivíduos (isoladamente ou não) que os compõem.

Por fim, a escala máxima de mercantilização é onde versa o limiar entre uma determinada ramificação do movimento social (sobretudo as organizações mobilizadoras) e o próprio movimento social. Nesta escala, a mercantilização pode se tornar tão intensa que a procura e a captação de recursos tornam-se um objetivo em si mesmo, autonomizando este novo interesse com o interesse da mobilização.

É preciso deixar claro que a escala máxima de mercantilização é a fronteira que, uma vez ultrapassada, significa que a organização, indivíduo, etc., deixa de ser parte do movimento social. Ao ultrapassar essa fronteira, a organização se torna burocrática e, tendo objetivos próprios, por mais que diga que seu objetivo ainda seja o do movimento social ao qual supostamente estaria ligado. [...] No caso de indivíduos, ultrapassar tal fronteira significa que ele persegue tão-somente objetivos pessoais, especialmente o retorno financeiro, e o objetivo do movimento social é apenas discurso para justificar, legitimar e garantir tal retorno. (VIANA, 2016: p. 95-96).

As escalas de mercantilização irão atingir todos os movimentos sociais. No plano concreto, cada uma das variedades dos movimentos sociais (conservadores, reformistas e revolucionários) irá compor uma determinada forma de como lidará com esta questão. Em nível geral, os movimentos conservadores estarão entre a escala máxima e média de mercantilização, devido à própria composição de classe desses movimentos, já que a grande maioria advém das classes privilegiadas. Os movimentos sociais reformistas já são mais amplos, o que vai depender de suas tendências para determinar suas escalas de mercantilização (podendo ir de máxima à mínima). Já os movimentos sociais revolucionários, pelo seu próprio caráter de recusa do processo de mercantilização e burocratização, necessitam estar na escala mínima de mercantilização, pois em coerência aos seus objetivos de contribuição para a luta pela transformação social, devem buscar novas formas de mobilização e sociabilidade que não sejam as capitalistas.

Em síntese, o processo de valorização do capital nos remete à crescente mercantilização das relações sociais, o que por sua vez traz consequências diretas na dinâmica dos movimentos sociais.

Um outro elemento dos regimes de acumulação que possui uma fundamental

importância é a configuração estatal dentro do desenvolvimento de acumulação de capital. Partindo dessa perspectiva, iremos analisar a relação entre movimentos sociais e Estado.

O Estado é a principal forma de regularização da sociedade capitalista. Sua influência se dá quase na totalidade das relações sociais presentes ao longo do desenvolvimento histórico capitalista. No entanto, o Estado não é um fenômeno neutro, uma “entidade” que serve a tudo e a todos da mesma forma. Como bem disse Marx (1992), o Estado é uma associação da classe dominante para fazer seus interesses perpetuarem ao longo do tempo. Sua razão-de-ser é contribuir para a manutenção da sociabilidade capitalista, inclusive sendo derivada do próprio modo de produção capitalista (MATHIAS & SALAMA, 1983).

O Estado capitalista é um aparelho privado da burguesia na luta pela garantia das melhores condições regularizadoras da exploração do trabalho. Ele é parte constituinte da luta de classes e se posiciona impetuosamente a serviço das ordens do capital, portanto, a burocracia, classe social que lhe dá vida, é a principal classe responsável por, na prática, tornar a regular o capitalismo. Legislar sobre o trabalho a partir dos interesses da burguesia, garantir a propriedade privada e a ordem pública (espaço de produção e reprodução do capitalismo em sua totalidade), essas são suas verdadeiras tarefas de classe, as outras funções do estado (garantia da segurança, saúde, educação, moradia trabalho etc.) são, para as classes exploradas, ilusórias, visto que, apesar de existirem, atendem muito precariamente aos interesses e necessidades dessas classes. Uma análise pormenorizada das constituições capitalistas nos permite perceber que direitos humanos básicos (direito a vida, moradia, alimentação, educação, segurança, trabalho, terra etc.) e participação política efetiva garantidos pelo Estado é uma ficção. As ações do estado devem ser encaradas como elas realmente são: ações da burguesia mediada pela burocracia, visando à reprodução do capitalismo em condições históricas e sociais variáveis (BRAGA, 2016: p. 06).

Como um grande regulador da sociedade, os movimentos sociais não escapam da regulação do Estado. Viana (2016) demonstra que as principais formas de atuação do aparato estatal em relação aos movimentos sociais são: a cooptação, a burocratização e a repressão. Começemos pela primeira.

Existem dois tipos de cooptação: a direta ou indireta. A primeira refere-se à cooptação realizada pelo próprio Estado que é efetivada quando existe um processo de financiamento do aparato Estatal sob os movimentos sociais, bem como cargos e outras vantagens. A cooptação indireta é a partir de instituições ou subterfúgios legais que ofuscam a visibilidade do processo de cooptação. Um exemplo do primeiro tipo de cooptação seriam as lideranças de algumas organizações mobilizadoras de movimentos sociais que são elencados para assumir cargos dentro do aparato estatal, conseguindo, assim, benefícios próprios. Exemplo do segundo seria empresas ou instituições estatais que financiam movimentos sociais via editais, concursos e etc. Uma forma de cooptação indireta importante são as políticas estatais (ou conhecidas como “políticas públicas”). As políticas estatais

mudam em cada regime de acumulação, assumindo aquilo que podemos chamar de ordenamento. “Em cada uma delas, há uma forma de cooptação dos movimentos sociais (VIANA, 2016: p. 104). A cooptação atinge mais os movimentos sociais reformistas, sobretudo sua tendência hegemônica em seu interior.

Outro elemento da relação entre Estado e movimentos sociais é a burocratização (que está diretamente ligada ao processo de cooptação). Um movimento social, quando começa a crescer e possuir necessidade de recursos financeiros, gera igualmente uma necessidade de formalização, gestão e demais aspectos que contribuem para a burocratização.

As próprias exigências legais para reconhecimento jurídico, elemento necessário para algumas atividades (além do financiamento), é outro elemento incentivador de burocratização. Outra forma de incentivar a burocratização através dos regimentos internos de suas instituições, que geram exigências organizacionais, tal como no caso das instituições de ensino (universidades, escolas), que criam regras formais e burocratizantes para a existência de organizações estudantis (VIANA, 2016: p. 105).

Nesse sentido, podemos analisar a burocratização dos movimentos sociais, a partir da sucessão de ondas de burocratização na sociedade civil, seguindo e obedecendo, simultaneamente, a sucessão de regimes de acumulação. A primeira onda de burocratização, devido à incipiência da formação dos movimentos sociais naquele tempo histórico, não trouxe muito impacto na sociedade civil. É a partir da acumulação conjugada que os movimentos sociais irão ser impactados de forma mais intensa e frequente, onde determinadas ramificações de movimentos sociais começam a se autonomizar e tornaram-se burocracias formais ou informais, desligando inclusive dos próprios movimentos sociais que os deu origem. Estudos que analisem de forma aprofundada e criteriosa as ondas de burocratização e sua relação com os movimentos sociais ainda estão por serem feitas, já que seu campo de estudo, a partir desse universo conceitual, é recente na teoria marxista.

Por fim, a última relação comum do aparato estatal para com os movimentos sociais é a repressão. “A repressão é a forma como se usa o aparato repressivo (exército, polícia, etc.) para combater os movimentos sociais” (VIANA, 2016: p. 105). Nesse sentido, podemos vislumbrar dois tipos de repressão: seletiva e generalizada. A repressão seletiva é utilizada em casos específicos, como o seu próprio nome diz, e atinge, sobretudo, os movimentos conhecidos como “populares” e tendências mais radicais e contestadores dos movimentos sociais. Já a repressão generalizada refere-se a uma repressão que atinge quase a totalidade da sociedade. Ocorrem geralmente em tempos de ditaduras ou em épocas de crise de legitimação da democracia burguesa, em que tanto o bloco reformista quanto o bloco

revolucionário são combatidos.

Em relação aos movimentos sociais conservadores, a atitude predominante do aparato estatal é a omissão. Isso significa que o Estado não interfere (mesmo existindo uma legislação que o faça interferir) na mobilização destes movimentos sociais. Um exemplo de uma ação omissa seria a não interferência de atitudes racistas de um determinado grupo social que reivindica a supremacia branca.

Essas são as formas como o Estado interfere e influencia a ação dos movimentos sociais, mas os movimentos sociais tomam posição e iniciativa em relação ao Estado igualmente. É por isso que podemos falar em duas orientações dos movimentos sociais em relação ao aparato estatal: a orientação estatista e a civilista (VIANA, 2016).

A primeira orientação estabelece uma relação direta e orgânica com o Estado, possuindo três tipos de vínculos: o utilitarista (que buscam recursos financeiros), composicionista (buscam reformas legislativas, políticas públicas e etc.) e o partidarista (aparelhamento de partidos políticos).

A orientação civilista busca não ter nenhum vínculo com o Estado, assumindo formas externalistas (sem grandes contatos com o Estado), independentes (possuem, contato, mas não se vinculando e tendo uma perspectiva independente em relação ao Estado) e antiestatista (relação de confronto com o aparato estatal).

Em síntese, os movimentos sociais estão fundamentalmente ligados à dinâmica das lutas de classe, bem como a sua mudança ao longo da história do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento a partir dos regimes de acumulação. Nesse sentido, a composição de classe, bem como sua hegemonia interna em suas tendências, nos esclarece o surgimento, desaparecimento, fortalecimento, objetivos, etc. de diversos movimentos sociais.

Considerações Finais

Em nossa perspectiva, a concepção marxista é a concepção correta que nos auxilie a compreender os movimentos sociais em sua totalidade, efetivando, de forma integral, um processo analítico que dá conta de explicar e desnudar as determinações deste fenômeno, além disso, expressa o caráter revolucionário da perspectiva do proletariado.

Encontramos todos esses elementos nos escritos de Karl Jensen e Nildo Viana, sendo, portanto, importantes contribuições para uma análise marxista dos movimentos sociais. Outras contribuições poderão enriquecer e aprofundar alguns elementos que só

foram deixados como prolegômenos, bem como desenvolver pesquisas nas mais variadas manifestações de existência dos movimentos sociais.

Referências Bibliográficas

BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Ediciones Siap – Planteos, 1975.

BRAGA, Lisandro (2016). *Repressão estatal e capital comunicacional – o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. 2016. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 310 p.

CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1991.

JENSEN, Karl. *Teses sobre os Movimentos Sociais*. Revista Ruptura, Vol. 03, num. 04, janeiro de 1996.

_____. *Teses sobre os Movimentos Sociais*. Revista Marxismo e Autogestão, Ano 01, N. 01, jan. /jul. 2014.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LAPASADE, George. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3º edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 2º edição, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2º edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MATHIAS, G. e SALAMA, P. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História. Ensaio sobre o Materialismo-Histórico-Dialético*. 2º edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

_____. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

RESUMO: O presente texto tem como objetivo apresentar uma rica análise marxista dos movimentos sociais ancorados nos autores Karl Jensen e Nildo Viana. Para tanto, busca reconstituir a concepção de movimentos sociais nos dois autores, colocando em evidência suas análises sobre o fenômeno, bem como sua relação com a sociedade capitalista.

ABSTRACT: The present text aims to present a rich Marxist analysis of the social movements anchored in the authors Karl Jensen and Nildo Viana. Therefore, it seeks to reconstruct the conception of social movements in the two authors, highlighting their analysis of the phenomenon, as well as its relation with capitalist society.

APONTAMENTOS SOBRE A CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA EM MARX E NA TEORIA MARXISTA

Rebecca de Oliveira Freitas *

Introdução

O presente artigo tem como objetivo traçar alguns elementos da abordagem das crises de um ponto de vista marxista, buscando estabelecer seu conteúdo, a partir da análise das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e suas determinações, a partir da leitura de Marx e de autores que trabalharam o tema especificamente, como Carcanholo (1996) e Ribeiro (2008). A atualidade da crise do capital impõe uma reflexão sobre a temática, a qual é aqui desenvolvida em uma perspectiva teórica e que pode contribuir para a melhor compreensão da realidade que enfrentamos atualmente. Isso se dá a partir da compreensão de que, em que pese a existência de mudanças nas formas de gestão e organização do modo de produção capitalista ao longo de sua história, é possível reconhecer um tronco comum de características sistematizadas pela tradição marxista que caracterizam esse modo produção. Especificamente no que diz respeito ao debate sobre a crise, compreendemos que ela exacerba contradições fundamentais do capitalismo as quais, longe de terem sido resolvidas por mudanças como as estabelecidas pelo estado de bem estar social ou pelo neoliberalismo, se expressam repetidamente e de forma aprofundada a medida em que o capital se desenvolve e expande. Marx, ao se referir a um aspecto específico da crise, a tendência à taxa decrescente de lucro, aponta como o fenômeno da crise atesta as limitações do modo de produção capitalista e a sua superabilidade.

Essa barreira peculiar atesta a estreiteza e o caráter meramente histórico e transitório do modo de produção capitalista; atesta que este não é um modo de produção absoluto para a produção da riqueza, mas que, ao contrário, tendo atingido certo estágio, ele entra em conflito com o desenvolvimento ulterior dessa riqueza. (MARX, 2017, p.282).

O artigo desenvolverá a discussão dentro do campo de debate teórico sobre a questão da crise em Marx. Contudo, cabe destacar que há diversos estudos interessantes e

* Bacharel e licenciada em História pela UFPR e licenciada em Música pela UNESPAR. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

importantes que trazem essa questão para o âmbito diretamente histórico – e incluímos aqui a palavra diretamente por compreender que, ainda que o debate aqui apresentado seja teórico ele parte do método materialista dialético, ou seja, de conceitos teóricos abstraídos a partir da realidade concreta. Dentre eles podemos citar Istvan Meszáros, em Michael Roberts e Richard D. Wolff como alguns exemplos, que apontam, ainda que com interpretações específicas, a atualidade da interpretação marxista das crises.

Na abordagem do fenômeno das crises é comum a tentativa de isolá-las enquanto um fenômeno que poderia ser explicado em si ou, ainda, como relacionada a alguns aspectos fragmentados do modo de produção capitalista. Os teóricos da economia política, como Ricardo, a analisavam enquanto uma eventualidade externa às leis de funcionamento do sistema capitalista – pelo que foram brilhantemente criticados por Marx. Ainda assim, mesmo no âmbito das análises marxistas sobre o tema há diversos exemplos de tentativas de explicações para a crise que lhe atribuem causas únicas, absolutizam a necessidade de sua existência ao ponto de tornar sua ocorrência mecânica, em busca de previsões que confirmem a falência do capitalismo.

Marcelo Carcanholo (1996) aponta alguns erros comuns da tradição marxista quando da análise das crises. Ele traça um panorama sobre as teorias que reduzem as causas da crise à queda da taxa de lucro, como Castells, ao subconsumo, como Rosa Luxemburgo, às desproporções, como Hilferding, e a teoria da superacumulação, desenvolvida por Moszkowska. Segundo o autor, essas abordagens teriam em comum a confusão entre as causas da crise e suas formas de manifestação. Tal crítica é corroborada por Grespan (1998) ao afirmar como problema de parte da produção marxista sobre a crise o privilégio unilateral de um dos elementos de seu conteúdo em detrimento dos demais, estabelecendo-o como causa do fenômeno. Se, por um lado, a observação de suas manifestações é um momento necessário da análise das crises, ela não é, contudo, suficiente para explicá-las. Para tanto, Carcanholo cita Lefebvre:

Com efeito, a causa de um fenômeno qualquer só pode ser o devir do mundo em sua totalidade... se todo fenômeno faz parte de um universo, de uma interação universal, então é inútil buscar-lhe uma causa.” (LEFBVRE, 1991. Apud CARCANHOLO, 1997, p.21).

Ou seja, Carcanholo advoga que uma teoria explicativa das crises deve se relacionar a uma metodologia que leve em consideração a totalidade, tal qual defende o método marxista. Assim, é necessário analisá-la enquanto parte de um todo maior, o modo de produção capitalista em si.

Uma abordagem semelhante é proposta Ribeiro (2008) e Grespan (1998). Ambos os autores partem dos fundamentos do sistema capitalista para desenvolver uma explicação do fenômeno da crise. Isso é importante também quando pensamos a própria metodologia de estudo da obra de Marx. Poderia se pensar que o estudo do capítulo XV do Livro III d'O Capital, apontado como o trecho de sua obra que mais diretamente trata da temática das crises, seria suficiente para compreender a abordagem do autor dessa temática. Contudo, como já afirmado por Carcanholo e também evidente a partir da leitura de Ribeiro e Grespan, a necessidade de se entender a crise como parte da totalidade do capitalismo impede, também, que se olhe para somente um aspecto da obra de Marx isoladamente. Fica demonstrada a importância da leitura d'O Capital enquanto obra, reconhecendo as leis de funcionamento do sistema capitalista, e suas contradições, em seus diversos níveis de abstração apontados ao longo da exposição e sua relação com os fenômenos a serem estudados – em nosso caso as crises. Assim, Grespan afirma:

Em outras palavras, não é necessário aguardar o fim da obra para só então estudar as crises, porque a determinação delas já se encontra desde o início e ao longo de toda apresentação do conceito de “capital”, embora muitas vezes de modo implícito, como o negativo presente, mas não tematizado de cada forma que o capital assume. (GRESPLAN, 1998, p.12).

1. As crises e seu conteúdo

1.1. As contradições da mercadoria e a possibilidade das crises

Carcanholo propõe que para se explicar adequadamente o fenômeno das crises é necessário, a partir da observação das formas de manifestação da crise, definir o seu conteúdo e, assim, passar a localizar suas determinações.

No estabelecimento do conteúdo do fenômeno das crises se constata que para Marx a crise é, na verdade, produto do desenvolvimento das contradições fundamentais inerentes ao modo de produção capitalista. É durante a crise que fica claro que a economia capitalista é uma unidade de contrários. A crise é a explicitação dessa unidade, cujas contradições são momentaneamente resolvidas pela crise, embora não de fato suprimidas. As contradições a que se refere podem ser traçadas em diversos níveis de abstração chegando até aquelas mais fundamentais escolhidas por Marx para iniciar a exposição de O Capital, as contradições internas à própria constituição da mercadoria: a contradição entre seu valor e seu valor de uso. Já se encontra ali o germe da possibilidade das crises – e desenvolveremos essa ideia na sequência. Grespan (1998) destaca, assim, a importância de, ao se estudar as crises desde um ponto de vista marxista, retomar os elementos da lei do valor como forma de traçar o

desenvolvimento dessas contradições.

A forma mais simples de uma mercadoria pressupõe a existência de valor e valor de uso. Para efetivar-se a troca dessa mercadoria, ela tem de negar um de seus polos para cada um dos sujeitos envolvidos, ou seja, tem de ser um não-valor de uso para quem pretende vendê-la e não ser um valor para aquele que a compra.

A contradição V x VU dá origem à possibilidade de surgirem produtos para os quais não existem consumidores. Ela constitui-se assim no germe de um novo tipo de crise: a crise de abundância. Concluindo: a mercadoria, forma que o produto do trabalho humano assumiu, em um determinado grau de desenvolvimento da sociedade, traz em seu bojo, na contradição entre V x VU, o germe da crise e esse germe desenvolver-se-á acompanhando o desenvolvimento da própria mercadoria. Seguir a evolução da contradição V x VU é acompanhar o desenvolvimento do fenômeno mercadoria e observar simultaneamente a gestação das crises. (RIBEIRO, 1988 Apud CARCANHOLO, 2009, p.8).

A contradição entre valor e valor de uso também se expressa no fato de uma mercadoria não poder jamais representar seu valor a partir de seu próprio valor de uso, mas somente no valor de uso de outra mercadoria, através da troca. Sua contradição interna se externaliza na figura de outra mercadoria. Essa externalização se agudiza no desdobramento da forma dinheiro, agora na oposição entre M e D. O dinheiro retira das outras mercadorias a prerrogativa de expressar os valores das mercadorias, fazendo dela, ao menos de forma generalizada, somente sua. Segundo Marx, já com a existência da forma dinheiro aparece a possibilidade das crises. A circulação das mercadorias, com a mediação do dinheiro, traz a cisão entre os atos de compra e venda. Esses dois processos independentes e antitéticos tem uma unidade interna a qual se expressa em antíteses externas.

Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa do internamente dependente avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. O desenvolvimento dessa possibilidade em efetividade requer todo um conjunto de relações que ainda não existem no estágio da circulação simples de mercadorias. (MARX, 2013, p. 187).

Essa possibilidade de crise se desenvolve à medida em que o dinheiro adquire a forma de meio não só de circulação, mas também de pagamento, o qual, segundo Marx, abre a possibilidade ainda abstrata da crise – tal qual aquela aberta pelo dinheiro como meio de circulação – mas mais concreta do que a primeira.

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – apresenta a unidade de dois processos, ou melhor, o percurso de um processo através de duas fases opostas, sendo essencialmente, portanto, a unidade de ambas as fases, igualmente é a separação das mesmas e sua autonomização uma face à outra. Como elas, então, se co-pertencem, a autonomização dos momentos co-pertinentes só pode aparecer violentamente, como processo destrutivo. É a crise, precisamente, na qual a unidade se efetua [betätigt], a unidade dos diferentes. A autonomia, que os momentos pertencentes um ao outro e complementares adotam reciprocamente, é anulada violentamente. A crise manifesta, assim, a unidade dos momentos reciprocamente autonomizados. Não ocorreria nenhuma crise sem esta unidade interior dos aparentemente indiferentes um ao outro (GRESPLAN, 1998, p.63).

1.2. O capital: da possibilidade à necessidade das crises

É somente com o surgimento do capital que a crise deixa de ser possível para se tornar necessária. Isso se dá, pois, a lógica do capitalismo deixa de ser de vender para comprar (M - D - M), passando a ser comprar para vender (D - M - D). Isso desloca o objetivo da troca da satisfação de necessidades e obtenção de valores de uso para a produção crescente de mais-valor, sob a forma de lucro.

Nunca se deve esquecer que a produção dessa mais-valia – e a retransformação de parte da mesma em capital, ou a acumulação, constitui parte integrante dessa produção de mais-valia – é o objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista. Nunca se deve apresentá-la, portanto, como algo que ela não é, ou seja, como produção que tem por finalidade imediata a satisfação ou a criação de meios de satisfação para os capitalistas. Ao fazer isso, abstrai-se completamente seu caráter específico, que se apresenta em toda a sua configuração medular interior. (MARX, 1986, p.185).

A acumulação ou produção em escala ampliada se revela meio de produzir mais-valia em quantidade cada vez maior e de enriquecer o capitalista, que vê no enriquecimento seu objetivo pessoal; ela está compreendida na tendência geral de produção capitalista e torna-se com seu desenvolvimento, [...] uma necessidade para cada capitalista individual. O aumento contínuo de seu capital torna-se condição para conservá-lo. (MARX, 1986. Apud RIBEIRO, 2008, p.93).

Essa gana por valorização impulsiona o capital em direção à reprodução ampliada, ou seja, no consumo produtivo de parte do mais-valor acumulado na produção. Isso significa uma constante ampliação da produção, tanto em termos de valor quanto de valor de uso, a qual demanda também que aumente a quantidade de meios de produção e de força de trabalho disponível para exploração. Esta última é garantida pelo próprio processo de acumulação capitalista, seja através da incorporação de setores ainda fora do mercado de força de trabalho, como pequenos produtores, por exemplo, ou pelo aumento da composição orgânica do capital. Ambos os fatores contribuem para o aumento da oferta de força de trabalho, sendo parte dela incorporada aos processos produtivos e parte dela destinada à constituição de um exército industrial de reserva.

Sabemos que é objetivo do capitalista produzir e se apropriar de cada vez mais valor. Um mecanismo importante para esse processo consiste na apropriação de mais-valor extraordinário. Este se dá quando um capitalista individual consegue desenvolver seu mecanismo de produção, aumentar sua produtividade, de modo a baixar seu custo com relação à média social. Como essa diminuição ainda não se generalizou, ele pode seguir vendendo sua mercadoria de acordo com o dado socialmente e, assim, apropriar-se de um mais-valor extraordinário. Essa possibilidade impulsiona a concorrência no capitalismo, visto que o constante aumento de produtividade é condição para, não só alcançar esse mais-valor extraordinário, mas mesmo se manter competitivo no processo de acumulação geral.

Se a concorrência impele o capitalista individual no sentido de aumentar sua produtividade, esse aumento de produtividade tem como consequência um aumento do peso do capital constante na composição da produção – isso é por que o aumento da produtividade significa o aumento da força produtiva do trabalho, isso é “...uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso.” (MARX, 2013, p.389). Isso é, relativamente, cresce a proporção do capital constante em comparação ao capital variável - o que não quer dizer necessariamente que este diminua absolutamente ou estagne, ele pode, mesmo, aumentar – supondo que haja um crescimento geral da produção, por exemplo -, porém não na mesma proporção que a parte constante do capital. A esse crescimento chamamos aumento da composição orgânica do capital. Dado que o componente da produção que produz novo valor a ser agregado à mercadoria é a força de trabalho, esse aumento da produtividade e da composição orgânica do capital implicam na existência de um valor menor por unidade produzida e, portanto, na necessidade de se aumentar a produção como forma de se aumentar a massa geral de lucro. Ainda que se mantenha ou aumente a massa geral de lucro, a taxa de lucro tende a cair.

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. (...) A tendência progressiva da taxa geral de lucro à queda é, portanto, apenas *uma expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho (MARX, 2017, p.250-1).

Isso é por que a taxa de lucro nada mais é do que o mais-valor produzido em relação ao capital total investido. Com a tendência a uma diminuição relativa da porção variável do

capital em relação à constante, há uma diminuição relativa da produção de mais-valor, em comparação com o total do capital. Dessa forma, há uma tendência à diminuição da taxa de lucro. “A queda da taxa de lucro não deriva de uma diminuição absoluta, mas apenas de uma diminuição relativa do componente variável do capital total, de seu decréscimo comparado com o do capital constante.” (MARX, 2017, p.255)

Para Marx, essa tendência à queda da taxa de lucro consiste em uma lei de tendência geral do modo de produção capitalista, independente da divisão da massa do mais-valor entre categorias a partir de seu sujeito de apropriação. Isso se expressa, inclusive, na própria opção de Marx de tratar da temática da queda da taxa de lucro antes de falar da divisão do lucro na exposição de *O Capital*.

Impulso à acumulação capitalista exige dimensões crescentes de capital para ocupar a mesma força de trabalho. A concentração de capitais é, assim, uma condição e um resultado – e lhe acompanha o processo de expropriação de produtores menores e da consequente aumento do exército de trabalhadores disponíveis. Esse processo de expansão da produção também se expressa no fato de que, ao mesmo tempo em que o preço da mercadoria individual diminui, a massa total de lucro pode aumentar – pelo aumento geral da produção.

Ao formular a lei da queda da taxa de lucro, Marx enfatiza seu caráter tendencial. A isso está associada a existência de causas contra-arrestantes, isto é, elementos que contrapõe essa tendência geral e impedem que ela seja absoluta e diminuam sua velocidade. Marx cita como causas contra-arrestantes na Sessão III do Livro III de *O Capital*: (i) o aumento do grau de exploração do trabalho; (ii) compressão do salário abaixo de seu valor; (iii) o barateamento dos elementos do capital constante; (iv) a superpopulação relativa; (v) o comércio exterior; e (vi) o aumento do capital acionário. Não aprofundaremos todas elas, mas cabe pontuar que a particularidade dessas causas contra-arrestantes consiste no fato de que ao mesmo tempo em que elas são causas da queda da taxa de lucro, elas também tem efeitos que inibem essa queda, dando-lhe seu caráter de tendência.

O aumento do grau da exploração do trabalho, por exemplo, traz esse elemento contraditório em si. Ele pode ser atingido basicamente através do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho. Contudo, diversas dessas formas de aumento da taxa de mais-valor implicam na diminuição da massa de mais-valor, considerando o capital total empregado. Essa contradição é bem sintetizada por Marx na passagem abaixo:

Considerando que as mesmas causas que elevam a taxa do mais-valor (o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital, essas mesmas causas

tendem a diminuir a taxa de lucro e a frear o movimento dessa diminuição (MARX, 2017, p.273).

No que diz respeito ao barateamento dos elementos do capital constante, semelhante contradição também está presente. O mesmo fenômeno que aumenta a composição orgânica do capital, ou seja, que aumenta a proporção do capital constante no conjunto do capital investido e que, portanto, contribui para a queda da taxa de lucro, também traz o seu inverso. Esse processo também contribui, através do aumento da força produtiva do trabalho, para o barateamento dos elementos que compõe esse capital constante. Quando o caso é a superpopulação relativa, vemos que ela também é produto do desenvolvimento da força produtiva do trabalho – a impulsionadora da queda da taxa de lucro. Mais uma vez, “as mesmas causas que engendram a tendência à queda da taxa de lucro moderam também a efetivação dessa tendência” (MARX, 2017, p.275).

É somente desse modo que se pode compreender que a tendência à queda da taxa de lucro não ocorre de forma mais intensa e mais rápida – ela é uma lei de tendência, com uma série de contratendências que a atenuam. De qualquer forma, vemos que a lei de tendência da queda da taxa de lucro faz parte das contradições engendradas por um modo de produção cujo objetivo é a crescente acumulação de capital, e para a qual a resposta é uma expansão dessa acumulação, a qual, longe de eliminar suas contradições, as aprofunda na medida em que contribui para a concentração do capital e para o crescente aumento de sua composição orgânica.

É possível dizer que ao mesmo tempo em que a reprodução ampliada do capital impulsiona o modo de produção capitalista em direção à produção ilimitada de mercadorias, esse próprio sistema cria as condições necessárias para que o consumo também seja crescente. Isso se dá tanto pela ampliação do assalariamento, o que aumenta o número de compradores de bens de consumo, quanto pelo aumento do consumo produtivo, dado o impulso para a acumulação. Visto que ambos os polos crescem, produção e apropriação, fica a questão de porque a crise – já traçada como possível na própria constituição da forma mercadoria – passa a ser, então, necessária. Essa questão é respondida quando verificamos que, para além da tendência ao crescimento ilimitado da produção e ao aumento do consumo, também são produzidas barreiras/limites à realização desse crescente valor produzido, as quais refletem aquelas contradições próprias ao modo de produção capitalista. Como diz Ribeiro (2008, p.90): “As mesmas forças que geram a superprodução criam igualmente os consumidores e os impedem de consumir”.

1.3. Das barreiras e limites

Cabe, assim, analisar quais são as barreiras colocadas para a realização do valor produzido. Nos Grundrisse, Marx aponta algumas dessas barreiras próprias à forma mercadoria e ao modo de produção capitalista. Em primeiro lugar, a mercadoria só se realiza quando consegue confirmar seu caráter de valor de uso, ou seja, quando é demandada por alguém que, no mercado, a adquire através da troca. Seu primeiro limite seria, assim, o próprio consumo, na capacidade de consumo. “Por conseguinte, como *valor de uso*, o produto contém em si mesmo um obstáculo – justamente a barreira da necessidade que há dele -, necessidade, porém, que não é medida pela necessidade do produtor, mas pela necessidade global dos trocadores”. (MARX, 2011, p.330) Além disso, também há a barreira da magnitude dos equivalentes existentes – a produção de um valor excedente requer a existência de um valor equivalente para a troca. Por fim, há uma limitação dada pela característica da sociabilidade do capital em que as trocas são feitas de uma forma específica, é dizer, através do mercado – com expressão na circulação do dinheiro. Assim, a sua disponibilidade também pode ser considerada uma barreira. Marx sintetiza assim esses pontos

Por conseguinte, como valor, tem a sua barreira na produção alheia, da mesma maneira que, como valor de uso, a tem no consumo alheio; no último caso, tem sua medida no *quantum* da necessidade do produto específico, no primeiro, no *quantum do trabalho objetivado* existente na circulação (MARX, 2011, p.331).

Podemos desdobrar essas questões especificamente para o consumo dos trabalhadores e para aquele dos capitalistas. Se, por um lado, o crescimento da produção – ao qual já aludimos quando falamos da tendência à produção ilimitada de valor e valores de uso – tende ao aumento do número de assalariados, a ampliação da força de trabalho é menor relativamente ao capital constante. Isso faz com que aumente, também, o exército industrial de reserva, o que constitui uma pressão para a diminuição dos salários dos empregados – impondo um limite ao consumo por parte dos trabalhadores.

Além disso, a diminuição do valor das mercadorias individuais, quando atinge o setor de produção de bens de consumo, implica na mais valia relativa, a qual consiste na diminuição do valor da força de trabalho e, conseqüentemente, de seu salário. Está aí mais um limite para o consumo por parte dos trabalhadores.

Assim, se o capital, por um lado, faz do trabalho excedente e de sua *troca* por *trabalho excedente* condição do trabalho necessário, e, conseqüentemente, faz da posição da *capacidade de trabalho* centro de troca – sob esse aspecto, portanto, já

restringe e condiciona a esfera da troca -, por outro, é igualmente essencial para o capital limitar o consumo do trabalhador ao necessário para a reprodução de sua capacidade de trabalho – fazer do *valor* expressando o *trabalho necessário* o limite da valorização da capacidade de trabalho e, com isso, da *capacidade de troca* do trabalhador, e procurar reduzir a um mínimo a relação entre esse trabalho necessário e o excedente (MARX, 2011, p.346).

Do ponto de vista do consumo dos capitalistas, o consumo pode ser produtivo ou improdutivo. No que diz respeito ao consumo improdutivo dos capitalistas, há dois limites para sua expansão ilimitada. Em primeiro lugar, as necessidades não são ilimitadas, ainda que novas necessidades possam ser constantemente produzidas – em oposição ao impulso da produção que o é. Em segundo lugar, a própria lógica da reprodução ampliada do capital implica que se aumente a proporção do consumo produtivo sobre o improdutivo por parte dos capitalistas, ou seja, que se aplique uma proporção crescente do mais-valor novamente na produção.

Partindo para o consumo produtivo, seu limite está relacionado ao fato de que ele não faz com que os valores consumidos desapareçam do mercado. Pelo contrário, há apenas uma modificação da forma material em que se encontram, visto que seu valor será transferido à nova mercadoria produzida. Assim, o consumo produtivo aumenta crescentemente o potencial produtivo da sociedade, ampliando a produção para o futuro. Se, por um lado, o impulso à acumulação ditaria que a ampliação do consumo produtivo poderia ser ilimitada, por outro, ele tem como condição a realização, a qual não pode ser restrita somente ao âmbito produtivo. Se ávido para consumir produtivamente em geral, quando enfrenta dificuldades de realizar sua produção no mercado, o capitalista retrai seu consumo produtivo.

Reconhecer a existência desses limites, contudo, não implica em apontar que o capital está fadado a perecer esses motivos. Ao contrário, “cada limite aparece como barreira a ser superada” (MARX, 2011, p.332), sem contudo eliminá-la por completo.

Porém, do fato de que o capital põe todo limite desse gênero como barreira e, em consequência, a supere *idealmente*, não se segue de maneira nenhuma que a superou *realmente*, e como toda barreira desse tipo contradiz sua determinação, sua produção se move em contradições que constantemente têm de ser superadas, mas que são também constantemente postas. Mais ainda, a universalidade para a qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de seu desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo (MARX, 2011, p.334).

Assim, podemos observar como uma tendência imanente ao capital a de superproduzir mercadorias. Essa palavra, conforme aponta Ribeiro, pode induzir ao erro no sentido de parecer um excesso de produção frente às necessidades sociais ou mesmo desejo

de consumo.

Desse modo, não há qualquer incompatibilidade entre superprodução, de um lado, e, do outro, existência de potenciais consumidores insatisfeitos. Pelo contrário, a superprodução se dá em simultâneo com o crescimento da fome, da miséria, do desemprego, das falências, etc. Ela é o resultado do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas, sob o capitalismo, e os limites impostos pelo lucro do capital. Ela é uma superprodução capitalista de mercadorias (RIBEIRO, 2008, p. 110).

Contudo, essa superprodução não é em relação às necessidades sociais, de forma nenhuma implicando que todos os potenciais consumidores já consumiram, mas em relação às necessidades do capital. “Não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz periodicamente demasiada riqueza sob suas formas capitalistas antagônicas.” (MARX, 2017, 297); em excesso *não para o consumo*, mas para *manter a proporção adequada entre consumo e valorização*; em excesso *para a valorização*. (MARX, 2011, p.364)

A partir das reflexões até agora apresentadas fica, então, definido o conteúdo da crise: a produção ilimitada de mercadorias, o consumo abundante e, ao mesmo tempo, as barreiras e limites para a realização do valor-capital produzido. Estas [as crises] são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. (MARX, 2017, p.288).

2. A crise e suas determinações

A partir disso é possível então, passar para o estabelecimento das determinações da crise. Carcanholo afirma que nos momentos em que a contradição entre o processo de produção e de realização se exacerba, sua unidade é reafirmada através da crise:

A crise nada mais é do que a consequência violenta da contradição entre o caráter social da produção e a característica privada da apropriação capitalista. A causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra. Esta contradição, que se encontra na essência do modo de produção capitalista, é o que explica a irrupção de crises no processo de acumulação de capital (CARCANHOLO, 1997, p.28).

Dessa forma, partimos do entendimento de que a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação ser a determinação da crise. Assim, pode-se dizer que, de acordo com uma interpretação marxista da realidade, as crises são provocadas pelas próprias leis de tendência do modo de produção capitalista. São, dessa forma, inerentes a esse sistema.

A troca não altera as condições internas da valorização, mas as exterioriza; dá-lhes

formas mutuamente autônomas e, com isso, deixa a unidade interna existir somente como necessidade interna, que, em consequência, se manifesta externamente de forma violenta nas crises (MARX, 2011, p.367).

Corroborando com essa interpretação, Ribeiro rejeita todas as explicações que apontam os desequilíbrios entre oferta e procura como causas da crise. O autor destaca que a aparência do fenômeno pode, de fato levar a essa interpretação, mas que, na verdade esse desequilíbrio consiste na forma através da qual essa contradição se manifesta e não em sua causa. Caso as crises fossem geradas por mero desequilíbrio entre oferta e procura, medidas de compatibilização desses polos seriam suficientes para evitá-las. Para reforçar esse ponto, Ribeiro passa a construir hipóteses de adequação da oferta e da procura como forma de provar a sua incapacidade de prevenir as crises.

A primeira hipótese consiste no controle do consumo, seja ele pessoal, produtivo ou os dois tipos. Ao construir essas hipóteses, o autor chega à conclusão de que uma maior distribuição de riqueza – uma alternativa para se aumentar o consumo pessoal – teria como consequência a diminuição do mais-valor, o que reduziria lucro, retiraria os investimentos, reduzindo o consumo produtivo, o que reduziria a produção, aumentaria o desemprego e manteria o desequilíbrio entre oferta e procura. Caso se optasse pelo aumento do investimento no consumo produtivo, teríamos em um primeiro momento um aumento do consumo produtivo e pessoal, com o aumento da força de trabalho empregada. Ainda assim, conforme já exposto, o funcionamento do capitalismo impele a um constante aumento de produtividade, a qual resulta em um aumento da composição orgânica do capital e, devido à diminuição da composição relativa de força de trabalho na produção, conduz a uma tendência à queda da taxa de lucro. Isso quer dizer que a médio prazo a crise seria agravada pelo aumento na proporção da produção causado pelo investimento no consumo produtivo. Para finalizar essa primeira hipótese, Ribeiro argumenta que, caso a ação fosse feita sobre ambas as formas de consumo (pessoal e produtivo) os problemas já aqui descritos só seriam transferidos no tempo e agravados. Dessa forma, o autor demonstra que a ação sobre a demanda, sobre o consumo, não tem a capacidade de causar o equilíbrio entre oferta e demanda no capitalismo.

A segunda hipótese construída pelo autor é da ação sobre a oferta. Dentro dessa hipótese poder-se-ia pensar no controle sobre a oferta de meios de produção, bens de consumo, força de trabalho e mercadoria capital. Segundo o autor nenhuma dessas mercadorias pode ter sua oferta controlada a priori – tanto pelo fato da confirmação da

realização da mercadoria só se dar a posteriori no mercado, quanto também por ser esta forma de produção a base do modo de produção capitalista, não podendo ser alterada sem que também se modifique o próprio sistema. Assim, Ribeiro demonstra que alterações no polo da oferta tampouco possuem o potencial de garantir o equilíbrio entre oferta e demanda sobre o capitalismo.

Por fim, retomando o debate sobre o caráter imanente e necessário das crises sob o capitalismo, Ribeiro afirma que oferta e procura não podem ser consideradas as causas da crise pois elas próprias seriam regidas por forças exteriores. Como já colocamos antes, a produção tem um caráter social, ao passo que a apropriação, funciona a partir de uma lógica privada.

*O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como a propulsora e o escopo da produção; o fato de que a produção é produzida apenas para o *capital*, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores (MARX, 2017, p. 289).*

É importante destacar, contudo, que o caráter imanente e necessário das crises sob o capitalismo não é sinônimo de mecânico e completamente previsível. As determinações contraditórias do capital têm suas manifestações conjunturais condicionadas por especificidades da realidade sócio-histórica em que estão inseridas. Assim, o conceito de “necessidade” é mais complexo e envolve as contingências da história.

3. O caráter cíclico das crises

Segundo Marx, a partir do momento em que o capitalismo se desenvolve e consolida estão dadas as condições para a existência de crises as quais serão, então, não só necessárias, mas também cíclicas.

[..] a partir do momento em que a indústria mecânica se enraizou tão profundamente que exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional; em que graças a essa indústria o comércio exterior começa a aventajar-se ao comércio interno; em que o mercado mundial se apossa sucessivamente de vastas regiões do Novo Mundo, ...; em que, finalmente, as nações industriais que surgem na arena se tornam suficientemente numerosas. Só a partir desse momento começam a aparecer aqueles ciclos que se reproduzem continuamente, cujas fases sucessivas compreendem anos, e que desembocam sempre numa crise geral, o fim de um ciclo e o começo de outro (MARX, 1890 Apud RIBEIRO, 2008).

Compreender o caráter cíclico das crises é entender que elas não são sinônimo somente de tragédia. As crises são uma explosão violenta das contradições a qual engendra uma solução também violenta para elas próprias – ainda que não definitiva. A crise, assim,

traz em si o potencial de sua própria superação.

A redução dos preços das mercadorias, por exemplo, implica em um aumento da procura. Já o encerramento de empresas aponta para uma queda da oferta e redução dos estoques. A queda dos preços e a queda dos salários reduzem os custos de produção, ou seja, há um barateamento das mercadorias e dos meios de produção. Os capitalistas mais fracos, do ponto de vista da competição capitalista, ao falirem implicam não só na sua exclusão do mercado, mas também na destruição de capital sob a forma produtiva e sob a forma de mercadoria. Lembramos que é justamente a incapacidade de realização de parte do valor produzido ser o conteúdo da crise. Assim, a existência da crise simplesmente destrói parte do potencial produtivo existente.

A destruição de parte do capital se dará justamente sobre a parcela dos capitalistas que tinham as piores condições de produção quando comparadas à média social. A sua retirada do mercado capitalista faz com que os preços de produção tendam a cair, visto que aqueles não estão mais presentes para puxar a média social para cima. Isso faz com que os capitalistas que se mantêm no mercado tenham de se adequar a esses novos preços de produção.

Desse modo, ao mesmo tempo que a crise saneia os capitais mais fracos, destrói força produtiva, reduz o potencial instalado, elimina os excedentes de mercadoria abrindo espaços econômicos para o novo período de expansão, ela cria estímulos compulsórios aos capitalistas que sobreviveram para retomar os investimentos (RIBEIRO, 2008, p.140).

O que podemos concluir daqui é que a crise traz em si as premissas de sua superação. O seu próprio efeito destrutivo traz as condições para a constituição de um novo ascenso econômico. Para os capitalistas, este é um momento em que o impulso para o aumento da produtividade é ainda mais forte, condição para conseguir manter-se competitivo no mercado. Nesse sentido, Ribeiro retoma a forma como Marx aponta o capital fixo como a base material para as crises cíclicas. Segundo o autor, seria justamente após essas crises que os grandes investimentos de reposição do capital fixo seriam feitos.

Portanto, na mesma medida em que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desenvolvem-se o volume de valor e a duração de vida do capital fixo empregado, também a vida da indústria e do capital industrial se desenvolve, em cada investimento especial, até abarcar um período maior, digamos, em média, de dez anos. Se, por um lado, o desenvolvimento do capital fixo prolonga essa vida, esta é, por outro lado, encurtada pelo revolucionamento constante dos meios de produção, que também aumenta constantemente à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista. Com esse desenvolvimento, portanto, também aumentam a mudança dos meios de produção e a necessidade de sua constante reposição em consequência de seu desgaste moral, muito antes que estejam esgotados fisicamente. Pode-se supor que hoje, nos ramos mais decisivos da

grande indústria, esse ciclo de vida seja, em média, de dez anos. No entanto, aqui não importa a determinação exata dessa base material das crises periódicas nas quais a atividade econômica percorre as fases sucessivas de depressão, animação moderada, hiperatividade e crise. Os períodos em que se investe o capital são, na realidade, muito distintos e discrepantes. Porém, a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento. E, portanto, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, também fornece, em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotação (MARX, 2014, 269-270).

Reconhecer a relação da parcela fixa do capital com os ciclos das crises não é, contudo, sinônimo de estabelecer uma data fixa para a ocorrência das crises. A duração dos ciclos é variável, mas, destaca-se, dentro do capitalismo sua repetição continuada é inevitável: daí seu caráter cíclico.

Considerações finais

Portanto, a partir da leitura de textos de Marx e de autores críticos, podemos chegar à conclusão de que as crises são o restabelecimento violento da unidade entre produção e realização do capital, possibilidade que está presente em germe desde a forma mercadoria, e que se torna concreta a partir do desenvolvimento do capital. Seu conteúdo consiste na tendência à produção ilimitada, ao crescimento do consumo e à produção de barreiras para o consumo. Sua determinação nada mais é do que a contradição fundante do modo capitalista de produção, a saber, a divergência entre o caráter social da produção e privado da apropriação. As crises são, assim, imanentes ao sistema capitalista e não uma falha deste. São necessárias e regulares, sendo caracterizadas enquanto ciclos. As crises não são somente negativas para o capital. Suas contradições implicam que em sua própria constituição estão dadas as condições para a sua superação. Ao superarem-se os limites temporariamente, que se tornam barreiras, eles se erguerão mais alto no futuro. São necessárias não só por que determinadas pelas contradições fundamentais do capital, mas por que também são condição para sua contínua reprodução.

Dessa forma, buscamos contribuir a partir de uma discussão teórica do conceito de crise em Marx para as contribuições que caracterizam o capitalismo enquanto incapaz de superar suas próprias crises dentro de sua própria lógica de forma definitiva. Nos somamos, assim, à defesa da necessidade de uma superação radical desse modo de produção como forma real superação de suas contradições.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Causa e Formas de Manifestação da Crise: Uma Interpretação do Debate Marxista*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Formas, Conteúdo e Causa: Uma Proposta de Interpretação Marxista do Fenômeno Crise*. In: Leituras de Economia Política nº 5. IE-UNICAMP. Campinas. P. 15-31, 1997.

_____. *Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades*. In: Marx e o Marxismo: teoria e prática, 2011, Niterói. Anais.

_____. *Apontamentos Críticos sobre a Teoria da Crise em Rosa Luxemburgo*. In: CEMARX, 5., 2007, Campinas. Anais.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. *O Fenômeno Econômico das Crises Capitalistas nas Perspectivas Marxista e Keynesiana: notas para um debate teórico*. In: SEP 2009. Anais.

GRESPLAN, J.L.S. *O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec – Fapesp, 1998.

MARX, Karl Heinrich. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III*, São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III*, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, N. R. *A Crise Econômica: uma visão marxista*. João Pessoa: Ed. Universitária – UFPB, 2008.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo traçar alguns elementos da abordagem das crises de um ponto de vista marxista, buscando estabelecer seu conteúdo, a partir da análise das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e suas determinações, a partir da leitura de Marx e de autores que trabalharam o tema especificamente, como Carcanholo (1996) e Ribeiro (2008).

Palavras-chave: Crise, Marx.

Abstract: The present article aims to trace some elements of the crisis approach from a Marxist point of view, seeking to establish its content, from the analysis of the fundamental contradictions of the capitalist mode of production and its determinations, from the reading of Marx and authors who worked on the theme specifically, such as Carcanholo (1996) and Ribeiro (2008).

Keywords: Crisis, Marx.

EXPANSIÓN AGROEXPORTADORA Y ECONOMÍA CAMPESINA. TOME ALTO, REGIÓN DE COQUIMBO, CHILE¹

Matías Calderón Seguel*

Introducción

Uno de los espacios sociales donde el dinamismo y alcances del neoliberalismo en Chile y América Latina han sido marcados son los espacios rurales-agrarios, donde uno de sus actores históricos es el campesinado. Los campesinos medios, semi-capitalistas y semi-proletarios han experimentado con fuerza los cambios del sector rural. Debido a la vorágine primario-exportadora los espacios agrarios en general y los campesinos en particular, han reconfigurado gran parte de sus dinámicas sociales, incluso, en ciertos lugares, transitado a una condición de asalariados agrícolas (y/o rurales) alejados ya del control de los medios productivos² (Chonchol, 1996; Portilla, 2000; Teubal, 2001; Gómez, 2002; PNUD, 2008; Cuevas et.al. 2010).

El capitalismo -y el neoliberalismo como una fase de este (Wallerstein, 2005)- presenta ciertas tendencias generales que son identificables en diversos lugares. Frente a estas “fuerzas macro” que condicionan la vida social, existen aspectos concretos y específicos que los distintos ciclos de expansión capitalista adquieren en los diversos territorios, esto a partir de las características de ellos y de las poblaciones que los habitan (Wolf, 2000). En esta línea un desafío para las ciencias sociales es

“formular una práctica teórico-metodológica que posibilite el comprender *procesos históricos* cuya *totalidad* es *imposible de separar* [...con] el reto [de] profundizar en el análisis dialéctico entre lo *general* y lo *particular*” (TRINCHERO et.al. 2007: 11).

Este artículo presenta los resultados de una investigación que se propuso conocer los efectos del neoliberalismo en las prácticas económicas de producción, distribución y

¹ Versiones acotadas de este artículo han sido presentados en el VII Congreso Chileno de Antropología (2010) y en las VI Jornadas de Jóvenes Investigadores del Instituto Gino Germani de la Universidad de Buenos Aires (2011). Para los resultados en extenso revisar Calderón (2009; 2015).

*Antropólogo, Magíster en Ciencias Sociales mención Sociología de la Modernización, Doctorando en Antropología UCN/UTA. mcalderonseguel@gmail.com.

² Si bien los procesos de proletarianización campesina no son exclusivos de la fase neoliberal del capitalismo, en áreas importantes del campo chileno, esta tendencia se ha ido agudizando.

circulación³ de los campesinos de una localidad determinada de Chile, esto en relación a la actividad primario exportadora que en esa zona se constituyó como dominante: la producción de uva de orientación global. El caso de estudio fue la localidad de El Tome Alto ubicada en la comuna de Monte Patria, Región de Coquimbo.

La estrategia metodológica ha sido diacrónica con un enfoque cualitativo, desde la historia oral y la etnografía (el trabajo de campo fue realizado el 2008), enfocando la atención en las diversas formas de relación entre el sistema económico local-territorial con el sistema económico general. Para producir la información se han realizado entrevistas semi-estructuradas a informantes calificados⁴ y observación participante. El análisis de los datos ha sido a partir de la elaboración de ejes temáticos que apuntaron a desarrollar los objetivos del estudio. El artículo hace una reconstrucción de los cambios y permanencias de las prácticas y estructuras económicas campesinas en base a los datos primarios de base etnográfica, sin embargo, en este escrito nos abstraemos del material empírico para dar cuenta de las transformaciones, es por ello que no se presentan citas de entrevistas o relatos etnográficos pormenorizados, sino que el devenir de las estructuras y prácticas económicas⁵.

El presente artículo comienza situando el estado del debate sobre la situación actual del agro y la ruralidad. Seguimos con un perfilamiento teórico puntual sobre campesinado y economía. Posteriormente, realizamos una breve contextualización geográfico-espacial del caso de estudio, la localidad de El Tome Alto. Avanzamos desarrollando las transformaciones económicas del campesinado de El Tome Alto desde antes de la instalación del neoliberalismo en el territorio hasta la actualidad. Finalizamos con un apartado de comentarios finales y discusiones respecto lo que se ha planteado.

Breve discusión sobre enfoques actuales para el agro y la ruralidad

Los cambios agro-rurales durante las últimas décadas han sido de tal envergadura que no pocas instituciones e investigadores han hablado de una “nueva ruralidad”. En y para América Latina la forma de entender esta “nueva ruralidad” no ha sido homogénea. Tenemos desde instituciones internacionales (Echeverri y Ribero, 2002; FAO y BM, 2003) pensando en el diseño de programas y proyectos de intervención, hasta lecturas críticas que reconocen

³ Seguimos el esquema del ciclo económico según Marx (2008), esquema que hemos desarrollado en Morales y Calderón (2010).

⁴ 10 entrevistados (6 hombres y 4 mujeres), intentando representar a los distintos estratos campesinos presentes en el caso de estudio mediante un muestreo por saturación.

⁵ Quien esté interesado en este material revisar Calderón (2009; 2015).

ciertos aspectos nuevos de la ruralidad pero destacan las viejas y nuevas relaciones de poder, explotación y las dinámicas de lucha y resistencia de los actores rurales subalternos (ver p.e. Giarraca, 2001; Giarraca y Levy, 2004). A su vez, otros autores plantean que muchos de los fenómenos descritos como nuevos ya existían pero los esquemas teóricos previos no enfatizaban en su observación y análisis, mientras que relaciones de explotación y dominación entre clases sociales históricas y emergentes no han desaparecido, sino más bien tomado nuevos rostros (Gómez, 2002; Bengoa, 2003; Kay, 2009).. Por ende, pretender que los marcos teóricos usados para comprender estos fenómenos están obsoletos obnubila más que aclara los procesos en cuestión. Esto no implica, por supuesto, que puedan seguir usándose sin ajustes y reformulaciones

Otra línea de reflexión teórica e investigación potente es el acercamiento territorial, dentro de la cual pueden observarse distintas tendencias y énfasis (Kay, 2009; Calderón, 2014; 2017). Si bien existen distintas nociones sobre el territorio y sus dinámicas, el punto compartido es el estudio de las dinámicas del agro y la ruralidad en un espacio geográfico concreto. Las dinámicas sociales son entendidas no solo en el tiempo, sino que también en el espacio. Esto ha llevado a decir que la complejidad de los macroprocesos solo puede abordarse en los territorios específicos de su manifestación ya que el contexto dice mucho de la deriva que tomarán.

El interés en este punto no es realizar una revisión exhaustiva de los diversos enfoques que se han adoptado para acercarse al estudio de los cambios del agro y de la ruralidad bajo el neoliberalismo. Sino que básicamente mostrar que la profundidad de los cambios (más allá de ser plenamente nuevos o intensificaciones de dinámicas ya existentes), son tales que las ciencias sociales se han movilizad de manera importante para tratar de comprenderlos y explicarlos. Nuestro escrito articula la mirada en un espacio concreto, en un territorio, con el análisis de las clases sociales que en él se desenvuelven⁶. En este caso nos centramos en el campesinado y los cambios de su economía, sin embargo, un estudio más amplio debe integrar al conjunto de clases sociales y actores involucrados en las transformaciones socio-espaciales.

Prácticas económicas y campesinado

Cuando dirigimos la mirada hacia los territorios rurales de Chile (y otros países de

⁶ Hemos desarrollado la articulación de estas perspectivas en Calderón (2014; 2017).

América Latina) y comenzamos a indagar en sus características presentes y transformaciones en el tiempo a partir del conocimiento de las formas que presentan y presentaron las prácticas económicas ahí existentes, vemos como adquiere relevancia -en cuanto agente histórico y presente de la ruralidad- el campesinado.

El campesinado ha sido un actor social que se ha abordado extensamente en ciencias sociales, desde diversas disciplinas y enfoques teóricos (Heynig, 1982)⁷. Este lugar, debido al extenso número de páginas que requeriría, no puede ser el espacio para tratar cada uno de los enfoques disciplinares y teóricos sobre el campesinado, solo nos permite perfilar los aspectos claves de la conceptualización que usamos.

Calva (1988), luego de un extenso estudio sobre las diversas conceptualizaciones sobre el campesinado, como también, respecto las características comunes y distintas que ha presentado históricamente, lo ha definido en su “*strictu sensu*” como la clase social que posee “*una porción de tierra que explota por su cuenta con su propio trabajo manual como ocupación exclusiva o principal, apropiándose de primera mano, en todo o en parte, los frutos obtenidos y satisfaciendo con éstos, directamente o mediante su cambio, las necesidades familiares*” (Calva, 1988: 51). El autor ha relevado en su definición la dimensión de las prácticas económicas -decisión que nos parece apropiada- dejando para las precisiones regionales e históricas las variables culturales y políticas. Al margen de esto, creemos en la pertinencia de enriquecerla con la propuesta que realiza Wolf (1982) respecto un componente político transversal al campesinado: siempre forma parte de una sociedad mayor dentro de la cual está subordinado a un poder político-económico externo al cual le transfiere -por diversos mecanismos- plusproducto y/o plusvalía.

Durante la década de los '70, en América Latina, el debate sobre el campesinado estuvo marcado por la reflexión sobre el devenir de esta clase social en un entorno de un capitalismo de cambios acelerados. Si bien en décadas posteriores la discusión ha derivado hacia otras áreas, las interrogantes planteadas no han perdido vigencia, sobretudo en un contexto de notables transformaciones debido a la profundización de las relaciones capitalistas que se han vivido bajo el neoliberalismo.

Sobrepasando las dicotomías campesinistas y descampesinistas que marcaron el debate en los '70 (Heynig, 1982)⁸, a nosotros no nos interesa pronosticar el devenir del

⁷ El autor distingue los enfoques antropológicos, modernizantes, el enfoque marxista clásico y los enfoques chayanovistas. Sin indicarlo explícitamente, se desprende otro enfoque que puede ser llamado neomarxista.

⁸ Someramente, trataba sobre el devenir del campesino, en cuanto clase social, a medida que el capitalismo y la lógica de la acumulación penetraba en los territorios rurales de las periferias capitalistas, en específico, en

campesinado en contexto capitalista, sino que conocer las diversas transformaciones que ha vivido, tanto impuestas por los procesos macro, como fruto de prácticas desplegadas en los espacios locales. Esto sin tener un libreto de antemano sobre la dirección de los cambios, sino a partir de una gama de herramientas teórico-conceptuales que nos permitan dar cuenta de estos cambios. Este es el papel que cumple nuestro entramado teórico sobre las prácticas económicas en general y en el campesinado en concreto.

Fruto de las transformaciones y presiones que se presentan desde las dinámicas generales del capitalismo en determinado país-territorio, como también de las características locales, las prácticas económicas del campesinado viven notables transformaciones. Estas transformaciones, de las cuales no sabemos su dirección pero sí que se presentan, según su magnitud, impulsan procesos de modificación de las prácticas económicas campesinas en los territorios. Estos cambios lo hacen presentar variaciones en cuanto clase social *strictu sensu*, generando –por lo general- unidades domésticas que presentan prácticas económicas propias del campesinado (*strictu sensu*) pero combinadas en forma más o menos importante con otras que son propias de otras clases sociales. Básicamente, nos referimos a la venta (parcial) de trabajo asalariado: campesino semi-proletario y a la compra (parcial) de fuerza de trabajo: campesino semi-capitalista. Según la importancia de las distintas prácticas económicas en la reproducción de las familias se puede ir perfilando el carácter de clase de estas unidades (Calva, 1988)⁹.

Transformaciones plenas y totales en otras clases sociales (proletariado y burguesía rural) son bastante menos frecuentes de encontrar que situaciones de clase heterogéneas. La realidad del campesinado en América Latina, considerando todos sus contextos y diferencias históricas, económicas, sociales, culturales y geográficas, muestra derivas diferenciadas de las economías campesinas. Hay existencia de procesos simultáneos y de intensidad diferenciada tanto de proletarización (plena o parcial) como a su vez persistencia de explotaciones que operan fundamentalmente con trabajo familiar y lógica de subsistencia.

América Latina. Para algunos el destino era la desaparición del campesinado (descampesinistas) gracias a la diferenciación plena de esta clase en proletariado rural, por un lado, y burguesía agraria, por el otro (la constitución de las dos “clases fundamentales” identificadas por Marx). Para los campesinistas el destino del campesinado era su permanencia plena en América Latina ya que fruto de la lógica doméstica que rige su producción, este era subordinado a la lógica del capital siendo funcional al mismo.

⁹ Aunque hemos citado a Calva (1988) como fuente para abordar las transformaciones campesinas en contexto capitalista y la existencia de procesos de diferenciación de clases campesinas, es importante destacar que este acercamiento proviene desde el marxismo clásico, con Marx, Engels y Lenin (Heynig, 1982). Estos autores fueron bastante más lúcidos en concebir las diversas derivas del campesinado en contexto capitalista que muchos de sus seguidores que apostaron por la existencia de devenires absolutos.

Sería un simplismo teórico de consecuencias nocivas para el análisis, asociar rígidamente esto a tendencias unidireccionales (Heynig, 1982).

La forma que tomarán las economías campesinas y sus estructuras de clases no son aventurables deductivamente, deben conocerse en las regiones, países y territorios a partir del estudio empírico de los distintos espacios, considerando sus singularidades, sus aspectos comunes, como también, integrando la cara del capitalismo neoliberal que ahí se presenta. Es esto lo que revisaremos a continuación en nuestro caso de estudio.

El contexto geográfico-espacial

Tome Alto es una pequeña localidad rural y agrícola donde habitan, según el último Censo de Población y Vivienda (2002) del Instituto Nacional de Estadísticas de Chile, 655 personas (342 hombres y 313 mujeres). Se ubica en el valle del río Huatulame, afluente del río Limarí, uno de los tres principales cursos hídricos y zonas de explotación agrícola de la Región de Coquimbo¹⁰, en el norte semi-árido de Chile¹¹.

Depende administrativamente de la Municipalidad de Monte Patria. Esta se ubica en el sector alto del valle del río Limarí. La comuna se encuentra conformada por cinco largos y angostos valles, homónimos al río que les da vida: río Grande, Mostazal, Rapel, Cogotí-Huatulame y Ponio, los cuales convergen a la altura de la cabecera comunal (Monte Patria) en el embalse Paloma, una de las principales obras de regulación hídrica de la Región de Coquimbo que tiene la capacidad de almacenar cerca de un millón de metros cúbicos de agua (IGM, 1988).

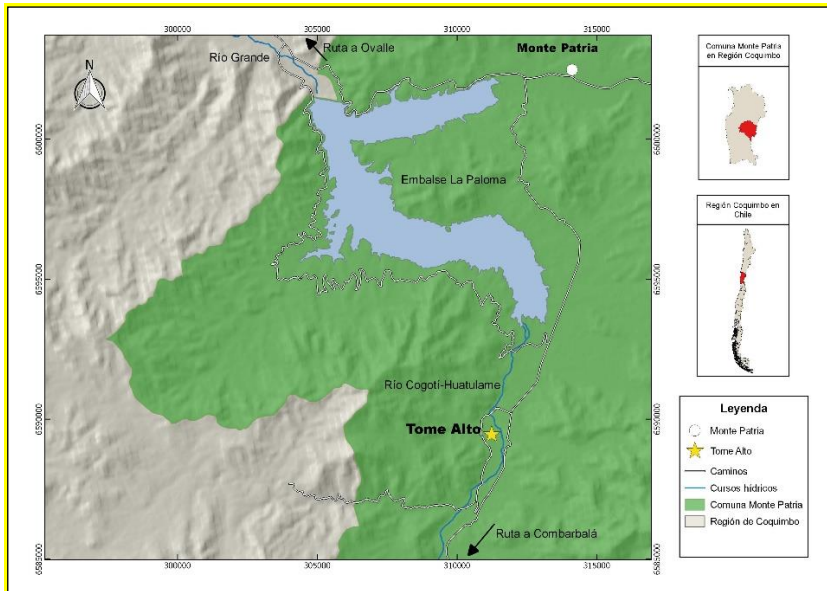
De los valles mencionados, el que presenta mayores extensiones de planicies y potencial agrícola es el Cogotí-Huatulame. A medida que se interna por este valle las planicies van disminuyendo en superficie. La zona más extensa y por ello, con intensa actividad agrícola, se observa hasta la localidad de El Palqui. Luego, al ser la extensión de la caja del valle menor, empiezan a explotarse los cerros que lo circundan, lo cual solo es factible con inversiones importantes en sistemas de riego tecnificado. Tanto en la parte más abierta del valle Huatulame como también en su interior, los “océanos verdes” de cultivos (principalmente vid en la actualidad) se interrumpen escasamente con aglomeraciones de

¹⁰ Los tres principales ríos y valles agrícolas de la Región de Coquimbo son el río Elqui, Limarí y Choapa.

¹¹ Se caracteriza por temperaturas que pueden alcanzar durante el verano hasta 20°C en el sector costero y 30°C en el interior. En época las temperaturas mínimas llegan a 8°C en la costa y a 4° ó 5°C en el interior. Algunos inviernos penetran fuertes precipitaciones frontales ocasionando episodios de mal tiempo, mientras que otros escasea la lluvia durante largos períodos. Lo anterior nos presenta un panorama donde lo que se hace característico es la incertidumbre climática. Más información en IGM (1988).

viviendas que dan vida a las localidades del valle, y en mayor forma, por los cerros aún no explotados, los que presentan todavía su apariencia semi-árida.

Mapa 1. Emplazamiento del caso de estudio Tome Alto



Fuente: Elaboración propia.

Figura 1. Cultivos de vid en el valle Cogotí-Huatulame.



Fuente: Registro propio.

El Tome Alto se ubica en la ribera oeste del río Huatulame, a 16 km. de la capital comunal. Presenta una ordenación norte-sur, es decir, corre en forma paralela al río, aunque

existiendo una franja de superficie importante entre este último y las casas de los habitantes de la localidad. En el terreno existente entre el río y el camino único se encuentran los principales terrenos de cultivos, es la zona bajo riego, siendo predios de uso particular, denominándose hijuelas. Hacia el lado oeste del camino se encuentra la mayoría de las viviendas. En general, carecen de terrenos con extensión importante, siendo escasa la agricultura que ahí se practica. Las familias acceden a tierras de cultivo (propias o en arriendo) en la zona de hijuelas bajo riego. Ascendiendo de la zona habitacional, hacia el cordón montañoso que cierra el valle Huatulame por el oeste, encontramos las tierras de la Comunidad Agrícola El Tome, tierras con escaso uso productivo desde antes de la penetración neoliberal.

Figura 2. Imágenes satelitales Tome Alto 2008 y 2016



Fuente: Google Earth.

Dinámicas económicas y clases campesinas en el Tome Alto

Para conocer las transformaciones en la economía campesina del caso de estudio es necesario indagar, en primer lugar, en las características que presentaban previa irrupción de la fruticultura de exportación, para luego proceder a conocer las características que fueron tomando hasta la actualidad una vez se observan en el territorio las actividades y actores que emergen en el contexto económico-político actual.

Campesinado del Tome Alto antes del neoliberalismo

Según el recuerdo de los mayores, durante la década de 1960, encontramos en el Tome Alto actividades agrícolas que tenían en el cultivo de hortalizas (principalmente tomates primores) su actividad productiva principal, la cual era realizada en las hijuelas bajo riego de propiedad particular que se ubicaban (y ubican) en las inmediaciones del río

Huatulame. La generalidad de las familias también practicaba la chacarería de autoconsumo en las tierras que se encontraban en las inmediaciones de las viviendas, al inicio de las laderas de los cerros. Si bien no se puede descartar en forma tajante la siembra de trigo, según lo que comentaban los antiguos, este rubro –el cual era practicado en las tierras de la Comunidad Agrícola- ya se había abandonado, las grandes trillas eran solo un recuerdo de unos cuantos. Las tierras comunitarias tenían a esta altura escaso uso productivo, en forma casi exclusiva ganadería caprina por parte de escasas familias.

Las relaciones sociales de producción daban forma a una estructura de clases campesinas levemente diferenciada: a) presencia de un embrionario campesinado semi-proletario que vendía su trabajo en la misma localidad, como también pero en menor medida, a agricultores mayores en el Valle Huatulame durante los tiempos de cosecha; b) campesinado medio que trabajaba en su predio con su familia; y c) campesinos semi-capitalistas pero en un estado sumamente incipiente, solo en épocas de cosecha requerían de contratar a algunos jornaleros, los cuales eran siempre de la misma comunidad.

Es importante destacar que en épocas de cosecha tanto unidades medias como semi-proletarias también requerían de colaboración para realizar tales tareas. La forma de acceso a esta fuerza de trabajo adicional a la del grupo familiar era a través de mecanismos de “reciprocidad para el trabajo”, apelando a las lealtades primordiales, a los lazos familiares y comunitarios, no a través del dinero.

El acceso a la tierra de cultivo era por distintos mecanismos: propiedad particular en las hijuelas bajo riego por parte del general de las unidades campesinas, pero al no ser suficiente la tierra propia para todos, algunos campesinos medios y semi-proletarios establecían vínculos de mediería y arriendo de la tierra (en porcentajes de producción) con familias del estrato mayor. También existían las tierras de la Comunidad Agrícola, algunos habitantes eran parte de ella, siendo la tierra de propiedad comunal entre los miembros. Pero su explotación, aunque disminuida el último tiempo, era de forma particular cuando se realizaba.

El riego, elemento clave en un sector de clima semi-árido, era mediante canales. El recurso hídrico solo estaba limitado por las condicionantes climáticas naturales. Los derechos de aguas estaban adscritos a las hijuelas, sin existencia de un “mercado del agua” como en la actualidad, por ende, se concentraba su propiedad/control en los actores locales quienes se encargaban de la gestión del recurso a través de un “juez de aguas”.

La ganadería que prevalecía era, al igual que hoy, solo caprina en contadas familias.

La crianza de ganado mayor se había perdido a través de las últimas décadas en desmedro de una orientación generalizada de la localidad hacia el cultivo de hortalizas. Esto debido a la posibilidad de vender gran parte de la producción en los mercados nacionales. Ninguna de las actividades anteriormente desarrolladas (chacarería, trigo o ganadería) tenía el potencial mercantil que presentaba el cultivo de tomates primores. La posibilidad de obtener un ingreso en dinero fue el factor fundamental de esta especialización productiva local.

La producción hortalicera era puesta en circulación hacia el mercado regional y nacional mediante intercambios mercantiles sin índice fijo (regateo). Se vendía a intermediarios que llegaban a la misma localidad, solo los campesinos con mejor situación socioeconómica estaban en condiciones de trasladarla directamente a los centros urbanos de la zona. La producción de las otras actividades realizadas prácticamente no entraba en la esfera de circulación. Siendo apropiada plenamente por las familias, se destinaba al consumo de la unidad doméstica, solo en casos excepcionales se hacía circular (venta vía intermediarios o intercambio recíproco dentro de la comunidad).

Neoliberalismo y economía campesina en El Tome Alto

Desde mediados de los '70 y comienzos de los '80 llegan al Valle Huatulame una serie de capitales agroexportadores de orientación frutícola (principalmente vid)¹². Las actividades frutícolas de exportación se instalan en la generalidad del Valle Huatulame, impulsando una reorientación del uso del suelo hacia ese rubro en gran parte del Valle. Esto acompañado de la emergencia de nuevos actores productivos y reconfiguración de los que existían previamente. Nos referimos, por un lado, a la llegada de capitalistas agrarios de orientación frutícola de exportación, la mayoría de ellos de procedencia externa al territorio, capitales naciones e incluso internacionales. Y por otro lado, debido a la pérdida de tierras por parte importante de los campesinos del Valle Huatulame, una tendencia hacia la semi-proletarización (e incluso proletarización) de los agricultores campesinos¹³.

El anterior fenómeno, siendo una tendencia general en el Valle, no se presenta en la localidad del Tome Alto. Este microespacio dentro del Valle Huatulame, y los actores productivos que ahí existen, han mantenido su carácter prioritariamente campesino

¹² De acuerdo a información cuantitativa levantada para el 2004, el 74,3% de la tierra del valle Huatulame se dedica a viñas y parronales; el 7,3% a frutales; 9,4% a hortalizas y el 9,0% a forrajeras. En relación a la fuerza de trabajo utilizada; el 62% corresponde a asalariados temporales; 30,3% son asalariados permanentes y el 7,7% permanentes no remunerados (Luis Arrau del Canto-Ingenieros Consultores, 2004).

¹³ Hemos detallado el proceso de pérdida de la tierra por parte del campesinado del Valle Huatulame en Calderón (2009).

vinculado a hortalizas de orientación mercantil. Se podría señalar, sin exagerar, que se ha mantenido –en cuanto actividades productivas y actores participantes- como un “enclave campesino-hortalicero” en un entorno dominado por el capital agroexportador. Fruto de esto las formas de acceso a la tierra por parte de los campesinos de la localidad han mantenido la mayoría de las características indicadas para el período anterior (propiedad propia, propiedad comunal y arriendo en porcentajes de producción, la mediería se ha dejado de lado).

Si lo anterior es un elemento central a considerar para entender la dinámica de nuestro caso de estudio bajo contexto neoliberal, es de igual importancia enfatizar que no ha implicado un comportamiento “insular”, está lejos de eso. Se encuentra articulado y se relaciona a través de diversos canales con el contexto que lo rodea, y por ello, ha visto modificada parte de sus dinámicas “internas”, pero en direcciones, a veces diferentes otras similares, al contexto donde se encuentra.

Como se dijo, la mayoría de las familias se mantienen en la esfera campesina¹⁴, pero hay una mayor polarización de la estructura de clases. Esto quiere decir que las familias campesinas medias prácticamente no existen. Fruto de las transformaciones en contexto neoliberal, el campesinado que encontramos en el Tome Alto o es semi-capitalista o es semi-proletario. Adelantando una característica de las relaciones de clase que veremos a continuación, el campesinado semi-proletario del Tome Alto no ha aumentado su componente proletario por una mayor venta de fuerza de trabajo a los semi-capitalistas de la localidad, sino que por el vínculo de asalariado temporal que establece con la agricultura de exportación.

El agricultor semi-proletario trabaja su predio con su familia y en épocas de cosecha, al necesitar de mayores brazos en el predio, recurre a mecanismos de reciprocidad para el trabajo con unidades productivas equivalentes (ya señalados para la fase anterior). En relación a la venta de fuerza de trabajo podrá hacerlo al campesinado semi-capitalista del Tome Alto o salir de la localidad y emplearse como temporero en las explotaciones agroexportadoras del Valle (con un salario mayor). Destacamos que si bien a veces la decisión sobre donde emplearse puede estar determinada por el nivel de ingreso que se puede obtener, esto no siempre es así y muchas ocasiones la decisión está marcada por criterios de cercanía social con los que se presentan como empleadores dentro de la misma localidad.

El agricultor semi-capitalista usa durante gran parte del ciclo agrícola la fuerza de

¹⁴ Aproximadamente, solo dos familias se habrían constituido en capitalistas plenos y ninguna en proletariado agrícola.

trabajo de la familia, aunque contratando a mayor o menor número trabajadores jornaleros según necesidad (no se emplean las relaciones sociales recíprocas para el trabajo por parte de éste grupo). Quienes trabajan como temporeros o jornaleros para las unidades semi-capitalistas son en su totalidad habitantes de la misma localidad, el nivel de la oferta de trabajo no ha aumentado notablemente en relación la fase histórica-económica previa, por lo tanto, el mercado de trabajo interno se mantiene estable en éste ámbito, no hay llegada de trabajadores foráneos a las explotaciones hortaliceras de los campesinos del estrato mayor. Aunque muchas veces pueden pagar menos que el agronegocio de exportación, por los criterios de cercanía social señalados anteriormente, hay asegurado un contingente de trabajadores que son de la misma localidad (conocidos, amigos, compadres o parientes).

Algunas familias semi-capitalista manifiestan una condición dual en función si es que ejecutan prácticas económicas hacia adentro o afuera de la localidad. Tienen carácter de comprador de trabajo que se expresa con claridad hacia adentro de la comunidad, que es el espacio social donde se busca aprovisionarse de personal contratado. Una vez establecen lazos hacia afuera, esto cambia. Existen algunas familias que contratan mano de obra en el mercado de trabajo de la localidad, pero su vez, ciertos componentes de las unidades semi-capitalistas trabajan como asalariados temporeros durante ciertas épocas. Tenemos, por lo tanto, unidades que hacia adentro de la comunidad se nos presentan como semi-capitalistas contratando mano de obra local, pero hacia afuera se constituyen en unidades semi-proletarias. Complementan el trabajo propio con la compra de fuerza de trabajo en ciertas épocas del año y con la venta de la suya propia en otras.

Los diferentes estratos campesinos se articulan como vendedores de fuerza de trabajo con la fruticultura de exportación a través de “enganchadores”. La empresa agroexportadora da en arriendo un parrón (o más) a una persona, el contratista o “enganchador”, es éste el encargado de reclutar la mano de obra. Por lo general se instalan en ciertos centros urbanos claves de la zona, lugar al que llegan los ofertantes de mano de obra (de las distintas localidades del valle Huatulame y centros urbanos del Limarí, incluso de más lejos). Es habitual que el traslado desde el lugar de reclutamiento hasta la explotación agrícola este a cargo del contratista. Los salarios no son fijos sino que son a trato respecto el desempeño (frutas cosechadas, cajas embaladas, etc.). Son turnos de 8 a 10 horas realizándose durante el día o en la noche dependiendo de la actividad realizada.

Otra dimensión de las prácticas productivas que se ha visto notoriamente afectada por la acción de la agroindustria es el riego, y en un sentido mayor, la capacidad de acceder

al agua. La demanda de agua de la agricultura de exportación a lo largo del Valle Huatulame supera con creces su disponibilidad y las capacidades de riego existentes anteriormente, motivo por el cual se introducen importantes cambios a los mecanismos de regadío: aparece el riego tecnificado. Primero lo ejecuta el capital agroexportador para optimizar costos y extender la frontera agrícola, luego, ante la escasez de agua debido a su creciente acaparamiento por parte del capital agroexportador (física en pozos y a través de acciones¹⁵), realiza el cambio el general de los productores. Incluyendo aquí al campesinado del Tome Alto en todos sus estratos, quienes gracias a subsidios de Instituto de Desarrollo Agropecuario o préstamos de la banca han realizado el cambio en el sistema de riego. Los campesinos, sea del estrato que sean, solo mediante el endeudamiento han logrado hacer el cambio en el sistema de riego, siguiendo de igual manera profundamente afectado por la falta de agua, elemento que literalmente pone en jaque su capacidad de reproducir sus condiciones materiales y culturales de existencia mediante las prácticas conocidas.

Las actividades productivas de los actores locales han acrecentado su orientación mercantil, esto se expresa en una dedicación mayor al cultivo de tomates primores y otras hortalizas orientadas a la venta en desmedro de una reducción de las actividades de autoconsumo (chacarería y ganadería). Las unidades campesinas semi-capitalistas son las que dependen prácticamente en su totalidad de la agricultura que se orienta al mercado. El semi-proletario mantiene un porcentaje mayor de cultivos de autoconsumo, de todas formas, su relevancia es menor que en la fase previa. Solo las escasas unidades capitalistas se dedican a cultivos de vid y frutales de orientación exportadora, todo el resto a horticultura mercantil. De todas formas, al ser capitalistas pequeños, venden su producción a exportadores mayores.

Ha aumentado el ingreso de dinero a la localidad (junto con la venta de fuerza de trabajo a la agroindustria hay mayor venta de hortalizas al mercado), esto es percibido como un aspecto dual: positivo ya que permite acceder a más bienes y servicios de consumo considerados “modernos”, pero a su vez negativo ya que ha incidido en una mayor dependencia con los diversos mercados para la obtención de alimentos, bienes y servicios que antes eran producidos por las mismas familias, o, que no se significaban como necesarios. Hay más dinero pero a la vez mayores demandas de alimentos que ya no se generan por la misma familia, gastos en servicios “modernos” (luz, agua, gas, teléfono, televisión digital, etc.) y bienes diversos que ahora se tornan necesarios, gran parte

¹⁵ En Chile bajo el neoliberalismo se ha constituido un mercado del agua donde cualquiera, con o sin vínculo con la tierra y el territorio puede comprar y vender acciones de determinada cuenca.

provenientes de la denominada “cultura urbana”.

Las formas de venta de la producción hortícola no han variado, gran parte a intermediarios que llegan a la localidad, solo quienes poseen vehículos logran llevar sus hortalizas a centros de mercado de la zona. Quien se sitúa en una posición de poder en la interacción es el comprador-intermediario, es él quien maneja los precios sin existir poder de negociación por parte del campesinado, en la práctica no existe un regateo real. El campesino o le vende al intermediario o prácticamente no puede vender. Se añade a esto una venta detallista de cada unidad familiar, no hay agrupaciones de campesinos que vendan por volúmenes (se nos habló de emprendimientos en este sentido pero ninguno resultó fructífero).

Comentarios finales

La revisión sobre las dinámicas de la estructura de clases agrarias y las prácticas económicas asociadas nos muestra la complejidad que adquiere en los territorios concretos los procesos de transformación agraria bajo contexto neoliberal. Todo acercamiento totalizante debe ser adoptado con sumo cuidado de modo de no subsumir forzosamente ciertas complejidades territoriales a determinada gama de procesos generales. Por supuesto que esto no quiere decir que no existan tendencias generales, existen y las conocemos. El tema es que toda generalización debe ser realizada luego del estudio comparado (no de todos los territorios, eso es imposible, pero sí de una gama o muestra lo más diversa posible). Como también dejar abierta la posibilidad de interpretar o integrar dinámicas nuevas al análisis. El esquema debe ser “rigurosamente flexible”.

En relación a nuestra investigación, cabe destacar un panorama dinámico de las prácticas económicas y de la estructura de clases campesinas observada en el territorio. Hay diversas combinaciones que se han constituido y articulado, pudiendo presentarse en ciertos casos mixturas. Existen:

- Unidades campesinas semi-capitalistas que se presentan hacia adentro de la localidad en tal condición, contratando asalariados locales, a la vez que en ciertos momentos se han presentado a las agroexportadoras como ofertantes de mano de obra.
- Familias semi-proletarias que venden fuerza de trabajo (en el mercado de trabajo interno y externo) en ciertas épocas del año, pero de la misma manera siguen utilizando de forma importante la mano de obra de la unidad doméstica en diversos

momentos del proceso económico. Acceden a trabajo adicional al de la familia gracias a mecanismos de reciprocidad para el trabajo.

- También hay presencia de unas pocas unidades capitalistas plenas, no así familias totalmente proletarizadas, el trabajo asalariado se complementa siempre con trabajo doméstico.

En tal sentido, se combinan constantemente prácticas y relaciones asociadas a un capitalismo modernizado con domésticas-tradicionales. Lo anterior no refiere exclusivamente a unidades productivas distintas, un agente puede operar en cierto contexto aplicando una, para relacionarse con otro actor utilizando otra.

Otra esfera donde vemos graficado lo anterior tiene que ver con las formas de acceso a la tierra: tenemos la propiedad privada de la tierra, la propiedad comunal, como también, el arriendo a porcentajes de producción entre unidades campesinas semi-capitalistas y semi-proletarias.

Respecto otro elemento relevante, el agua, la situación es crítica. La capacidad de acumular capital ha incidido en que el agronegocio invierta en sistemas de riego y obras de almacenaje de agua, afectando incluso las aguas subterráneas. Por otro lado, la apertura del mercado del agua estuvo en sí misma condicionada por un choque de racionalidades económicas. El campesinado, para quien el agua siempre fue un recurso escaso pero gratis asociado a la tierra, demoró años en “hacerse competente” en este mercado, cuando ya habían vendido gran parte de las acciones que le correspondían. El valor de las acciones de agua, en la actualidad, es inalcanzable para gran parte de los diversos estratos del campesinado. El conjunto de este fenómeno ha presionado a las diversas unidades campesinas a vincularse en forma dependiente al capital financiero, añadiendo otro agente de transferencia de plusvalía precarizando en mayor medida su situación (además de la sabida transferencia de plusvalía existente en la relación asalariada).

Finalmente, la condición de subordinación respecto el capital comercial hace que se presente en esta interacción social otro proceso de transferencia de valor por parte de la economía campesina hacia el mercado capitalista.

Hemos dado cuenta, sucintamente, del desarrollo del capitalismo neoliberal en la localidad de estudio a través de una descripción de las distintas características económicas que éste ha presentado en el territorio y como se ha articulado con las prácticas económicas locales.

De la misma manera, creemos haber detectado dentro del desarrollo capitalista a

nivel territorial cuales son las principales tendencias generales del sistema que se presentan en la zona: proletarización creciente (no plena), concentración de los medios de producción e inserción dependiente de las economías domésticas. Estas dinámicas se han presentado en la zona, han transformado las características de los sistemas económicos locales haciéndose dominantes, pero a la vez, han coexistido con características particulares de los grupos locales dando forma a configuraciones propias.

Si la expresión actual que hemos dado cuenta es un estado relativamente estable o permanente, o por el contrario, se encuentra dentro de una transición a una mayor profundización de las grandes tendencias es difícil de aventurar por el momento. Dependerá de las presiones estructurales ejercidas por el sistema, a la vez de las relaciones de fuerza que se presentan entre los diversos grupos que compiten por los recursos de la zona y de las dinámicas sociales propias de los actores locales.

Por el momento, dejamos esto hasta acá. Hemos delineado, desde la dimensión de las prácticas económicas campesinas -estructuradas y estructurantes-, la cara del capitalismo neoliberal en el territorio de estudio. Se han conocido grandes tendencias y sus expresiones concretas en este espacio, la permanencia, reacomodo y desaparición de prácticas propias de los sujetos que aquí habitan, como también, formas diversas y complejas en que dinámicas sociales que operan en niveles diferentes se articulan y afectan mutuamente dentro de un proceso dialéctico. Las configuraciones sociales concretas que adquiere el capitalismo son variadas, más o menos homogéneas y más o menos heterogéneas, es materia de investigación ahondar en cada una de ellas.

REFERENCIAS:

BENGOA, José. 25 años de estudios rurales. En *Sociologías* año 5 (n° 10) pp. 36-98, Porto Alegre. En <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18716.pdf> [Consulta: 19/05/2012], 2003.

CALDERÓN, M. *Globalización neoliberal y campesinado. Los efectos de la expansión capitalista en la economía campesina. Estudio de caso: Tome Alto, IV Región, Chile*. Tesis para optar al grado de Licenciado en Antropología y Título de Antropólogo, Escuela de Antropología, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Santiago, 2009.

_____. *Neoliberalismo, territorios agrarios y clases sociales. Estudio de caso en el Valle del Puangue, Región Metropolitana*. Tesis para optar al grado de Magíster en Ciencias Sociales mención Sociología de la Modernización, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile. 2014

_____. *Neoliberalismo y economía campesina en Chile. Un estudio de caso en el norte semi-árido*. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2015.

_____. Territorios agrarios y clases sociales: articulación y propuesta teórica. Aceptado en *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*. 2017.

CALVA, J. L. *Los campesinos y su devenir en las economías de mercado*, México: Siglo XXI, 1988.

CHONCHOL, J. Los sistemas agrarios después de la Guerra Mundial y la Modernización Conservadora de los años 1970-1980. En *Sistemas agrarios en América Latina. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora* (pp: 197-419). Santiago: FCE, 1996.

CUEVAS, P., M. Calderón, C. Morales, y N. Sepúlveda. Modelo neoliberal y su impacto en las economías locales. Una reflexión desde las ciencias sociales y la economía. En GICSEC (ed.) *Modelo neoliberal y su impacto en economías locales. Una reflexión desde las Ciencias Sociales y la Economía* (pp: 8-62). Santiago: GICSEC-UAHC, 2010.

ECHEVERRI, R. y M. Ribero. *Nueva Ruralidad. Visión del territorio en América Latina y el Caribe*. IICA. Disponible en <http://repiica.iica.int/docs/B0536e/B0536e.pdf> [Consulta: 16/6/2017]. 2002.

FAO y BM. *La nueva ruralidad en Europa y su interés para América Latina*. FAO. Disponible en <http://www.fao.org/3/a-y4524s.pdf>. [Consulta: 16/6/2017]. 2003.

GIARRACCA, N. (comp.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO. 2001.

GIARRACCA, N y B. Levy (comps.). *Ruralidades latinoamericanas. Identidades y luchas sociales*. Buenos Aires: CLACSO. 2004.

GÓMEZ, S. *La nueva ruralidad ¿Qué tan nueva?* Santiago: Universidad Austral de Chile, 2002.

HEYNIG, K. Principales enfoques sobre la economía campesina. En *Revista de la CEPAL*, 16, 115-142, 1982.

KAY, C. Estudios rurales en América Latina en el período de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidad? En *Revista Mexicana de Sociología* Vol. 71 (nº4), pp. 607-645. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/pdf/rms/v71n4/v71n4a1.pdf> [Consultado el 15-05-2012], 2009.

LUIS ARRAU DEL CANTO-INGENIEROS CONSULTORES. *Estudio de mejoramiento de riego río Huatulame, Prefactibilidad, IV Región*. Gobierno Regional-Región de Coquimbo, 2004.

MARX, K. Introducción general a la crítica de la economía política. En *Contribución a la crítica de la economía política* (pp: 281-313). México: Siglo XXI, 2008.

MORALES, C. y M. Calderón. *De Booms y fiebres marinas. Breve historia económica de isla Apiao y el mercado de algas*. Santiago: CNCA, 2010.

PNUD. *Desarrollo Humano en Chile Rural*. Santiago: PNUD, 2008.

POLANYI, K. El sistema económico como proceso institucionalizado. En Godelier, M. (comp.) *Antropología y Economía* (pp: 155-178). Barcelona: Anagrama, 1976.

PORTILLA, B. *La política agrícola en Chile: lecciones de tres décadas*. Santiago: CEPAL, 2000.

TEUBAL, M. Globalización y nueva ruralidad en América Latina. En Giarraca, N. (comp.) *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* (pp: 45-65). Buenos Aires: CLACSO, 2001.

TRINCHERO, H A. Balazote y S. Valverde. Antropología Económica y Ecológica: recorridos y desafíos disciplinares. En *Cuadernos de Antropología Social*, 26, 7-19, 2007.

WALLERSTEIN, I. La globalización: una trayectoria a largo plazo en el sistema-mundo. En *La decadencia del poder estadounidense. Estados Unidos en un mundo caótico* (pp: 52-73). Santiago: LOM, 2005.

WOLF, E. *Los Campesinos*. Barcelona: Labor, 1982.

_____. *Europa y la gente sin historia*. Buenos Aires: FCE, 2000.

Resumen: Analizamos las transformaciones de la economía campesina por efecto de la expansión de la fruticultura de exportación bajo contexto neoliberal en el caso de estudio Tome Alto ubicado en la comuna de Monte Patria, Región de Coquimbo, Chile, en la zona del semi-árido chileno (Norte Chico).

Palabras-claves: Neoliberalismo, Agricultura, Campesinado.

Resumo: Analisamos as transformações da economia camponês o efeito da expansão de exportação frutícolas durante o contexto neoliberal no estudo de caso Tome Alto localizado na comuna de Monte Patria, região de Coquimbo, no semi-árido chileno (Norte Chico).

Palavras-chaves: Neoliberalismo, Agricultura, campesinato.

ALGUNAS HIPÓTESIS SOBRE LA RELACIÓN ENTRE ACUMULACIÓN DE CAPITAL Y HEGEMONÍA EN ARGENTINA, 1955 – 1975 Y 1989 – 2015

Adrián Piva*

Introducción

En este trabajo nos proponemos exponer algunas hipótesis sobre la relación entre modo de acumulación y hegemonía en Argentina para los períodos 1955 – 1975 y 1989 – 2015. En la medida que los últimos veinte años hemos trabajado sobre dicho problema para el período abierto en 1989, en gran medida se trata de una reevaluación de esos resultados de investigación, su inscripción en una perspectiva de larga duración y la formulación de hipótesis comparativas que permitan precisar las transformaciones ocurridas entre ambos periodos.

Tratar la relación entre acumulación de capital y hegemonía presupone dos conjuntos de problemas. En primer lugar, implica todo un conjunto de problemas constituido en torno a la pregunta por las “determinaciones materiales” de la hegemonía o, planteada de modo más preciso, de si es posible establecer al nivel del modo de acumulación determinaciones, límites, a las posibilidades de construcción de una hegemonía. En segundo lugar, supone todo un conjunto de problemas constituido en torno a la cuestión de la relación Estado/acumulación o, planteada de modo más preciso, de si es posible evitar toda una serie de dificultades - surgidas una y otra vez en la literatura marxista (y también en la heterodoxa) – asociadas a la separación e interrelación Estado/acumulación. Ambas cuestiones refieren al problema más general de la separación entre economía y política y de sus relaciones.

Estos problemas refieren al nudo de las dificultades que ha enfrentado el marxismo cuando ha quedado atrapado en el dualismo base – superestructura y de las críticas que se le han dirigido. En ese sentido, es conveniente empezar por la crítica de Laclau, tanto por la influencia que ha tenido en la configuración del posmarxismo como por la agudeza de algunos de sus cuestionamientos, que apuntan en última instancia a la imposibilidad de superar esas dificultades sin abolir el dualismo. El punto esencial de la crítica de Laclau es que cualquier intento de moderar el economicismo haciendo intervenir elementos de determinación superestructural – es decir, político - ideológicos – pone en crisis el modelo

* Doutor em Ciências Sociais/Universidade Nacional de Quilmes, professor da Universidade de Buenos Aires, Argentina.

de determinación en última instancia del conjunto de las estructuras por la estructura económica. De este modo, la tendencia de los críticos marxistas del economicismo a construir modelos politicistas puede verse como una consecuencia necesaria de los límites del modelo base superestructura. El concepto de hegemonía nace según Laclau para salvar lo que era visto por muchos de los marxistas desde fines del siglo XIX e inicios del siglo XX como una relación de asincronía entre economía y política. Pero con ello dio lugar al desarrollo de una lógica de articulación contingente de identidades políticas que erosionó gradualmente el modelo de determinación base superestructura. Por lo tanto, para Laclau la salida del dualismo, como único medio de resolver las aporías del modelo base – superestructura, es idéntica al abandono del marxismo. Pero ello es así porque sigue considerando como inherente a la teoría marxista la asunción como dada de la separación entre estructura económica y superestructura político ideológica (LACLAU & MOUFFE, 2004).

Frente a este tipo de planteos, y en relación al primer conjunto de problemas, hemos propuesto un concepto de hegemonía como “forma histórica de la lucha de clases”.¹ Dicho concepto intenta, en primer lugar, recuperar su carácter histórico, es decir, como categoría producida para explicar el desenvolvimiento de la lucha de clases en determinados espacios y períodos históricos. Esto la diferencia del concepto formal y ahistórico de Laclau pero también de la caracterización poulantziana de la hegemonía como categoría correspondiente al “tipo de estado capitalista” en todo tiempo y lugar (Poulantzas 1986, 1986b). En segundo lugar, busca señalar la estrecha relación del concepto de hegemonía con el de acumulación de capital y, por lo tanto, el nexo entre crisis orgánica y potencialidad hegemónica de las clases subalternas. La potencialidad hegemónica de la burguesía depende de la capacidad de presentar su propia expansión como expansión del “conjunto de las energías nacionales” (Gramsci 1998). Es decir, de presentar las condiciones de su reproducción particular como condiciones de la reproducción del conjunto social. Existe, por lo tanto, un vínculo entre la capacidad hegemónica de la clase dominante y la reproducción ampliada del capital. En tanto la reproducción ampliada de la relación de capital es, al mismo tiempo, "reproducción ampliada" del conjunto de las relaciones entre las clases y fracciones de clase, es condición de posibilidad de la universalización de los intereses de la clase dominante. Esto depende, sin embargo, de determinadas condiciones de la acumulación que permitan compatibilizar

¹ Lo que sigue es una exposición resumida de Piva (2010).

la reproducción ampliada del capital con la satisfacción de demandas y el otorgamiento de concesiones a la clase obrera. En su teorización por Gramsci, ello habría ocurrido con el pasaje a la gran industria y a la fase imperialista. En tercer lugar, el concepto propuesto postula un vínculo indisoluble entre hegemonía y estado. La potencialidad hegemónica del conjunto de la clase capitalista y de sus diversas fracciones sólo se realiza en “formas de estado” determinadas. Por lo tanto, en el núcleo de la construcción de una hegemonía se halla la estabilización de mecanismos de internalización de la contradicción capital/trabajo mediante la captura estatal de los procesos de lucha, su internalización en mecanismos rutinizados que permitan traducir el antagonismo obrero en una lógica reformista de otorgamiento de concesiones. En este sentido, se propone a “hegemonía” como una categoría de mediación entre la “forma-estado”, como forma potencialmente inscrita en el concepto de capital, y su actualización en “formas de estado” histórico-concretas.

Dicho planteo - y ya en relación con el segundo conjunto de problemas - es cercano al desarrollado por Joachim Hirsch, que incluye la relación entre Estado y acumulación en la problemática de la producción de la separación entre economía y política (Hirsch, 1992; 2017).² Desde una perspectiva tal la separación entre estado y acumulación es una condición necesaria para la reproducción del capital pero que debe ser ella misma (re)producida. Por lo tanto, su particularización como momentos diferenciados de la reproducción de la relación de capital es problematizada y no presupuesta. Ello implica que las preguntas por las características de la acumulación y por la relación que guardan con la producción de una hegemonía son inscritas en una perspectiva de totalidad y adquieren su significado en el marco de los diferentes modos históricos de producción de la separación entre economía y política. Es por ello que para Joachim Hirsch la noción de “modo de acumulación” sólo es adecuadamente comprendida a través de su relación con la de “estructura hegemónica” (HIRSCH, 1992). Para Hirsch la objetividad del proceso de acumulación no es otra cosa que el producto del carácter fetichista de las relaciones capitalistas, pero la tendencia a la crisis inherente a la acumulación de capital es el resultado y el terreno de la acción de individuos, grupos y clases. En ese terreno dichas acciones pueden ser significadas – por el observador - como estrategias. El proceso entero se presenta – y se impone – a los individuos como un “proceso sin sujeto”, pero su movimiento no es sino el despliegue de relaciones antagónicas, aunque mayormente inconscientes, que puede derivar o no en su configuración como

² Lo que sigue retoma argumentos ya expuestos en Piva (2017).

enfrentamiento abierto entre clases.

Desde una perspectiva como la aquí adoptada, entonces, la producción de la separación entre estado y acumulación es un modo siempre histórico, por lo tanto nunca asegurado y con características específicas, de reproducir la dominación del capital sobre el trabajo, de impedir que ese movimiento contradictorio y tendiente a crisis se transforme en enfrentamiento de clases. Se desarrolla por medio del establecimiento, por un lado, de modos determinados de funcionamiento de la competencia - medio específico de coacción sobre el trabajo y los capitales individuales - y de organización del despotismo patronal en el lugar de trabajo. En una sociedad fundada en el trabajo asalariado ello requiere la preservación de la producción y de la circulación como espacio “económico” autónomo. Su contrapartida es, por otro lado, la configuración de una forma de estado que articule la dominación política y que centralice el monopolio de la violencia sobre un territorio.

Asumir que ese proceso de separación no está asegurado y que su articulación da cuenta tanto de las características como de los límites de la subordinación del trabajo en un tiempo y espacio determinados, supone excluir, a su vez, toda presunción de correspondencia entre Estado y acumulación. La cuestión de esa adecuación entre estado y acumulación y de los modos de alcanzarla es un aspecto central de la construcción de una hegemonía.

Retornando a la crítica de Laclau, lo dicho implica que no existen espacios preconstituídos de la acumulación y del estado. La subordinación del trabajo en su forma asalariada exige la (re)producción de la separación estado – acumulación y es a través de ella que esos espacios se constituyen. Una concepción de este tipo, lejos de arrojarnos fuera del marxismo, nos permite retornar a – y proseguir desde – la crítica (inconclusa) de Marx a las nociones fetichizadas del estado y de la economía. Las aporías de los análisis “economicistas” o “politicistas”, como los que han dominado los debates sobre el modo de acumulación y la hegemonía en Argentina, tienen su origen en aceptar como dada esa separación. El problema de la hegemonía, tal como aquí la consideramos, se sitúa en ese marco, en el de los modos históricos de producción de la separación estado - acumulación.

El período “clásico”: 1955 - 1975

El punto de partida para el análisis de las complejidades y especificidades de la relación estado – acumulación en Argentina entre 1955 y 1975 debe ser la reorganización mundial del capitalismo post crisis del '30 y en particular durante la segunda posguerra. La articulación de una forma de estado define, junto con la separación estado – acumulación en

la que se inscribe, un adentro y un afuera y, por lo tanto, una diferenciación y un modo de relación entre mercado nacional – mercado mundial. Pero este proceso se desenvuelve en los marcos de procesos de reestructuración capitalista que operan como procesos de redefinición de la relación entre economía y política a escala global. Es decir, que reconfiguran – fracturando/unificando – el espacio de acumulación a escala mundial y el sistema internacional de estados (Holloway, 1993; Harvey, 2006; Astarita, 2004; Ianni 2011). La crisis del '30 dio lugar a una fractura del mercado mundial en torno a las diferentes esferas de influencia de las potencias imperialistas y a una fuerte reducción del comercio internacional (Hobsbawn, 2006). Las políticas de industrialización vía sustitución de importaciones en América Latina durante esa década fueron la respuesta a la crisis de su inserción exportadora previa y parte de un proceso general de recentramiento de las economías centrales y periféricas sobre sus mercados nacionales, contrapartida de la crisis del mercado mundial. La segunda posguerra fue escenario de una reconstrucción del espacio mundial de acumulación como espacio de flujos de inversiones, de capital financiero y de intercambio comercial. Sin embargo, dicha reconstrucción se desarrolló sobre la base de configuraciones de los circuitos de producción y realización de mercancías predominantemente nacional centradas. Al mismo tiempo, los grados mínimos de homogeneidad requeridos por los flujos mundiales de dinero y mercancías se consiguieron a través de cierto nivel de coordinación de las políticas estatales (tipos de cambio, aranceles, etc.) que dieron un lugar crecientemente relevante a organismos multiestatales (FMI, GATT, Banco Mundial, etc.). Estas políticas estatales se caracterizaron por un mayor grado de intervención/regulación sobre los procesos de acumulación. De modo que, el espacio mundial – paradójicamente – se reconstruyó sobre la base de una relativa autonomía de los espacios nacionales de valor y de un mayor margen de acción de los estados nacionales (Astarita, 2004; Ianni, 2011). Aunque no podemos desarrollarlo aquí, este proceso es inescindible de la respuesta capitalista global al ciclo de revoluciones iniciado por la revolución rusa (Negri, 2014; Holloway, 1994). La cuestión de la hegemonía, es decir, de la interiorización del antagonismo obrero en una lógica reformista de concesiones, su transformación en motor de la expansión “de las energías nacionales” vía presión por fuertes aumentos de productividad, debe comprenderse como parte de esa respuesta. La relativa autonomización de los estados y de las dinámicas de acumulación nacionales era condición para la construcción de hegemonía. En particular para la adecuación de la diferenciación/relación estado – acumulación a las variaciones nacionales de las relaciones

de fuerzas que determinaban límites específicos a la subordinación del trabajo bajo su forma asalariada. La separación relativa de los espacios nacionales de valor y el mayor margen de maniobra de los estados nacionales para definir condiciones de acumulación y captar y redistribuir el excedente fueron condiciones de posibilidad para la acumulación de capitales de bajo grado de concentración y productividad relativas a escala mundial. También para, sobre todo desde fines de los años 50, la expansión de la inversión extranjera directa (IED) y la emergencia de capitales multinacionales (Hobsbawn 2006, Mandel 1979). En este contexto, en varios países de América Latina, la IED se insertó en los esquemas de industrialización por sustitución de importaciones orientando el grueso de su producción hacia los mercados internos, aunque gradualmente esto empezaría a modificarse desde los años '60. Los problemas que enfrentó la diferenciación y la estabilización relativa de la relación estado – acumulación en Argentina en el período deben comprenderse como parte de dicho proceso de estructuración del capital a nivel mundial.

Es un tópico de la literatura sobre Argentina en el período que la industrialización mediante sustitución de importaciones tendió a producir una estructura dual a cuya especificidad correspondió una dinámica particular.

En América Latina la escuela de la CEPAL, a partir de los trabajos de Prebisch y Singer (Prebisch, 1949; 1981; Singer, 1950), estableció el concepto de “heterogeneidad estructural”. Dicho concepto señala como una especificidad del desarrollo capitalista latinoamericano la coexistencia al interior de esas sociedades de un polo productivo moderno con “sectores primitivos” (Pinto, 1970) de baja productividad e ingreso per cápita. La “heterogeneidad estructural” se explica por el carácter periférico de las sociedades latinoamericanas y por su particular vínculo con el centro, como abastecedor de materias primas. De modo que el dualismo centro – periferia se reproduce como dualidad estructural de dichas sociedades y su reproducción es mediada por el “deterioro de los términos de intercambio”, cuyo fundamento descansa en la homogeneidad, mayor productividad y mayor ingreso per cápita del centro industrializado frente al carácter estructuralmente heterogéneo y, por lo tanto, de menor productividad promedio e ingreso per cápita de la periferia proveedora de materias primas (Grigera 2014).

En Argentina, Diamand (1972, 1973) introdujo el concepto de “estructura productiva desequilibrada” (EPD). Una EPD está compuesta por dos sectores: un sector primario orientado a la exportación que trabaja con productividades cercanas a las internacionales y un sector industrial orientado al mercado interno y dependiente de la

importación de bienes de capital que trabaja con productividades considerablemente inferiores a las internacionales (Diamand, 1972; 1973). De ello se deduce una restricción externa al crecimiento originada en una dinámica de crecimiento desequilibrado que tiende a producir crisis de balanza de pagos. Al mismo tiempo, Braun y Joy desarrollaban su clásico modelo basado en dos sectores: primario exportador e industrial importador orientado al mercado interno.³ Ambos modelos fueron la base de la explicación de la dinámica de “stop and go” propia de la economía argentina desde los años ‘40 (Braun & Joy, 1981). Durante la fase de crecimiento el aumento de la demanda importadora de insumos intermedios y bienes de capital del sector industrial se conjugaba con la reducción de saldos exportables debida al crecimiento de los salarios, ya que los bienes exportables eran bienes de consumo obrero. En un contexto de tendencia a pobres aumentos o cuasi estancamiento de la producción agropecuaria la dinámica de crecimiento generaba déficit comercial y finalmente una crisis de balanza de pagos. Llegado este punto se sucedían la devaluación de la moneda, la recesión con fuerte retracción industrial, la caída del salario real y el aumento del desempleo que, en conjunto con una recuperación de las exportaciones, recomponían las condiciones para un nuevo período de crecimiento.

Sin embargo, a fines de los años ‘60, en el preciso momento en el que se modelizaban las condiciones del ciclo stop – go, ocurrían cambios que alteraban el ciclo tradicional y que prefiguraban algunas tendencias de reestructuración posteriores. El período 1955 – 1975 puede ser subdividido en dos etapas: 1955 – 1963 y 1964 – 1975. Mientras la primera etapa presenta los típicos ciclos de stop – go, observables desde los años ‘40, en la segunda etapa los ciclos se moderan y la dinámica se complejiza, debido a la maduración y el nuevo papel de la IED, a una incipiente reorientación exportadora del gran capital industrial extranjero y nacional, al papel también incipiente del endeudamiento externo, a la evolución de los términos de intercambio – que experimentan una mejora respecto del subperíodo previo - y a la dinámica de la puja distributiva entre capital y trabajo, caracterizada por una mayor contención de las demandas salariales en condiciones de proscripción del peronismo y de alternancia entre gobiernos semi democráticos y períodos de dictadura abierta (Basualdo 2006). El fuerte ingreso de IED y el aumento del recurso al

³ El primer modelo de dos sectores que trató de dar cuenta de las consecuencias recesivas de las devaluaciones recurrentes del período ISI se debe a Díaz Alejandro (1963). Especialmente importante para nuestro problema es Canitrot (1975) quien construye una variación de los modelos de Díaz Alejandro y de Braun y Joy con el objetivo de discutir los límites de las políticas de redistribución del ingreso. Sobre dicho análisis funda los límites de la “alianza de clases populista” y la inestabilidad política que acompaña a las restricciones del ciclo económico, planteos que retomará parcialmente más adelante O’Donnell (1977).

endeudamiento externo mejoraron la cuenta capital, mientras que cierta – aunque todavía tímida – reorientación exportadora del gran capital industrial y, fundamentalmente, la mejora en los términos de intercambio aliviaron la balanza comercial (Basualdo 2006). A ello se sumó la contención salarial que redujo la presión sobre ganancias y saldos exportables (Basualdo 2006). La moderación del ciclo dio lugar a un crecimiento continuo con desaceleraciones de ritmo pero que, en lugar de a las recesiones cortas, condujo a una gran crisis en 1975. Por lo tanto, la explicación del cambio de dinámica debe incluir, además de la moderación del ciclo, la nueva forma asumida por la reproducción desequilibrada y su estallido en forma aguda y profunda. Aquí nos limitaremos a la formulación de dos hipótesis. En primer lugar, tanto la moderación del ciclo como el estallido de la crisis de 1975 responden parcialmente a condiciones mundiales generadas por el agotamiento y crisis del capitalismo central de posguerra. La inversión de la tendencia en los términos de intercambio fue una señal de los cuellos de botella que empezaba a enfrentar la acumulación a escala mundial, los crecientes flujos de IED y la disponibilidad de oferta de crédito para la periferia señalaban la emergencia de condiciones de sobreacumulación de capital en el centro. Ambos fenómenos se entrelazaron en el auge especulativo y la tendencia a la estancflación que ya eran visibles a inicios de los años '70. Al mismo tiempo, la internacionalización de los circuitos de producción y realización del capital y la tendencia, todavía incipiente pero creciente, a la transformación de empresas multinacionales en transnacionales ponía en crisis los mecanismos de regulación internacionales de posguerra, esos mismos que la habían hecho posible. La crisis de la libra de 1967 ya lo insinuaba y la inconvertibilidad del dólar de 1971 la volvía indisimulable. La reestructuración exportadora del capital industrial de la periferia era parte de ese proceso de reestructuración productiva a nivel internacional que empezaba a desarrollarse. Los límites que enfrentaba en la Argentina – en comparación, por ejemplo, con Brasil - eran una señal de las dificultades para subordinar al trabajo.

En este sentido, en segundo lugar, la moderación del ciclo y el cambio de dinámica también responden parcialmente a ciertas tendencias de reestructuración que, todavía incipientes, tenderían a profundizarse después de 1976 aunque de un modo nuevo. En primer término, la mencionada reorientación exportadora de parte del gran capital industrial. En segundo término, la tendencia a la subordinación del capital agrario a ciertas fracciones del gran capital industrial. En este sentido es destacable la constitución de lo que Basualdo llama “oligarquía diversificada” (Basualdo 2006). Se trata de capitales de inserción industrial o agro industrial que tendieron a diversificar sus actividades incluyendo el agro, la

comercialización y las finanzas. Sin embargo, es un hecho notable que estas actividades tienden a integrar al agro en cadenas de producción y comercialización agroindustriales, y, por otro lado, que a nivel político crecientemente articulan sus comportamientos con el capital extranjero y subalternizan, acoplándolo al bloque en el poder, al capital agrario. En tercer término, el aumento de la IED dio lugar a un proceso de internacionalización de la propiedad del capital que tuvo como principal destino las actividades más dinámicas de la industria – mayoritariamente orientadas al mercado interno - y los nichos de cierta reorientación exportadora. La IED se convertía así en el núcleo modernizador de la estructura industrial y centro de las tendencias a la reestructuración. Pero esto significó, en cuarto término, una complejización del conjunto de la estructura económica al producir una creciente heterogeneidad de la propia industria entre un sector moderno y otro atrasado.

Por lo tanto, si la crisis de 1975 (el “rodrigazo”) no fue una crisis más del ciclo stop – go y significó la crisis de la ISI es porque condensó la acumulación de desequilibrios y contradicciones de la acumulación local y la crisis del orden capitalista de posguerra. Es decir, el capítulo local de un proceso de crisis y reestructuración a escala mundial que redefiniría las relaciones estado – acumulación y mercado nacional – mercado mundial. En este sentido, es difícil sostener que el golpe militar de 1976 interrumpió la ISI y que era posible su continuidad. Las condiciones que la hicieron posible no son separables de la articulación internacional de posguerra y de las relaciones de fuerza internacionales entre capital y trabajo que entraban en terreno de redefinición. La internacionalización del capital y el desborde de los mecanismos de regulación internacional de posguerra eran parte de la respuesta global – no coordinada conscientemente – del capital al bloqueo de la acumulación sintetizado en la fórmula de “rechazo del trabajo” (Aglietta 1986, Negri 2014).

Los modelos de ciclo stop – go fueron el punto de partida de dos de los principales análisis de la dinámica económico – política de la Argentina del período: los trabajos de Portantiero (1973 y 1977) y O’Donnell (1977). Ambos estudios señalaron el particular ciclo económico político que originó la introducción y creciente predominio del “capital extranjero” en la industria en el contexto de la “estructura dual” que caracterizó a la sustitución de importaciones en Argentina. Portantiero (1973) señaló la incapacidad del capital extranjero industrial y del capital nacional a él asociado para traducir su predominio económico en hegemonía política. Planteó la existencia de un “empate hegemónico” fundado en la capacidad de veto político de las fracciones económicamente subordinadas del capital nacional aliadas a la clase obrera. O’Donnell (1977), quien incorporó los aportes de

Portantiero (1973) y de Canitrot (1975), articuló de manera mucho más estrecha la dinámica de “stop and go” de la “estructura productiva desequilibrada” argentina del período con el ciclo político: las tendencias al desequilibrio económico característico de esa estructura dual son la base del comportamiento “pendular” de la gran burguesía urbana dominada por el capital extranjero entre la alianza defensiva de burguesía industrial nacional y clase obrera y la burguesía agraria pampeana. Portantiero (1977) recuperó estos análisis para desarrollar los fundamentos sociales del “empate hegemónico”. Ambos estudios ponen el centro de la explicación en la existencia de un “bloqueo” o “imposibilidad hegemónica”, traducido en las nociones de “empate hegemónico” o “péndulo político”. Más allá de matices y precisiones posibles transcurridas cuatro décadas de publicados, los consideramos todavía un punto de partida indispensable para comprender aquel período y formular las preguntas sobre qué ha cambiado y qué persiste de dicha relación.

Ambos trabajos, sin embargo, presentan dos límites que nos interesa destacar aquí. En primer lugar, las clases y las fracciones de clase con sus respectivos intereses son definidos al nivel de la “estructura económica”. Esto supone que el proceso de formación/supresión de clase que se desarrolla en torno a la lucha/resistencia por subordinar el trabajo y a través de la configuración de la separación estado – acumulación es reemplazado por una operación de traducción política – exitosa o fallida - de intereses y relaciones de fuerza económicas. El politicismo de ambos trabajos, patente en el lugar cada vez más predominante que adquieren en la narración las articulaciones de alianzas políticas y la acción - tendiente a la impotencia - del estado, esconde, como sucede siempre con el politicismo, ese trasfondo economicista. En segundo lugar, por un lado, ambos ponen en juego en el análisis una definición implícitamente estrecha de clase obrera – asociada en los hechos a la clase obrera industrial - y, por otro lado, la fragmentación de la burguesía por la competencia es convertida en un ejercicio de identificación económica de fracciones. El resultado de ambos procedimientos es un pluralismo sui generis que termina acercando por momentos los análisis a los de la ciencia política standard, concentrada en la capacidad de presión de diferentes grupos sobre el estado y en la formación de coaliciones políticas.

Esto no significa que no exista relación alguna entre el proceso de dualización estructural producto de la modalidad de acumulación de la ISI y el proceso de formación de clases. Pero el problema debe ser enfocado de otro modo. En primer lugar, debemos ser conscientes de que al recortar ese orden de relaciones operamos una abstracción respecto de la totalidad – la separación/relación estado-acumulación – en la que se inscribe. Es decir, el

planteamiento del problema presupone al menos una hipótesis respecto de la estructuración de dicha totalidad. En segundo lugar, al nivel de la acumulación no es posible deducir dinámicas de conflicto social y lógicas de dominación política. El supuesto es que las contradicciones en torno a las cuales se estructuran concretamente las relaciones sociales capitalistas constituyen condiciones de posibilidad – en tanto espacios de apertura, que impiden que la realidad social se constituya como pura objetividad – de luchas sociales y políticas y de su mayor o menor cristalización institucional. En tanto los sujetos se enfrentan a sus propias relaciones sociales como “estructura objetiva” – producto de su carácter fetichista - éstas sólo se le presentan como “límite negativo” a acciones individuales y colectivas históricamente contingentes. En tercer lugar, a nivel de la acumulación de capital las clases sólo existen como relación social objetiva en tanto los individuos se enfrentan objetivamente – en la circulación y en la producción y con independencia de su conciencia de este hecho y de sus identidades autoreferidas y mutuamente referidas - como “ejemplares individuales de clase”, es decir, como personificaciones del capital frente al trabajo y como personificaciones del trabajo frente al capital (PIVA 2017b). Podemos decir que este es un nivel 0 del antagonismo cuyo desarrollo puede derivar o no en la constitución de los enfrentamientos sociales como enfrentamientos de clase. Justamente, en ese proceso más o menos inconciente, más o menos conciente, de lucha y resistencia en torno a la subordinación del trabajo bajo su forma asalariada es que se juega la formación/supresión de clase. De todo esto se sigue que no es posible deducir clases y fracciones como grupos definidos con intereses determinados del análisis de la acumulación. La mayoría de las veces - y los trabajos referidos no escapan a ello – se intenta buscar un fundamento objetivo a fuerzas sociales realmente actuantes, es decir, se las “justifica” estructuralmente más que explicarlas en su proceso de formación.

Sin embargo, a nivel de la acumulación y de sus efectos estructurantes es posible dar cuenta de ciertas capacidades estructurales para la acción colectiva que actúan como límite o condición de posibilidad de procesos relativamente contingentes de articulación de enfrentamientos sociales. Desde esta perspectiva, la modalidad de dualización estructural predominante entre 1955 y 1975 – entre sector industrial y sector agroexportador - tendió a incrementar el peso de la clase obrera industrial y a moderar la heterogeneidad de la fuerza laboral en su conjunto. Aunque aquí también es necesario distinguir el período 1964 – 1975, en el que se inicia una tendencia a la dualización de la fuerza de trabajo industrial, producto de la tendencia a la dualización de la industria entre un sector moderno, básicamente

dominado por el capital extranjero, y un sector industrial de menor concentración y productividad ligado sobre todo al capital nacional, especialmente el mediano y pequeño. En este sentido, los efectos de la dualidad estructural sobre la estructura de clases entre 1955 y 1975 tendieron a potenciar las capacidades estructurales para la acción colectiva de la clase obrera. Pero estas sólo fueron condiciones estructurales favorables para un proceso de formación de clase que hunde sus raíces en las primeras décadas del siglo XX y que tuvo en el peronismo un momento crucial, el de la constitución heterónoma de la clase obrera como sujeto político (Torre 1989).

La integración de la clase obrera sindicalmente organizada en un bloque político policlasista - articulado en torno al desarrollo industrial orientado al mercado interno - fue su incorporación en un proyecto hegemónico (Jessop 1990) que encontró límites y condiciones posibilidad en el proceso de la ISI. Pero lo mismo puede decirse del proyecto encarnado por la burguesía agroexportadora, en la medida que fue articulado por representantes políticos, algo que es dudoso, salvo como fuerza marginal, desde el año 1958. Y también puede decirse lo mismo del proyecto basado en la expansión del capital extranjero cuando cobró forma a través del desarrollismo frondizista y de la primera etapa de la “revolución Argentina”, especialmente entre 1967 y 1969. Lo que queremos decir es que en todos estos casos de lo que se trata no es de la traducción política de clases y fracciones de clase con intereses definidos en una presunta estructura económica que le preexiste. Sino de la constitución a través de mecanismos de representación – es decir de procesos de organización de la voluntad colectiva – de proyectos hegemónicos, es decir, que tienden, por su orientación objetiva más que por su orientación consciente, a la producción de determinados modos de separación economía – política, esto es, de producción de determinados modos de separación/relación estado – acumulación. Sin embargo, estos proyectos, estructurados como lo están en torno a contradicciones locales e internacionales históricamente determinadas, tienen mayor o menor potencialidad hegemónica. El proyecto agroexportador ya estaba muerto para 1955 incapaz de integrar a la clase obrera sindicalmente organizada en el estado. El “bloque peronista” es capaz de incorporar las demandas obreras en una lógica de expansión simultánea de la producción, el salario y el empleo a costa de una reproducción desequilibrada que le pone un límite a la continuidad de la integración institucional de los trabajadores. Más allá de ese punto sólo es posible impulsar el proceso de acumulación sobre la base de una reestructuración productiva que es bloqueada por la clase obrera. Este es el mismo límite que enfrentan las distintas variantes de desarrollismo

que buscan en el capital extranjero el factor dinamizador. El proyecto inicial de la “revolución argentina” era viable por las condiciones regionales y mundiales de la acumulación. Pero la reestructuración requería una derrota de la clase obrera sindicalmente organizada que el Cordobazo mostró improbable.

No nos encontramos como planteaba Portantiero (1973) frente a una “asincronía” entre la *contradicción principal*⁴ definida objetivamente (desde el punto de vista del observador) – la contradicción capital extranjero y proletariado industrial - y la constitución de los conflictos al nivel de las fuerzas sociales. Sino frente a un desfase o relación de no correspondencia entre estado y acumulación que es producto de la imposibilidad hegemónica de los proyectos capitalistas en disputa. El populismo no es más que la confesión de esta imposibilidad. Frente a la incapacidad para internalizar el antagonismo obrero en un dispositivo estatal con cierta estabilidad (al modo de los estados europeos de posguerra) sólo puede ofrecer el desplazamiento de la contradicción capital/trabajo en el tiempo - del cual un promedio de inflación del 25% anual es su principal manifestación (Basualdo 2006) – y su desplazamiento sincrónico hacia a la oposición pueblo – oligarquía. De esta manera posterga en el tiempo la resolución de la (in)subordinación del trabajo y desplaza el conflicto del centro del sistema reduciendo su impacto sistémico inmediato. Los intentos de salir del populismo derivaron una y otra vez en una agudización del conflicto social que tendió peligrosamente, sobre todo después del Cordobazo, a asumir la forma de lucha frontal de clases. Bajo estas condiciones el problema no era la escasa autonomía del estado para ordenar las relaciones sociales (Portantiero 1977) sino que la escasa autonomía del estado era la manifestación de la incapacidad hegemónica de los diversos proyectos de subordinación del trabajo. Como señalamos antes, 1975 representó el final de juego. La condensación de contradicciones locales y mundiales representó el cambio completo de las coordenadas sobre las que desplegar los intentos de reconstitución del estado y la acumulación.

El período 1989 – 2015

I. 1989 – 2001

⁴ En el trabajo de Portantiero (1973) el significado de *contradicción principal* no es el de la contradicción capital/trabajo como núcleo en torno al que se estructuran las relaciones capitalistas y del conjunto de la sociedad, sino el de la oposición o antagonismo central entre grupos sociales definidos a nivel económico. Es en este sentido que la rechazamos.

1989 es un punto de inflexión en cuanto a la periodización de la relación entre modo de acumulación y hegemonía en Argentina. Ello se debe a que la crisis hiperinflacionaria de 1989 condensó una serie de tendencias y contradicciones nacionales y globales cuya resolución cerró un período y abrió uno nuevo.

Como señalábamos antes, la crisis de 1975 (el “rodrigazo”) no fue una crisis más del ciclo stop – go y significó la crisis de la ISI debido a que condensó la acumulación de desequilibrios y contradicciones de la acumulación y la dominación locales y la crisis del orden capitalista de posguerra. Por esa razón, el golpe de 1976 dio inicio a un largo proceso de ofensiva capitalista y de intentos de reestructuración que le darían el tono de una fase transicional, atravesada por avances profundos de ofensiva y reestructuración, el período 1976 – 1981, y períodos de resistencia que limitaron o directamente bloquearon su avance, desde el fin de la dictadura hasta la hiperinflación de 1989.

La crisis hiperinflacionaria condensó las contradicciones propias del proceso de reestructuración local con tendencias a la crisis en toda la periferia y el este europeo que señalaban la reconfiguración del orden capitalista mundial. Puede sintetizarse como la yuxtaposición de la doble transición que atravesaba al proceso reestructurador en Argentina (transición democrática y ofensiva neoliberal) y del escenario abierto por la crisis de la deuda de 1981/82 (Massano 2016). De esta manera, las contradicciones locales del proceso de reestructuración refractaron el proceso de reconfiguración capitalista a nivel global.

La expansión del endeudamiento externo durante la dictadura, parte de un proceso que abarcó a toda la periferia y a una porción del este europeo, fue la contracara de la plétora de capital en el centro capitalista en crisis. La crisis de la deuda y la restricción crediticia posterior en la periferia fueron el resultado de la aceleración y el triunfo de la ofensiva neoliberal en el centro. La ofensiva capitalista en los países centrales terminó por recomponer la acumulación, redireccionó los flujos de capital hacia el centro (inicialmente por el alza de tasas de interés pero luego por el relanzamiento progresivo de la acumulación) y por esa vía incrementó la presión por la reestructuración neoliberal en la periferia en crisis (Salama y Vallier 1992, Ianni 2011).

La presión objetiva por la reestructuración en Argentina, y en toda América Latina, tenía un medio privilegiado en la revinculación de los mercados financieros locales e internacionales, resultado de las reformas financieras de los ‘70s, y en el endeudamiento posterior. Pero la vehiculización de las reformas neoliberales, en particular las que impulsaban la reestructuración productiva del capital, encontraban un escollo en la

capacidad de resistencia de la clase obrera sindicalmente organizada, aliada a las fracciones mercado internistas de la burguesía industrial. Esa “alianza defensiva” (O’Donnell 1977), aunque debilitada por la represión de la dictadura, tenía todavía suficiente fuerza como para bloquear la reestructuración en curso. La estrategia se centraba en la defensa de la relativa separación del espacio nacional de valor de la acción de la ley del valor a escala mundial que fuera fundamento de las estrategias de acumulación nacional - centradas de posguerra y en Argentina de la ISI. Pero la crisis que vivía la Argentina era la refracción en el medio local de la crisis y reestructuración del espacio económico mundial signadas por la internacionalización comercial, financiera y productiva del capital. Por lo tanto, si la separación relativa entre espacio nacional y mundial de valor se encontraba en la base de la tendencia al deterioro de la balanza de pagos y a la hiperdevaluación de la moneda local, la estrategia de bloqueo a su redefinición sólo podía conducir a la profundización de la crisis de acumulación.

El proceso hiperinflacionario significó un proceso acelerado de crisis del dinero y por lo tanto – en una sociedad cuyas relaciones se establecen por medio del intercambio – de disolución de las relaciones sociales. En este contexto, la salida de la crisis a través de una estrecha articulación con el mercado mundial, impulsada por las fracciones más concentradas del capital local, adquirió potencialidad hegemónica. En la medida que apareció como condición de la reproducción del conjunto social fue también condición de posibilidad para la universalización de los intereses de aquellas fracciones capitalistas que impulsaban la reestructuración. De este modo la hiperinflación fue el terreno en el que se desarrolló una acelerada y radical transformación de las relaciones de fuerza entre capital y trabajo. Por un lado, se produjo una fragmentación y desorganización de la acción de clase de la clase obrera y una unificación del conjunto de las fracciones de la gran burguesía en torno al programa neoliberal, por otro lado, sobre esa base, se articuló un amplio consenso en torno a dicho programa que fue el fundamento de una hegemonía que duraría hasta 2001 cuyo eje articulador sería la convertibilidad monetaria. (Bonnet, 2008; PIVA, 2012)

En este sentido, es necesario aclarar que “neoliberalismo” no designa un modo de acumulación, sino que refiere a una estrategia de ofensiva del capital contra el trabajo que opera por medio de la intensificación y extensión de la competencia. Tiende, por lo tanto, a una redefinición de la relación estado – acumulación que incrementa el papel de la competencia en la subordinación del trabajo. La articulación de política monetaria restrictiva - en el caso argentino el régimen de convertibilidad monetaria - apertura comercial y

desregulación del mercado incrementó la presión competitiva sobre los capitales individuales para reestructurar sus procesos de producción, financiación y comercialización. Las privatizaciones ampliaron el espacio de valorización del capital, al tiempo que sirvieron como medio de capitalización de deuda externa y, por lo tanto, de revinculación de la Argentina con los mercados financieros internacionales.⁵ El incremento del desempleo, del subempleo y del empleo en negro - resultado directo de la presión competitiva sobre los capitales individuales y del proceso de reestructuración privado y estatal - y en menor medida la flexibilización legal del mercado de trabajo aumentaron la coacción de la competencia en el mercado de trabajo.⁶

En la estructuración de dicha estrategia fueron centrales los mecanismos de representación a nivel económico corporativo y a nivel político. Una vez más no se trata de la definición de grupos e intereses a nivel “económico”. Desde la crisis del plan primavera (insinuada a partir de fines de 1988 y declarada en febrero de 1989) hasta la crisis hiperinflacionaria se desarrolló una tendencia a la unidad del conjunto de las corporaciones del gran capital local (nacional y extranjero) en torno al programa de reformas neoliberales. Esta confluencia abarcó a los nucleamientos del gran capital del agro, la industria, el comercio y las finanzas. Al mismo tiempo, se fragmentaba y desorganizaba la acción de la clase obrera sindicalizada en un contexto de esterilización de la lucha salarial debido a la aceleración inflacionaria. Este proceso de desorganización alcanzó su máximo en los saqueos a comercios desarrollados entre mayo y junio de 1989. De conjunto, se asistía al fracaso de la estrategia de defensa de la separación relativa del espacio nacional de valor respecto del mercado mundial, lo que disolvía los fundamentos de la alianza defensiva entre burguesía nacional mercado internista y clase trabajadora. En este contexto, fue el peronismo el que articuló la estrategia a nivel político y condujo la ofensiva neoliberal contra el trabajo. El peronismo incorporó a su coalición política al gran capital, vehiculizó una revinculación funcional de los sindicatos al estado a través de una estrategia neoparticipacionista – vital para la subordinación de la clase obrera que permitió la implementación de las reformas – y desarrolló una estrategia de control territorial que permitió abarcar a los sectores más empobrecidos y precarizados de una clase obrera crecientemente dualizada. De este modo, articuló al conjunto de la burguesía como clase dominante, a través del estado, en torno a una estrategia que fortaleció crecientemente el lugar de la gran burguesía industrial local

⁵ Argentina se encontraba en moratoria de pagos desde abril de 1988.

⁶ Toda esta primera parte de la sección *I. 1989 - 2001* es una exposición levemente modificada de Piva (2017).

(cada vez más internacionalizada en su propiedad) orientada a la exportación.⁷ Y, de un modo trabajoso, a lo largo de dos años (entre julio de 1989 y abril de 1991, con el inicio del régimen de convertibilidad monetaria), por medio de acciones y luchas sólo a medias conscientes, se estructuró dicha dominación como hegemonía. La burguesía articulaba una estrategia como clase a través – paradójicamente – del peronismo y lograba por primera vez en más de medio siglo romper el bloqueo a la realización de un proyecto hegemónico.

Sin embargo, la hegemonía construida guarda diferencias significativas con la que podemos llamar la noción fuerte de hegemonía. Antes la definimos por la interiorización del antagonismo obrero en una lógica reformista de concesiones, lo que involucraba su integración en mecanismos estatales de canalización del conflicto social y requería ciertas condiciones de la acumulación de capital que lo hicieran posible. Pero entre 1989 y 2001 la dinámica de la acumulación de capital impuso estrictos límites a la capacidad de incorporar/satisfacer demandas obreras y populares.

El proceso de reestructuración del capital y del estado dio lugar a un modo de acumulación centrado en la exportación de productos industriales de bajo valor agregado, agroindustriales y agropecuarios. A su vez, el ritmo de acumulación dependió fuertemente de la inversión extranjera directa y de los flujos internacionales de capital-dinero. En ese marco se desarrolló una creciente interpenetración del capital nacional y extranjero y una tendencia a la internacionalización de la propiedad del capital local. El resultado fue un desarrollo caracterizado por la profundización de la dependencia tecnológica y por la “dualización estructural”, particularmente de la industria, entre un sector moderno y competitivo (fundamentalmente exportador) y otro atrasado e impulsado por la competencia a la intensificación y extensión de la jornada laboral. Por lo tanto, la dinámica de acumulación se caracterizó, en primer término, por la fragilidad externa, originada en las fuertes fluctuaciones de precios que afectan a los commodities, que centralmente exporta la economía argentina, y a la tendencia al desequilibrio comercial del crecimiento industrial, a causa de la dependencia tecnológica. En segundo término, se caracterizó por la vulnerabilidad financiera, debido a su dependencia de los flujos financieros y de la IED. Por último, en la medida que los aumentos de productividad debidos a la fuerte reconversión productiva de la primera mitad de los años '90 alcanzaban sus límites, el conjunto de la

⁷ En términos poulantzianos diríamos que, a través del estado, se construyó un bloque en el poder de la burguesía con predominio de la fracción industrial exportadora de la gran burguesía local. Sin embargo, saltan a la vista las diferencias conceptuales en cuanto a la definición y constitución de clases y fracciones de clase.

acumulación se hizo más dependiente de mecanismos de producción de plus valor absoluto (extensión e intensificación de la jornada laboral) y/o de la directa reducción del salario.

De este modo, en primer lugar, la dinámica de crecimiento tendía a la acumulación de desequilibrios comerciales y financieros. En segundo lugar, la articulación de la estrategia de ofensiva neoliberal contra el trabajo por medio de la combinación de tipo de cambio fijo, desregulación del mercado y apertura comercial dejaba como única vía, cuando los aumentos de productividad eran insuficientes, la profundización del ataque a las condiciones laborales y salariales. Este bloqueo a la satisfacción de demandas obreras y populares e incluso, más allá de 1995, el empeoramiento absoluto de las condiciones de vida de las grandes mayorías planteaba una potencial contradicción entre requerimientos del proceso de valorización y requerimientos de legitimación del proceso de acumulación. Esta contradicción tendió a cerrarse por medio del predominio de mecanismos coercitivos de producción de consenso negativo. Centralmente la amenaza de retorno de la hiperinflación, que soldó el consenso en torno a la convertibilidad y el programa de reformas neoliberales, y la fragmentación de la clase obrera y el alto desempleo, que indujeron la aceptación de la ofensiva capitalista en los lugares de trabajo. A este consenso fundado en el predominio de mecanismos coercitivos es a lo que llamamos “hegemonía débil” en contraposición al sentido fuerte de hegemonía al que referíamos antes.

A su vez, la reestructuración de las condiciones de la acumulación fortaleció los fundamentos estructurales de la unidad política de la burguesía al tiempo que debilitó las capacidades estructurales para la acción colectiva de los trabajadores. Respecto de la burguesía, la orientación exportadora de la gran burguesía industrial moderó sus contradicciones con la gran burguesía agraria, al mismo tiempo, la integración creciente de la producción agraria en las cadenas de producción agroindustriales tendió a fortalecer las condiciones estructurales de la tendencia de largo plazo a la integración subordinada de la burguesía agraria en el bloque en el poder. La asimilación de comportamientos entre capital nacional y extranjero y la internacionalización de la propiedad del capital local redujo o eliminó las contradicciones entre capital nacional y extranjero. Por último, a la derrota política de las fracciones mercado internistas se sumaron los efectos de la dualización de la estructura industrial que tendieron a articular de modo subordinado la estrategia de acumulación de la pequeña y mediana burguesía industrial con la de la gran burguesía exportadora. Por el contrario, en lo que refiere a las capacidades estructurales para la acción de la clase obrera la modalidad de dualización de la estructura productiva tendencialmente

prevaleciente desde 1976 y profundizada desde 1989 produjo una reducción del peso de la clase obrera industrial, una heterogeneización producto del desarrollo desigual de la reestructuración capitalista, una dualización de la fuerza laboral resultante del aumento del empleo precario e informal y un incremento de la población sobrante. Dichas transformaciones se desarrollaron en el marco de un fuerte proceso de “proletarización” (Salvia et al 2008, Salvia y Vera 2013, Dalle 2016, Iñigo Carrera, Cavalleri, Murruni 2012).

La larga crisis iniciada en el último trimestre de 1998 mostraría, sin embargo, los límites de la estrategia neoliberal de subordinación del trabajo. El reflujo de capitales productivos y financieros y la caída del precio de los commodities, productos de una sucesión de crisis en la periferia (sudeste asiático 1997, Rusia 1998, devaluación brasileña de 1999), se combinaría con la acumulación de desequilibrios del crecimiento económico local. En ese contexto, la única salida compatible con el régimen de convertibilidad era una ofensiva deflacionaria contra los trabajadores: ajuste del gasto público, reducción del salario nominal, flexibilización laboral, etc. La insurrección de diciembre de 2001 que abarcaría desde los sectores más pauperizados de la clase obrera en los saqueos hasta las “clases medias” movilizadas entre la noche del 19 de diciembre y la jornada del 20, representaría el bloqueo popular a la vía deflacionaria de salida de la crisis. Ello significaría el fin de la convertibilidad y con ella de la estrategia neoliberal de ofensiva contra el trabajo. Los mecanismos coercitivos de construcción de consenso fracasaban frente a la disolución de relaciones sociales que se desarrollaba en una crisis sin fin. Se abría entonces la contradicción entre requerimientos de la acumulación y necesidades de legitimación. Que ello ocurriera, sin embargo, no era un producto mecánico de procesos estructurales. La vitalidad de las tradiciones de lucha del movimiento obrero y popular en Argentina bloqueaba una vez más los proyectos hegemónicos de la clase dominante.

II. 2002 - 2015

La ofensiva del capital continuó durante 2002 por medios inflacionarios. Una devaluación del 300% y salarios casi congelados fueron el fundamento profundo del relanzamiento de la acumulación. Sin embargo, ello no debe llevar a confusión respecto del dilema que se abría en torno a la reconstitución simultánea de la acumulación y del poder de estado. La ofensiva inflacionaria era la confesión de la imposibilidad de la continuidad de la estrategia neoliberal de subordinación del trabajo. Aquí tratamos de exponer las características fundamentales de la relación entre acumulación y hegemonía para cada

período, eso implica dejar de lado la enorme riqueza de hechos que contribuyó a la recomposición de la acumulación y la dominación post 2001. Digamos simplemente que, si a fines de 2002 el gobierno interino del senador peronista Eduardo Duhalde podía mostrar una reactivación de la economía, sería recién con la llegada al gobierno del también peronista Néstor Kirchner que se desplegaría una estrategia de redefinición de la relación estado – acumulación. Es entonces a partir de allí que podemos señalar las coordenadas de la reconstitución de la acumulación y la dominación capitalistas.

Lo primero que surge al analizar ese proceso es un cuadro complejo de continuidades y rupturas respecto de la década del '90. Detrás de dicho cuadro hallamos una relación de fuerzas paradójica, producto de la insurrección de 2001 y del proceso de movilización y resistencia que la precedió desde 1996. Por un lado, un proceso de recomposición de la acción colectiva de la clase obrera y del conjunto de los sectores subalternos. Por otro lado, la continuidad del período de debilidad relativa de los trabajadores abierto con la derrota de 1989. Un cambio en las relaciones de fuerza suficiente para impugnar la continuidad de la estrategia neoliberal de ofensiva contra el trabajo pero insuficiente para radicalizar el proceso político en el sentido de una reversión del proceso de reestructuración del capital llevado a cabo en la década del '90.

Esta relación de fuerzas inestable encontró condiciones para su resolución en la reconfiguración de las condiciones de la acumulación a nivel mundial. El hecho fundamental fue *la reversión desde 2002 de la tendencia de un siglo al deterioro de los términos de intercambio entre los productos de la periferia y del centro del sistema mundial*.⁸ Se abrió así un período de fuertes superávits comerciales para los países exportadores de commodities. En este contexto, y también producto del aumento del comercio intramercosur, la dependencia comercial respecto de EEUU y de la Unión Europea se redujo fuertemente. De conjunto, ello supuso un mayor margen de maniobra para el estado argentino. Ese margen de maniobra es el que permite comprender la redefinición de la separación estado – acumulación en términos de una relación de no correspondencia, lo que se evidencia particularmente en lo que hemos llamado un desfase entre política económica

⁸ Este fenómeno se encuentra vinculado al impacto en el mercado mundial del crecimiento de la economía china. El crecimiento de la economía china y de su participación en el producto mundial es un dato que se remonta a inicios de los años ochenta. Entre 1980 y 2000, el PBI chino pasó de representar el 2,2% del PB mundial (un porcentaje inferior al 3,9% de Brasil y al 2,5% de la India ese mismo año) al 7,1% en 2000 (superior al 2,9% de Brasil y al 3,7% de la India). Pero hacia 2010, el PBI chino explicaba el 13,5% del PB mundial, un 90% más que 10 años antes, hecho que impulsó la demanda de importaciones china de materias primas y su incidencia en sus precios (Fuente: FMI).

y necesidades de la acumulación.

El rasgo singularizador del kirchnerismo ha sido su rol en la recomposición del poder político post crisis de 2001. El kirchnerismo nació atravesado por una contradicción: si el motivo dominante de su acción era la restauración del orden, el medio de alcanzarlo lo convirtió en expresión de un conjunto de demandas que emergieron desafiantes en conflictos y protestas desde 1996 y particularmente en la crisis de 2001. Sin embargo, dicho proceso de recomposición de la dominación política encontró límites impuestos por la continuidad de rasgos nodales de la reestructuración neoliberal del capital y el Estado durante los años '90.

El modo de acumulación muestra continuidades esenciales con aquel desarrollado en los años '90.⁹ La primera y fundamental continuidad es la reorientación exportadora de la gran burguesía industrial. En la medida que este es el sector más dinámico y que este rasgo se ha profundizado, la economía fue aun más dependiente de la demanda externa.

En relación con este segundo rasgo aparece la primera de las especificidades relevantes del período. La mencionada reversión de la tendencia al deterioro de los términos de intercambio, combinada con la devaluación del peso, permitió la realización de abultados superávits comerciales que permitirían ignorar hasta el año 2011 la restricción de acceso al crédito internacional que siguió al default de 2001. La importancia de este hecho es capital porque permitió suspender o mantener en estado de latencia la dependencia financiera del proceso de acumulación. Esto significó un debilitamiento de los mecanismos financieros de transmisión de la presión competitiva sobre el estado y los capitales. Hablamos de suspensión o latencia de la dependencia financiera porque las tendencias al desequilibrio en el sector externo siguieron actuando y reemergerían a partir de 2011. En ese sentido, a pesar de la profundización de la reorientación exportadora, se mantuvo el carácter deficitario del conjunto de la industria en contraposición a los superávits del agro así como la tendencia a un aumento mayor de las importaciones que de las exportaciones durante las fases expansivas.

Se observa también la continuidad de la tendencia a la dualización de la estructura económica y, particularmente, de la estructura industrial entre un sector moderno, altamente concentrado, con altos niveles de productividad internacional y un sector atrasado, de baja

⁹ La exposición de los rasgos del modo de acumulación post convertibilidad retoma – con leves modificaciones – lo expuesto en Piva (2017). Los datos que sirven de base a las proposiciones aquí presentadas como hipótesis se pueden encontrar en ese texto.

productividad.

En esta última tendencia se inscribe la segunda de las especificidades relevantes de la postconvertibilidad: la limitada sustitución de importaciones industriales. Dicha sustitución fue limitada en dos sentidos. En primer término, porque no revirtió la tendencia a la pérdida de peso de la industria en la estructura económica (Cantamutto y Constantino 2016). En segundo término, fue limitada porque, a diferencia de la sustitución de importaciones de la segunda posguerra, se articuló/subordinó a la estrategia exportadora del gran capital industrial. El mayor impulso sustitutivo se desarrolló sobre la base del paraguas cambiario post devaluación, aprovechando costos salariales relativamente bajos y, lo que es particularmente claro en la industria textil, con la apelación al uso de capacidad instalada y de la precarización del empleo. El resultado del proceso sustitutivo, entonces, no podía ser otro que una profundización de la estructura dual de la industria.

A su vez, dado el proceso de modernización productiva de la primera mitad de los años '90 y la sustitución de importaciones con características trabajo intensivas, la acumulación de capital fue predominantemente capital extensiva.¹⁰

Bajo estas condiciones, no podía tardar en aparecer la contradicción entre una estrategia de reconstrucción del consenso basada en la incorporación de demandas obreras y populares y un modo de acumulación basado en tipo de cambio alto, bajos costos salariales y altos niveles de empleo en negro.

Entre 2003 y 2005 se desarrolló un período de compatibilidad entre recomposición de la acumulación y recomposición de la dominación política. El punto de partida eran altos niveles de desempleo (20,4% en el primer trimestre de 2003) y pobreza (54% de la población en el primer semestre de 2003) y muy bajos niveles salariales (en diciembre de 2002 el salario real promedio era un 23,7% inferior al de diciembre de 2001). Sobre el fundamento de una acumulación capital extensiva se produjo una fuerte y rápida reducción del desempleo que para el 1° trimestre de 2006 se encontraba en el 11,2%. Esta reducción del desempleo impactó en la tasa de pobreza que descendió al 31,4% en el primer semestre de 2006. A pesar de ello, el salario real promedio e incluso el de los trabajadores registrados se encontraba en diciembre de 2004 debajo de los históricamente bajos niveles de diciembre de 2001. Sin embargo, ya para ese momento la tendencia era hacia la recuperación de los niveles pre 2002,

¹⁰ El desarrollo de las características de la acumulación de capital entre 2003 y 2015 es en gran medida una exposición resumida de Piva (2015). Los datos a los que refieren las afirmaciones aquí vertidas pueden consultarse allí. Aquí por razones de espacio y fluidez narrativa los hemos excluido.

lo que sucedería entre los asalariados registrados durante el año 2005.¹¹ Por otra parte, luego de una disminución de la inflación promedio anual durante 2003 y 2004, comenzaba a acelerarse nuevamente durante 2005, lo que impulsaba a la baja un tipo de cambio aun alto pero que permanecía estable en términos nominales.

A partir de 2005 aquella contradicción empezaría emerger. La respuesta del gobierno de continuar con la política de incorporación gradual de demandas obreras y populares daría lugar a un desfase entre política económica y requerimientos de la acumulación de capital. Esto se expresó centralmente en la continuidad de una política basada en la expansión de la demanda vía expansión del gasto público, aumentos salariales reales y transferencias directas de ingreso a los sectores más empobrecidos de la clase obrera. Pero esa continuidad tendió a producir la aceleración de la inflación, la reducción paulatina pero persistente del superávit fiscal, del tipo de cambio real y con ello del superávit comercial. Esto es, el desfase entre estado y acumulación tendió a producir una acumulación de desequilibrios cuya absorción fue posible por las condiciones excepcionales creadas por la mejora de los términos de intercambio, que permitió superávits fiscal, comercial y de cuenta corriente.

Ese desfase entre estado y acumulación era un índice de aquella relación de fuerzas inestable. Señalaba que el bloqueo popular a la estrategia neoliberal de subordinación del trabajo se había convertido en un bloqueo a la construcción de una hegemonía. Una adecuación del estado a los requerimientos del proceso de acumulación requería una represión de las demandas que era incompatible con la estrategia de recomposición de la dominación política. Pero el sostenimiento del proceso de incorporación de demandas, la canalización del antagonismo obrero por medio de un proceso de expansión de la demanda (Negri 2014), encontraba límites en una dinámica de acumulación orientada a la exportación de commodities y en un proceso de crecimiento con bajos incrementos de productividad.¹² De modo que el resultado era un “keynesianismo trunco” (PIVA, 2015). La dominación política, por lo tanto, tendió a asumir una modalidad neopopulista.¹³ Es decir, fundada en el

¹¹ La fuente de todos los datos es la Encuesta permanente de hogares del INDEC (Disponibles en www.mecon.gov.ar).

¹² La productividad horaria aumentó a una tasa del 6,4% anual y la productividad por ocupado a un 6,9 % anual entre 1991 y 1998 mientras que entre 2003 y 2011 lo hicieron 5,6% y 5,2% respectivamente.

¹³ La razón por la que hablamos de neopopulismo y no de populismo es, primero, porque es preciso diferenciar el populismo como momento primario de constitución heterónoma de la clase obrera como sujeto político de procesos de movilización secundaria como los del kirchnerismo. En segundo lugar, porque el proceso de desorganización de clase que supuso la derrota de la clase obrera entre 1976 y 1989 le ha dado a la interpelación peronista un carácter popular difuso con una apelación secundaria al movimiento obrero. (Véase Piva 2013).

desplazamiento del antagonismo capital – trabajo en el tiempo, de lo que es síntoma la inflación, y en su desplazamiento sincrónico hacia la oposición pueblo – grupos económicos, pueblo – capital financiero, etc., cuya expresión simbólica más completa fue pueblo – Clarín.¹⁴ Decíamos antes que el populismo es la confesión de las dificultades del capital para subordinar al trabajo. El carácter contradictorio del kirchnerismo refleja ese doble carácter del populismo: expresión de la capacidad de resistencia de la clase obrera a la adecuación de sus demandas a las necesidades del proceso de valorización y vehículo de su dominación a través del mecanismo del desplazamiento del antagonismo que limita su carácter disruptivo.

Pero el desfase estado – acumulación, y con él el desplazamiento de la contradicción capital – trabajo, tiene límites. Ya se atisban en los límites que la dinámica de acumulación impuso a la satisfacción de demandas. La dualización de la estructura económica puso un piso al empleo en negro, que se redujo hasta alcanzar algo más de un tercio de los asalariados, porcentaje similar al de los años '90.¹⁵ La desigualdad medida a partir de ingresos laborales tampoco perforó los niveles de la primera mitad de los años '90 y sólo se obtienen mejoras significativas de la distribución del ingreso, similares a los niveles previos a la hiperinflación de 1989, cuando se contabilizan las transferencias directas de ingresos, en particular a partir de la asignación universal por hijo (AUH) creada en 2009 (Salvia y Vera 2013). Algo similar muestra la evolución de la pobreza que se mantuvo, según las diferentes mediciones, en niveles similares o superiores al 20%, es decir, superiores a los niveles previos a 1989.¹⁶

Si el proceso de satisfacción de demandas encontró límites en la dinámica de la acumulación, la reaparición de la restricción externa señaló los límites de la propia autonomización del estado. A partir de 2011, junto con los superávits fiscal y de cuenta corriente se estrechó el margen de maniobra del estado y creció la presión objetiva por el ajuste – es decir, por la restauración de la unidad de economía y política – en la medida que se erosionaban las capacidades institucionales del estado.

Comentarios finales

En este trabajo hemos tratado de exponer algunas coordenadas centrales de la

¹⁴ El Grupo Clarín es un grupo económico constituido en torno a la propiedad de grandes medios de comunicación (prensa escrita, televisión abierta, televisión por cable, radio y provisión de internet).

¹⁵ En el tercer trimestre de 2014, último dato disponible, alcanzaba al 35,9% de los asalariados (Fuente EPH – INDEC).

¹⁶ Según Manzanelli y Basualdo (2017) la pobreza, según la canasta básica utilizada por el INDEC hasta 2015, alcanzó ese año un 19,7%. Según la canasta básica modificada en 2016 el porcentaje de pobres de 2015 habría sido de 29,7%. En ambos casos los cálculos se hacen con el índice de precios construido por CIFRA (véase CIFRA 2012).

relación entre modo de acumulación de capital y hegemonía en Argentina en el período clásico 1955 – 1975 y entre 1989 y 2015. Lo hemos hecho inscribiendo dicha relación en el problema de la separación estado – acumulación, particularmente, analizando los modos de esa separación como clave para comprender los límites de la subordinación del trabajo. Una perspectiva tal permite superar las aporías a las que conduce el análisis de la hegemonía como “traducción política” de clases, fracciones de clase e intereses definidos a nivel económico, lo que implica asumir como dado lo que debe explicarse: cómo se constituye la dominación del capital sobre el trabajo mediante la separación entre estado y acumulación.

En ese sentido, la imposibilidad de construir una hegemonía entre 1955 y 1975 determinó un desfase entre estado y acumulación. El populismo no es más que la confesión de esta imposibilidad. Frente a la incapacidad para internalizar el antagonismo obrero en un dispositivo estatal con cierta estabilidad (al modo de los estados europeos de posguerra) sólo puede ofrecer el desplazamiento de la contradicción capital/trabajo en el tiempo - del cual la alta inflación fue su principal manifestación – y su desplazamiento sincrónico hacia a la oposición pueblo – oligarquía. De esta manera posterga en el tiempo la resolución de la (in)subordinación del trabajo y desplaza el conflicto del centro del sistema reduciendo su impacto sistémico inmediato. Los intentos de salir del populismo derivaron una y otra vez en una agudización del conflicto social que tendió peligrosamente, sobre todo después del Cordobazo, a asumir la forma de lucha frontal de clases. Bajo estas condiciones el problema no era la escasa autonomía del estado para ordenar las relaciones sociales (PORTANTIERO 1977) sino que la escasa autonomía del estado era la manifestación de la incapacidad hegemónica de los diversos proyectos de subordinación del trabajo.

Las derrotas de la clase obrera en 1976 y 1989 produjeron transformaciones profundas en la relación capital/trabajo, cuyo centro fue un proceso de desorganización de clase de los trabajadores, y permitieron – hiperinflación mediante- por primera vez en 60 años superar el bloqueo a la realización de un proyecto hegemónico. Ello significó el éxito de la estrategia neoliberal de separación/relación estado – acumulación. Dicha estrategia se fundó en la subordinación del trabajo mediante la intensificación y extensión de la competencia. Sin embargo, los límites que impuso el modo de acumulación a la satisfacción de demandas condujeron a una modalidad de consenso negativo fundado en el predominio de mecanismos coercitivos – temor a la hiperinflación, fragmentación de la clase obrera, alto desempleo – que denominamos hegemonía débil para diferenciarla de su sentido fuerte, la internalización del antagonismo obrero en una lógica reformista de satisfacción de demandas

y otorgamiento de concesiones.

La insurrección de diciembre de 2001 significó el bloqueo a la estrategia neoliberal de subordinación del trabajo, pero con la recomposición de la acumulación y del estado post 2003 se puso de manifiesto como un bloqueo a la construcción de una hegemonía. Una relación de fuerzas inestable, caracterizada por una recomposición de la clase obrera suficiente para impugnar la ofensiva neoliberal pero insuficiente para revertir los efectos de la reestructuración capitalista de los años '90, encontró resolución temporal en un desfase o relación de no correspondencia entre estado y acumulación. De modo que volvió a reconstituirse una modalidad neopopulista de dominación política basada en el desplazamiento temporal y sincrónico – mediante la redefinición del campo de confrontación en modos no clasistas - de la contradicción capital/trabajo.

Sin embargo, las similitudes entre los períodos 2003 – 2015 y 1955 – 1975 se reducen a ciertos rasgos de la imposibilidad de construcción de una hegemonía. Las dimensiones que permiten identificar al período 2003 – 2015 como un subperíodo de la etapa iniciada en 1989 son, en primer lugar, las continuidades centrales en la dinámica de la acumulación (orientación exportadora de commodities, dependencia financiera, dualización de la estructura económica, tendencia a desequilibrios comercial y de cuenta corriente, etc.) y, en segundo lugar, la persistencia de la debilidad relativa de la clase obrera post 1989. Es decir, la continuidad de los principales resultados de la reestructuración capitalista de los años '90. Ello se expresa en ciertos rasgos comunes del ciclo económico – político del período abierto en 1989 y que lo diferencian del período clásico.

La dinámica desequilibrada de una estructura capitalista dualizada ha impuesto límites al otorgamiento de concesiones y a la satisfacción de demandas en ambos períodos. Ello ha sido causa, también en ambos períodos, de la emergencia – en condiciones de movilización social - de una contradicción entre requerimientos del proceso de valorización y necesidades de legitimación. Sin embargo, la “estructura dual” del capitalismo argentino de posguerra tendió a posibilitar mejoras en los niveles de empleo, salario, distribución del ingreso y movilidad social en las fases expansivas, al tiempo que el ciclo económico impedía su continuidad más allá de cortos períodos. La “estructura dual” del capitalismo argentino post 1989 pone límites restrictivos a la mejora de esos indicadores (pisos altos de empleo informal, desempleo y pobreza, límites estrechos al aumento del salario real) durante las fases expansivas y tiende a crear fenómenos de empobrecimiento masivo (absoluto y relativo) de obreros y sectores populares durante las fases de crisis. La coexistencia de

inestabilidad política y continuidad democrática desde 1983 obliga a prestar atención a la relación entre relaciones de fuerza sociales y límites a la estabilización de la dominación política en ambos períodos. Puede formularse como hipótesis que la profunda derrota de la clase obrera en dos tiempos, durante la dictadura militar y durante la crisis hiperinflacionaria y la reestructuración que le siguió, es parte de la explicación de la estabilización democrática, aunque esta también se inscribe en tendencias regionales y mundiales que se encuentran insuficientemente comprendidas.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo: la experiencia de los Estados Unidos*. México: Siglo XXI, 1986.

ASTARITA, Rolando. *Valor, mercado mundial y globalización*. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2004.

BASUALDO, Eduardo. *Estudios de historia económica argentina. Desde mediados del siglo XX a la actualidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

BONNET, Alberto. *La hegemonía menemista. El neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

BRAUN, Oscar & JOY, Leonard. *Un modelo de estancamiento económico—estudio de caso sobre la economía argentina*. Desarrollo Económico. Vol. 20, n° 80, enero – marzo 1981.

CANITROT, Adolfo. *La experiencia populista de redistribución de ingresos*. Trabajo presentado a la X Reunión anual de la Asociación Argentina de Economía Política. Mar del Plata: 3 – 5 de noviembre de 1975.

CANTAMUTTO, Francisco & COSTANTINO, Agostina. *El modo de desarrollo en la Argentina reciente*. Mundo Siglo XXI. Vol. XI, Núm. 39, 2016.

CIFRA. *Propuesta de un indicador alternativo de inflación*. Disponible en [http://www.centrocifra.org.ar/docs/CIFRA%20-%20IPC-9%20\(Marzo%202012\).pdf](http://www.centrocifra.org.ar/docs/CIFRA%20-%20IPC-9%20(Marzo%202012).pdf).

DALLE, Pablo. *Movilidad social de las clases populares. Un estudio sociológico en el área metropolitana de Buenos Aires (1960 – 2013)*. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

DIAZ ALEJANDRO, Carlos. *A note and impact of devaluation and distribution Effect*”. Journal of Political Economy. Vol. 71, No. 6, Dec. 1963.

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1998.

GRIGERA, Juan. *Las nociones de Estado y acumulación en el estructuralismo y el*

neoestructuralismo latinoamericanos: elementos para una crítica. Ciclos en la historia, la economía y la sociedad. N° 42/43, 2014.

HARVEY, David. *The limits of capital*, London: Verso, 2006.

HIRSCH, Joachim. *El aparato de estado y la reproducción social: elementos para una teoría del estado burgués.* En BONNET, Alberto & AUTOR (eds.) *Estado y capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado.* Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2017 [Disponible en <http://www.herramienta.com.ar/ediciones-herramienta/estado-y-capital-el-debate-aleman-sobre-la-derivacion-del-estado>].

HIRSCH, Joachim. *Fordismo y posfordismo. La crisis social actual y sus consecuencias.* En HIRSCH, Joachim et al., *Los estudios sobre el Estado y la reestructuración capitalista.* Buenos Aires: Tierra del Fuego, 1992.

HOBBSAWM, Eric. *Historia del siglo XX.* Buenos Aires: Crítica, 2006.

HOLLOWAY, John. *La reforma del Estado: Capital global y Estado Nacional. Perfiles Latinoamericanos.* N° 1, 1993.

_____. *Surgimiento y caída del Keynesianismo.* En Holloway, John, *Marxismo, Estado y Capital.* Buenos Aires: Tierra del Fuego, 1994.

IANNI, Valeria. *Argentina: ¿una totalidad o una parte del todo? Las relaciones entre espacio nacional y mercado mundial.* En BONNET, Alberto (comp.) *El país invisible. Debates sobre la Argentina reciente.* Buenos Aires: Peña lillo/Continente, 2011.

IÑIGO CARRERA, Nicolás; CAVALLERI, Stella y MURRINI, Marina. *La superpoblación relativa en Argentina actual: un ejercicio de medición.* En PIMSA *Documentos y comunicaciones.* PIMSA: Buenos Aires, 2012.

JESSOP, Bob. *State theory: putting the capitalist State in its place.* Cambridge: Polity Press, 1990.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío.* México: Era, 1979.

MANZANELLI, Pablo y BASUALDO, Eduardo. *La era kirchnerista. El retorno a la economía real, el desendeudamiento externo y las pugnas por la distribución del ingreso, 2003 – 2015.* En BASUALDO, Eduardo (ed.) *Endeudar y fugar. Un análisis de la historia económica Argentina, de Martínez de Hoz a Macri.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.

MASSANO, Juan Pedro. *Inviabilidad hegemónica y yuxtaposición de crisis en la transición democrática.* En *Actas de las IX Jornadas de Economía Crítica.* Córdoba: Sociedad de Economía Crítica de la República Argentina, 2016.

NEGRI, Antonio. *John Maynard Keynes y la teoría capitalista del estado en 1929.* En

NEGRI, Antonio, *La forma- Estado*. Madrid: Akal, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. *Estado y alianzas en la Argentina, 1956-1976*. Desarrollo Económico. Vol. 16, No. 64, Ene. - Mar., 1977.

PINTO, Anibal. *Naturaleza e implicaciones de la 'heterogeneidad estructural' de la América latina*. El Trimestre Económico. Vol. 37, N° 145, 1970.

PIVA, Adrián. *¿Cuánto hay de nuevo y cuánto de populismo en el neopopulismo? Kirchnerismo y peronismo en la Argentina post 2001*. Trabajo y Sociedad. N° 21, Invierno de 2013.

_____. *Acumulación y hegemonía en la Argentina menemista*. Buenos Aires: Biblos, 2012.

_____. *Clase y estratificación desde una perspectiva marxista*. Conflicto social. Vol. 10, N° 17, 2017b.

_____. *Economía y política en la Argentina kirchnerista*. Buenos Aires: Batalla de ideas, 2015.

_____. *El modo de acumulación de capital en Argentina (1989 – 2015)*. Ensamblés, N° 6, 2017 (en prensa).

_____. *Hegemonía, lucha de clases y estado*. Nuevo Topo. Revista de historia y pensamiento crítico. N° 6, Setiembre/Octubre de 2009.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Clases dominantes y crisis política en la Argentina actual*. En Oscar Braun (comp.), *El capitalismo argentino en crisis*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 1973.

_____. *Economía y política en la crisis argentina, 1958-1973*. Revista mexicana de sociología. N° 2, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *Hegemonía y dominación en el Estado Moderno*. México: Siglo XXI, 1986.

_____. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. México: Siglo XXI, 1986b.

PREBISCH, Raúl. *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

_____. *El desarrollo económico de la América latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago de Chile: CEPAL, 1949.

SALAMA, Pierre & VALLIER, Jacques. *La economía gangrenada, ensayo sobre la hiperinflación*. México-Madrid-Buenos Aires-Bogotá: Siglo XXI, 1992.

SALVIA, Agustín et al. *Cambios en la estructura social del trabajo bajo los regímenes de convertibilidad y post-devaluación. Una mirada desde la perspectiva de la heterogeneidad estructural*. En SALVIA, Agustín, *Mercado de Trabajo, Distribución del Ingreso y Políticas públicas*. Buenos Aires: EUDEBA, 2008.

SALVIA, Agustín y VERA, Julieta. *Heterogeneidad estructural y distribución de los ingresos familiares en el Gran Buenos Aires (1992 – 2010)*”. Desarrollo Económico. Vol. 52, N° 208, 2013.

SINGER, Hans W. (1950) *The distribution of gains between investing and borrowing countries*. The American Economic Review. Vol. 40, N° 2, 1950.

TORRE, Juan Carlos. *Interpretando (una vez más) los orígenes del peronismo*. Desarrollo Económico. V. 28, N° 112, enero – marzo de 1989.

Resumo: Neste artigo, propomos apresentar algumas hipóteses sobre a relação entre o modo de acumulação e a hegemonia na Argentina para os períodos de 1955 a 1975 e 1989 a 2015. Durante os últimos vinte anos, trabalhamos nesse problema para o período aberto em 1989, portanto, tentamos reavaliar esses resultados de pesquisa, sua inscrição em uma perspectiva de longo prazo e a formulação de hipóteses comparativas que permitem especificar as transformações que ocorreram entre os dois períodos.

Palavras-chave: Argentina; Acumulação de Capital; Hegemonia.

Resumen: En este trabajo nos proponemos exponer algunas hipótesis sobre la relación entre modo de acumulación y hegemonía en Argentina para los períodos 1955 – 1975 y 1989 – 2015. Durante los últimos veinte años hemos trabajado sobre dicho problema para el período abierto en 1989, por lo tanto intentamos una reevaluación de dichos resultados de investigación, su inscripción en una perspectiva de larga duración y la formulación de hipótesis comparativas que permitan precisar las transformaciones ocurridas entre ambos períodos.

Palabras-clave: Argentina; Acumulación de capital; Hegemonía.

A RESPEITO DA TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS EM KARL MARX

Edmilson Marques*

VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx trata-se de uma obra publicada pelo sociólogo brasileiro Nildo Viana, em 2012, pela editora Bookess de Florianópolis. Em decorrência da novidade que apresenta, o de fornecer uma teoria sobre as classes sociais em Marx, é que propomos apresentar uma breve discussão sobre o seu conteúdo. Além de apresentar uma visão geral da obra e de algumas questões específicas que podem corroborar para se ter uma ideia de suas especificidades, buscaremos apresentar no final algumas considerações sobre a mesma.

Nos cinco capítulos, distribuídos em 405 páginas, Viana desenvolve um trabalho complexo e ousado, considerando que Marx não desenvolveu uma teoria das classes sociais. Nesse sentido, seu objetivo de “juntar as peças do quebra-cabeça e assim reconstituir o esboço de teoria das classes sociais e a teoria das classes no capitalismo” pode significar um grande avanço para o marxismo. Mas é preciso observar com mais detalhes a que ponto chegou esta proposta.

Viana inicia sua abordagem no primeiro capítulo apresentando um esboço de uma teoria das classes sociais. O propósito aí foi o de reconstruir a concepção de classes sociais em Marx em um sentido geral e chegar a uma conclusão sobre o conceito de classes sociais para este pensador. Ele ressalta que não se trata de discutir as classes sociais em uma determinada sociedade, mas em todas as sociedades.

De início o autor chama a atenção para o procedimento metodológico utilizado por Marx para desenvolver a sua concepção sobre as classes sociais. Segundo Viana, ele parte da realidade, do concreto, na qual se desenvolve e engendra a formação das classes sociais, a partir da qual também se desenvolve a possibilidade de sua própria superação. Viana destaca que o conceito de classes em Marx “deve ser entendido como expressão de uma determinada realidade, que é histórica e uma totalidade”.

* Doutor em História/Universidade Federal de Goiás, professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Goiás.

A partir daí, Viana desenvolve sua análise em mais cinco tópicos. No segundo aborda este aspecto metodológico de Marx, enfatizando que o autor considera em sua análise das classes sociais, as classes e a luta de classes nas sociedades pré-capitalistas. Para fundamentar esta concepção, Viana apresenta o aspecto elementar da concepção de Marx para se discutir as classes sociais, tratando-se do modo de produção dominante e das classes fundamentais.

Viana observa que Marx não concebe apenas duas classes fundamentais em um determinado modo de produção, como aparece em muitas interpretações, por isso se dedica a abordar sobre as classes subsidiárias. No caso do pré-capitalismo, Marx não deixou isso muito claro, mas o fez de forma explícita no capitalismo, “onde ele identifica a burocracia, o lumpemproletariado, a classe serviçal, entre outras” (p. 70).

A partir destes pressupostos, dedica-se a delimitar o que Marx entende por classe social. O autor destaca alguns pontos polêmicos da concepção de Marx a respeito das classes sociais. Aqui não teremos condições de aprofundar sobre estes pontos, mas ressaltamos que destaca os principais, através dos quais pode-se compreender a sua concepção sobre classes sociais. E para finalizar o primeiro capítulo, Viana apresenta uma síntese da teoria das classes sociais esboçada por Marx. O autor ressalta que Marx não realizou tal síntese, sendo portanto, uma dedução dele próprio, considerando o fio condutor de seu pensamento.

Já no segundo capítulo busca analisar a teoria de Marx sobre as classes sociais no caso específico do capitalismo. Para isso recorre à sua teoria do capitalismo, à teoria do mais-valor, às relações de produção capitalistas. O autor ressalta que para este estudo tornou-se inevitável retomar a análise de Marx sobre a constituição das duas classes fundamentais do capitalismo, focando sua atenção no caso específico do proletariado, ao qual cabe a tarefa cotidiana de realizar o trabalho produtivo. Além do proletariado, Viana esclarece sobre as classes subsidiárias e finaliza este segundo capítulo apresentando uma síntese da teoria de Marx sobre as classes sociais no capitalismo.

No terceiro capítulo o foco da análise recai sobre a ideia-chave do materialismo histórico, qual seja, a luta de classes. O autor busca a essência desta questão, ou seja, a luta, a negação e autodeterminação das classes sociais. Para Viana:

Para entender a teoria das classes em Marx, bem como sua abordagem das classes sociais no capitalismo, é fundamental entender dois aspectos essenciais em seu pensamento: a luta de classes e a potencialidade revolucionária do proletariado que aponta para a emancipação proletária (p. 155).

Nesta abordagem, observa que uma classe específica emerge na concepção de Marx como aquela que se destaca como sendo potencialmente uma força que torna possível a transformação da sociedade, tratando-se do proletariado, classe que historicamente demonstrou seu potencial revolucionário no capitalismo. Aqui está, segundo Viana, “o fio condutor e condição de possibilidade de toda teoria marxista”.

Nesta parte de seu livro, retoma questões fundamentais da concepção de Marx que delimita as classes sociais, assim como demonstra o objetivo pelo qual este autor se dedicou tanto a estudar o próprio capitalismo, qual seja, entender a possibilidade da emancipação humana. “Logo, o elemento fundamental da teoria das classes em Marx é a revolução do proletariado, a classe que traz o futuro em suas mãos, que gera a emancipação humana” (p. 155).

No quarto capítulo Viana demonstra sua ousadia ao colocar como objetivo apontar as imprecisões, lacunas e senectudes do pensamento de Marx sobre as classes sociais. A questão apontada por ele, é que Marx apresentou um esboço da teoria das classes nas sociedades classistas e uma teoria incompleta no caso das classes sociais no capitalismo, daí a necessidade de completar estas lacunas existentes. Observa-se que sua ousadia também se faz necessária a este respeito, uma vez que muitos dos intelectuais que se dizem críticos de Marx utilizam de determinadas ideias, ou passagens de suas obras que não correspondem à sociedade atual, para desqualificá-lo. Por exemplo, ouve-se em demasia que Marx contribuiu para explicar o capitalismo em sua época, mas que já está ultrapassado e não tem mais utilidade para explicar o capitalismo na atualidade. Por esta e outras interpretações que os ideólogos apresentam para desqualificá-lo, é que se faz necessária esta análise.

Viana analisa como as mudanças nas relações de produção e o desenvolvimento do capitalismo promoveu alterações na divisão de classe, logo, transformações nas classes sociais que não puderam ser analisadas por Marx. Nesse sentido, sua teoria das classes sociais apresenta algumas lacunas e limites que devem ser destacados com o objetivo de ser preenchidos e desenvolvidos. Isso diminuirá as brechas para os seus deformadores.

Viana considera que estas inconsistências do pensamento de Marx são decorrentes de aspectos que não foram suficientemente desenvolvidos por ele, ou que tenha apresentado uma solução insatisfatória. Isso pode remeter a várias questões, mas Viana considera algumas que são fundamentais, tratando-se de: “a) a definição de classes sociais; b) a explicitação do significado da ideia de luta de classes; c) a questão da consciência de classe e d) a questão do interesse de classes”.

Após abordar estas questões, Viana passa para as senectudes da teoria das classes sociais de Marx, tratando-se dos aspectos desatualizados de sua concepção. O objetivo aqui, é o de analisar as mutações ocorridas na divisão de classes, considerando que Marx morreu em um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo e não conseguiu avançar neste aspecto. Após esta discussão, aborda os casos específicos da burocracia, da intelectualidade e do lumpemproletariado como classes sociais distintas. O autor finaliza este capítulo retomando interpretações de alguns intelectuais a respeito do proletariado e de seu caráter revolucionário, questão polêmica em muitos autores que entra em contradição com a concepção de Marx. Submete à crítica, ideólogos como Marcuse, Bon Burnier, Mallet, Daniel Bell, Alain Touraine, Clauss Offe, Jurgen Habermas, Antonio Negri, entre outros.

Por fim, no quinto e último capítulo Viana coloca em questão algumas interpretações que, segundo ele, apresenta equívocos sobre a concepção de classes em Karl Marx. Ele destaca como as principais, as abordagens de Lênin, Lefebvre, Fischer, Fougeyrollas, Gurvitch, Dahrendorf, Aron e Giddens. Esses autores, segundo ele, apresentaram interpretações sobre Marx que manifesta o que ele próprio já havia observado em sua época, isto é, a “cegueira das interpretações”.

Nesta última parte de sua obra há uma análise sobre a concepção leninista de classes sociais, que segundo ele “se diz apenas uma retomada da teoria marxista e, no entanto, é o principal obstáculo para uma compreensão mais adequada dela” (p. 302). Ele observa que a concepção leninista tem nas obras de Lênin o seu momento inaugural. A interpretação que foi apresentada influenciou inúmeros outros pesquisadores, sendo fundamental, portanto, a sua crítica. Após uma análise detalhada da concepção leninista sobre as classes sociais, conclui que ela é radicalmente distinta da concepção de Marx, sendo, na verdade, uma deformação da concepção marxista das classes.

Análise semelhante a esta, Viana apresenta sobre os demais intelectuais citados anteriormente. Aqui não temos muito espaço para abordar os detalhes de sua discussão, o que deixamos para o próprio leitor conferir. Mas ressaltamos que o autor retoma a concepção de classes em cada um deles, analisando-as à luz de sua abordagem anterior, demonstrando seus limites, distorções e equívocos ao interpretarem a concepção de Marx sobre as classes sociais.

Este capítulo mostra o rigor da análise apresentada por Viana, considerando as várias interpretações que contribuem para tornar a concepção de Marx submersa à ideologia. Nota-se o quão os não leitores e os mal leitores acabaram desenvolvendo um excelente

trabalho em sua deformação, fazendo desaparecer o essencial de sua concepção. Com este trabalho prestado pelos intelectuais, coisas ditas por Marx desapareceram e coisas não ditas apareceram e se tornaram essenciais.

Após destacar alguns dos poucos pontos desta obra de Nildo Viana, agora podemos apresentar o nosso ponto de vista a respeito da leitura que fizemos da mesma. A primeira questão que salta aos nossos olhos é que Viana apresenta uma leitura rigorosa das obras de Marx. Demonstra claramente o objetivo de realizar uma interpretação correta de sua concepção a respeito das classes sociais. Este rigor perpassa pela análise da totalidade do pensamento de Marx. O autor não aborda apenas uma ou outra obra. Sua leitura é apresentada de forma exaustiva e com um rigor que poucos apresentam, pois, além das especificidades do conteúdo de cada uma, considera para sua análise “o contexto histórico, cultural e discursivo” em que suas obras foram produzidas.

Este é um diferencial de sua análise. É notório o quanto são raros os indivíduos que fazem a leitura diretamente das obras de Marx, e ironicamente falam muito daquilo que não leram ou leram mal. Outras vezes encontramos aqueles que propõem analisar Marx, mas no final acabam o confundindo com Engels, com o seu maior deformador Lênin, com comentaristas e outros intérpretes, ou ainda, questão mais complexa, o interpretando de um ponto de vista distinto daquele do qual partia Marx¹, ou seja, do ponto de vista burguês². Este é, inclusive, um pressuposto para quem almeja estudar e compreender o seu pensamento sem deformá-lo, ou seja, ler diretamente a sua obra e não intermediários.

Em síntese, a obra aqui analisada é uma importante contribuição para compreender a teoria das classes sociais em Marx. Aqui o leitor esclarecerá diversas dúvidas a respeito de seu pensamento, sobre o fio condutor de sua análise, de sua concepção sobre classes sociais, e entre outras coisas, sobre as deformações e má interpretações apresentadas por diversos ideólogos. Nesta obra o leitor terá a oportunidade de se livrar da cegueira das interpretações, questão que o próprio Marx já havia notado e Viana enfatiza em seu livro.

¹ Marx é categórico ao afirmar que partia do ponto de vista do proletariado para realizar suas análises.

² Viana indica ainda aqueles que o liam “com as lentes do leninismo, stalinismo, trotskismo, maoísmo etc.” (p. 11).